

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E
CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

As Redes Mercantis no final do Século XVI e a figura do
Mercador João Nunes Correia

Sílvia Carvalho Ricardo
Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Amaral Ferlini

SÃO PAULO
2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

As Redes Mercantis no final do Século XVI e a figura do
Mercador João Nunes Correia

Sílvia Carvalho Ricardo

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História Econômica, do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora:

Profa. Dra. Vera Lúcia Amaral Ferlini

São Paulo

2006

Dedicatória

Dedico este trabalho à memória da Prof^a Dra Ilana Blaj, por ter-me acolhido como estudante e amiga, instigando-me a cursar a pós-graduação e concretizar a minha paixão, despertada ainda no ginásio, pelo conhecimento da História.

E também à Prof^a Dra Vera Lúcia Amaral Ferlini que me recebeu com muito carinho e acreditou neste projeto.

Agradecimentos

Aos Professores Doutores Pedro Puntoni e Maximil Max Menz que, com suas críticas e sugestões na qualificação de Mestrado, permitiram identificar com segurança as coordenadas deste trabalho.

Ao Professor Dr. Flávio de Campos que me pôs em contato com a professora Vera Ferlini.

Ao Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto que mesmo sobrecarregado pela execução de um complexo projeto, demonstrou enorme generosidade e amizade, sempre disposto a indicar possibilidades, provocar reflexão e a ouvir as lamúrias e as alegrias derivadas do trabalho desta dissertação.

Ao Arnaldo Ferreira Marques Júnior, amigo de muitas horas, a quem tantas vezes extravasei minhas angústias, anseios e alegrias.

À Maria Pia Castiglia e Júlio Emod pela amizade, força e incentivo que me ajudaram ter tranqüilidade para desenvolver o projeto.

Aos amigos Prof. Dr. Paulo Roberto Moraes e Prof^a Marina Lopes que com suas observações e questionamentos ajudaram na confecção deste trabalho, e, além disso, garantiram momentos de grande descontração.

Aos meus filhos Maria Laura, Henrique, Tica e Zizi que sempre estiveram ao meu lado, incentivando-me a prosseguir mesmo diante de situações difíceis e tumultuadas, amparando-me nos muitos momentos de incertezas e aflição, entendendo a minha ausência nas intermináveis horas passadas em frente ao computador.

E aos meus pais, Hélio e Vera que, cada um a seu modo, mostraram-me a importância do saber, da ética e da integridade em seu sentido mais amplo.

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: UM MUNDO EM NEGÓCIOS EM EXPANSÃO	24
1.1 Portugal e a expansão ultramarina	24
1.1.2 A expansão portuguesa	27
1.2 O Império português	30
1.2.1 O Império marítimo: o enfoque na circulação de mercadorias	31
1.2.2 União Ibérica e o crescimento mercantil de Holanda e Inglaterra	38
1.2.3 A territorialidade do Império: a empresa colonial	42
1.3 A colônia brasileira, o Nordeste açucareiro	48
1.3.1 A implantação da empresa colonial	49
1.3.2 A importância da participação cristã-nova na empresa açucareira nordestina	56
CAPÍTULO 2: AS REDES DE COMÉRCIO TRANSCONTINENTAIS E A DIÁSPORA SEFARDITA	65
2.1 A organização do trato e as redes mercantis	65
2.1.1 A intensificação do comércio e as redes de comércio	67
2.2 A primazia das redes de comércio portuguesas no comércio europeu	72
2.2.1 Os cristãos-novos e a economia portuguesa	75
2.2.2 As redes sefarditas no trato mundial	77
2.2.3 A Inquisição e a dispersão sefardita	84
2.2.4 A mobilidade espacial: uma característica essencial das redes	95
2.3 A rede de comércio de João Nunes Correia	99
CAPÍTULO 3: JOÃO NUNES CORREIA, UM HOMEM PROEMINENTE NA COLÔNIA	113
3.1 A Inquisição portuguesa e os cristãos-novos	113
3.2 O mercador João Nunes Correia em terras do Brasil	124
3.3. João Nunes e a Inquisição	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
FONTES E BIBLIOGRAFIA	145

Resumo

A expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI e as atividades mercantis inerentes a ela provocaram a difusão geográfica das praças de negócio e das fontes fornecedoras de mercadorias, situadas na Ásia, África e América. A complexidade dos novos negócios exigiu a reorganização do trato e das finanças e impôs novas relações entre mercadores e as Coroas portuguesa e espanhola.

Nesse contexto, famílias de comerciantes cristãos-novos destacaram-se no trato transcontinental e nas finanças intra e extra-países europeus, organizando-se em redes mundiais de comércio. A expansão comercial atraiu população para locais economicamente dinâmicos, como o Nordeste açucareiro na segunda metade do século XVI. Essa forte emigração coincide com o recrudescimento da ação inquisitorial lusa. Formaram-se redes comerciais ligadas ao açúcar integradas e interconectadas a redes mais complexas, presentes nos mais diferentes e relevantes segmentos do comércio mundial.

João Nunes Correia era destacado membro de uma ampla rede de comércio da atividade açucareira, com atuação no financiamento da produção e da organização da empresa sacarina em terras brasílicas e sua inserção no trato mundial.

Abstract

The european maritime expansion of the 15th and 16th centuries as well as the mercantile activities inherent to it provoked a geographical spread of trading centers in addition to supply sources of merchandise situated in Asia, Africa and America. The complexity of the new trade demanded a reorganization of agreements and finances and imposed a new relationship between the merchants and the Portuguese and Spanish Crowns.

In this context, the families of new-Christian merchants were outstanding in transcontinental dealings as well as in the finances of intra- and extra-European countries, organizing themselves into a world trading network. This commercial expansion attracted people to economically dynamic locations, such as the sugar-producing Northeast of Brazil during the second half of the 16th century. This prolific immigration coincides with the recrudescence of the Portuguese inquisitorial activities.

Commercial networks connected to sugar integrated and interconnected to more complex networks, present in the most diverse and relevant segments of world trade, were formed.

João Nunes Correia was a distinguished member of a large network in the sugar trade, active in both the financing of production and the organization of the sugar enterprise in Brazil and its entry into world trade.

Palavras Chaves: comércio, expansão ultramarina, redes mercantis, cristãos-novos, empresa açucareira, João Nunes Correia.

Key words: commerce, maritime expansion, commercial network, new christians, sugar enterprise, João Nunes Correia.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo compreender a dinâmica das redes mercantis na produção açucareira no Brasil do século XVI. As rotas de longa distância, interligando a Europa com a Ásia, África, América e ilhas Atlânticas, ativadas pelo comércio transcontinental, reconfiguraram a economia europeia e mundial. Novos negócios ampliaram o raio e o tipo de ação do comércio europeu que se tornou mais complexo e passou a contar com um maior número de agentes envolvidos nesta atividade, atuando no Oriente e no Atlântico. O negócio das trocas da primeira metade do século XVI impulsionou as atividades econômicas no continente, centradas nas especiarias, em especial, a pimenta e o açúcar. A partir do desenvolvimento das “economias-mundo” ou “sistema mundial”, segundo as denominações de Braudel e Wallerstein¹, foram dinamizadas pelo comércio de longa distância, instrumentalizado pelo Estado. Foi esse comércio que uniu ou que criou relações regulares entre todas outras economias-mundo autônomas e desconhecidas entre si em diferentes partes do globo.

O aumento dos produtos em oferta nas praças europeias cresceu significativamente e com isso também o volume de negócios, pois o ritmo da mercancia ganhava incrível rapidez. Nesse período houve a difusão geográfica das praças de negócio, deslocando-se os grandes centros mercantis das cidades italianas para Portugal e Espanha, espalhando-se para o norte da Europa, centrado em Flandres, e no final do XVI, transferindo-se para Amsterdã.

Sob a tutela da Coroa, a política econômica mercantilista serviu aos propósitos de eliminar as barreiras medievais à expansão do comércio, como o fim das aduanas internas e o estabelecimento da tributação nacional, a unificação de pesos e medidas, e imposição de ações protecionistas às atividades comerciais, conforme propõe Fernando Novais.

A nova dinâmica comercial era importante faceta das políticas mercantilistas, na qual o comércio exterior devia ser estimulado para que houvesse acúmulo de metais preciosos no tesouro nacional, forma de se medir a riqueza de um país (metalismo).² Dessa forma, quanto mais depressa se realizasse a circulação de bens fundada nas trocas comerciais, maior a possibilidade de realizar o lucro. A necessidade de circulação mais

¹ Fernand Braudel. *La dinámica del capitalismo*. Cidade do México: Fondo de Cultura. 1986. p.86-100.

² Paulo Sandroni. *Dicionário de economia*. São Paulo, Best-Seller, 1994. p. 219.

rápida e difusa geograficamente de mercadorias e valores exigia mudanças que atendessem às novas demandas mercantis.

Na expansão comercial européia, protagonizada primeiramente pelos reinos ibéricos quais foram os agentes econômicos que permitiram e desenvolveram essa expansão? Como se organizaram e que tipo de concatenação havia para que a ampliação dos espaços geográficos além-mar se concretizasse em atividades econômicas lucrativas?

Portugal destacou-se nesse cenário em expansão. A descoberta da rota do Cabo, em 1498, circundando a África, permitiu atacar diretamente o monopólio italiano no Mediterrâneo centrado nas cobiçadas e caras especiarias do Oriente, até então abastecido pela rota do Levante, via mar Vermelho, atingindo o Mediterrâneo oriental.

A Coroa centralizou as decisões políticas e econômicas, tomando para si os negócios e impondo monopólios régios nas transações mercantis. As redes comerciais européias surgiram como consequência da ação que os mercadores europeus teceram durante a Baixa Idade-Média e o seu entrosamento com o negócio dos metais nobres e da moeda, conforme diz A.A. Marques de Almeida, considerando os trabalhos de Braudel para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo. No entender de Marques de Almeida, os mercadores valeram-se da usura, o comércio de larga distância, as cadeias familiares e da lenta acumulação de patrimônios e honras da sociedade feudal para emergir em uma economia monetarizada. Maria José Ferro Pimenta estudou os judeus em Portugal na Idade Média e como suas ações e parcerias mercantis os fortaleceram nesse período em termos econômicos, permitindo que se destacassem e participassem da expansão ultramarina e das atividades mercantis que delas derivaram.

Nesse cenário de transformações, as redes transcontinentais de comércio firmaram-se como elementos vitais para a expansão e solidificação das atividades mercantis. Elas eram formadas por grupos de comerciantes de *grosso trato* que se reuniam para fazer as trocas. Os mercadores procediam a movimentação dos seus interesses e garantiam a polivalência das suas ações em diferentes espaços portuários e sua inserção em redes de relação parentais, sociais e de negócio.

As trocas intercontinentais estavam centradas em cristãos-novos (grande parte de origem portuguesa) e suas famílias que tinham correspondentes nas mais importantes praças de negócios. Detinham o controle das finanças e do comércio, além de terem postos importantes na corte.

Na segunda metade do século XVI, intensificam-se os negócios, o Atlântico Sul passou a ser um dos pilares do comércio português, principalmente com o açúcar e o negócio do tráfico. Nesse período aumentou o número de portugueses que ascenderam na hierarquia dos negócios intra e extra-Europa. Estavam em suas mãos os mais significativos contratos de comércio, como o da pimenta, o das alfândegas, o dos dízimos, os dos suprimentos das praças de África e do tráfico de escravos. A teia de conexões formada pelas redes transcontinentais ampliou-se, aumentando a eficiência nas relações mercantis, sua capacidade de intervenção e de seu poder de atuação. Grandes grupos econômicos, em especial portugueses, tornam-se a base financeira e de distribuição das mercadorias na Europa para que os vetores mercantis se multiplicassem, e, assim, aumentassem seus lucros. Ao mesmo tempo, a evolução da atividade mercantil fez com que poucos acumulassem grandes cabedais, dedicando-se à esfera mais lucrativa do trato mundial, às transações financeiras e bancárias, lastreadas em uma economia cada vez mais monetarizada, centrando-se nos empréstimos e créditos que eram remunerados pelos juros pagos sobre o montante disponibilizado a terceiros.

A debilidade do tesouro real, pela necessidade sempre presente de financiamento para a capitalização dos negócios ultramarinos, colocou a Coroa à mercê dos grandes financistas internacionais que dominavam também o trato. Antuérpia se destacava como o grande centro de distribuição das mercadorias importadas por Portugal, além de centro financeiro, atraindo investidores e mercadores que lá se fixaram e estimulavam a dinâmica econômica no século XVI.

Nesse *boom* econômico a dispersão geográfica das redes fez-se necessária. Elementos que as compunham migraram para os locais centrais e vitais ao tráfico. As oportunidades de negócio aumentavam exponencialmente e atraíam cada vez mais pessoas para locais em franco desenvolvimento econômico. Assim, um forte movimento emigratório português se deu intra-continente europeu, para a Ásia, África e América.

Concomitantemente a essa diversificação geográfica econômica, estabeleceu-se a Inquisição em Portugal que se voltou primordialmente contra os cristãos-novos, perseguindo-os. A diáspora sefardita portuguesa deu-se não só pela ação do Santo Ofício, mas também pela mobilidade e pelos conhecimentos financeiros e mercantis que tinham no trato transcontinental, fazendo-os migrar para áreas onde os negócios eram mais rentáveis. A Inquisição portuguesa centrou sua ação nos “crimes” de judaísmo, perseguindo cristãos-novos e criptojudeus, aqueles que mantiveram a fé hebréia

secretamente depois da conversão forçada ao catolicismo em 1497. Essa perseguição estendeu-se aos centros dinâmicos do Império Português, dominado pelas redes de comércio formadas por elementos familiares cristãos-novos.

Estudaremos a empresa e o trato açucareiro inserido nas relações comerciais lideradas e dirigidas pela Coroa portuguesa e as redes mundiais de comércio de origem sefardita atreladas aos circuitos comerciais régios e subordinadas a Coroa.

Os grupos mercantis familiares de origem judia e cristã-nova na Europa ascenderam no trato transcontinental. Redes de comércio complexas e dispersas geograficamente atuavam nos mais significativos e rentáveis segmentos de negócio do período. Essas redes estavam em mãos de grandes clãs mercantis, unidas pelo parentesco direto e pelos matrimônios entre elas, se organizavam em grandes companhias de comércio, mantinham membros em praças estratégicas, como os grandes centros europeus, asiáticos e coloniais, para assegurarem a conexão e o perfeito entrosamento entre elas.

O endividamento da Coroa junto aos grandes financistas da época comprometeu sua capacidade de investimento na empresa marítima e o controle das praças ocupadas no Índico e na Ásia. A Coroa era o grande mercador e investidor da expansão, mas viu-se obrigada a associar-se a capitais particulares e a arrendar parte de suas exclusivas competências dadas pelo monopólio régio. Estudaremos como essa associação refletiu-se na organização e implementação da empresa açucareira em terras brasílicas, apoiada na estrutura monopolista do sistema colonial, como afirma Fernando Novais, o papel dos cabedais e o fluxo das redes mercantis sefarditas nessa atividade agro-exportadora em plena expansão na segunda metade do século XVI.

A colonização do Brasil inseriu-se dentro da lógica mercantilista da exploração comercial, no entender de Fernando Antonio Novais (*Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 2001). O desenvolvimento do açúcar atraiu capitais e pessoas para o principal pólo açucareiro do Brasil, o Nordeste. Capitais portugueses, algumas vezes associados a flamengos e a italianos, lastrearam a produção sacarina e a circulação desse produto entre Brasil e Portugal, e do Reino para o resto da Europa. A emigração portuguesa antecede à ação persecutória inquisitorial centrada nos cristãos-novos que se intensifica justamente no período de desenvolvimento do tráfico negreiro e da empresa açucareira brasílica. O negócio do açúcar parece ter sido controlado pelos capitais sefarditas em finais do século XVI imigrados para Amsterdã.

Fixaram-se no Brasil homens de grandes cabedais e membros dos clãs mercantis de origem sefardita organizados nas relações familiares. Os cristãos-novos³ se destacaram nessa empreitada além-mar, como senhores de engenhos e principalmente no controle do negócio do açúcar. Alternavam-se em posições estratégicas no Brasil, Portugal e África, bases do trato açucareiro e negreiro, mantendo grandes ligações com o Reino e Amsterdã. As redes transcontinentais não se detiveram apenas no comércio açucareiro, visto operarem em larga escala, fazendo negócios com os produtos de maior rentabilidade no período.

O Santo Ofício dirigiu-se ao Brasil, por meio de Visitações ordenadas pelo Tribunal de Lisboa. Sabiam os inquisidores que encontrariam aqui cristãos-novos e criptojudaizantes e veio ao encalço deles. O Santo Ofício via na organização mercantil privada séria ameaça à Coroa e à ordem prevalecida. Caberia a ele enfraquecer o poder dos cristãos-novos estabelecidos em redes comerciais determinadas pelos laços familiares, mas sem, no entanto, aniquilá-las, pelo fato delas dinamizarem o trato.

A partir do caso João Nunes Correia, procuramos estabelecer a dinâmica comercial da rede a que ele pertencia, formada por sua família e aparentados, e as interconexões com membros e agentes de outras redes comerciais. João Nunes era um cristão-novo de grande fortuna, senhor de engenho e mercador, com interesses no tráfico negreiro, contratador de pau-brasil, recebedor dos dízimos reais na Colônia, além de estar envolvido diretamente nos negócios da pimenta. Sua condição social o fazia um dos mais importantes homens da colônia brasílica, com amigos influentes poderosos pertencentes ao clero, senhores de engenho e ricos mercadores, altas autoridades, fossem eles cristãos-novos ou cristãos-velhos. Homem excêntrico, acabou denunciado por mais de duas dezenas de vezes e preso pelo Visitador Heitor Mendonça de Furtado, em 1592, na Bahia e enviado a Lisboa para ser inquirido e julgado pelo Tribunal do Santo Ofício. Ele foi solto por falta de provas, o que nos leva a crer que seu confinamento não interessava ao poder real, estando o tesouro régio endividado com os grupos ligados a Nunes.

O encargo e financiamento da colonização brasílica foi repassado a terceiros, mas tinha ela ainda o domínio dos negócios, cobrando taxas e impondo a obrigatoriedade de que as embarcações carregadas de açúcar e outros produtos, tivessem de parar em Lisboa, mesmo que se dirigissem a outros portos. A colônia só comerciava

³ Judeus convertidos à força ao catolicismo em Portugal em 1497 pelo rei D.Manuel.

com sua metrópole. As redes de negócio transcontinental de origem de famílias cristãs-novas foram atuantes na implementação da empresa açucareira e tiveram destaque na sua expansão. Os novos centros econômicos intra e extra – Europa atraíram população portuguesa que se fixaram nos pontos nevrálgicos do trato mercantil mundial.

A expansão ultramarina e comercial deu-se pelo alargamento do comércio com a incorporação de novas áreas de negócio e pela montagem de Impérios coloniais no Sistema Colonial proposto por Fernando Novais. A colonização das áreas ultramarinas se inseriu como desdobramento da expansão comercial, estabelecendo-se a empresa colonial voltada para atender aos interesses metropolitanos mercantis. O estudo da formação das redes de comércio apóia-se nos trabalhos de A. A. Marques de Almeida⁴ e Maria José Ferro Tavares⁵ que mostram o comércio náutico luso dos séculos XII e XIII com áreas situadas no norte do continente e as parcerias de judeus em diferentes praças na Europa e Ásia contribuíram para essa forma de organização do trato.

Concomitantemente a esse aumento das atividades dos mercadores portugueses houve o incremento das atividades de troca em toda a Europa. A expansão ultramarina pela África, Ásia e no Atlântico provocou o fortalecimento e complexidade dessas redes de comércio. Marques de Almeida nos fornece ainda muitas informações e análises sobre a inserção judaica no trato transcontinental e a relevância que adquiriram O Zangão e o Mel. Uma metáfora sobre a diáspora sefardita e a formação das elites financeiras na Europa (séculos XV a XVII). *Oceanos*, nº 29 Lisboa: CNCDP, Jan/Mar, 1997, Comunidades judaicas na época Moderna em Trás-os-Montes. Uma revisitação da historiografia. *Cadernos Terras Quentes 1*. (Aveiros, Portugal, Primavera 2005) e Mercadores cristãos-novos no negócio da especiaria (entre 1480 e 1530) de A.A. Marques de Almeida em *Cadernos de Estudos Sefarditas*, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A questão das redes comerciais a partir da segunda metade do século XVI como elementos ativos do comércio intra e transcontinental se inserem dentro do estudo da economia lusa e esta no cenário econômico europeu mercantilista. O contexto da economia internacional no qual as redes de comércio se desenvolveram são tratados principalmente por Frédéric Mauro em Portugal, *O Brasil e o Atlântico, 1570-1670* (Lisboa, Editorial Estampa, 1989); *Nova História e Novo Mundo*, (São Paulo:

⁴ A.A. Marques de Almeida. *Mercadores Cristãos-novos no negócio da especiaria (entre 1480 e 1530)*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste (s/d)

⁵ Maria José Ferro Tavares. *Os Judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982. p. 273 e segs.

Perspectiva, 1973); *Expansão Européia*, (São Paulo: Pioneira, 1980); Vitorino Magalhães Godinho, *História econômica e social da expansão portuguesa* (Lisboa: Terra, 1957), *Descobrimientos e a economia mundial* (Lisboa: Presenca, 1984), *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII* (Lisboa: Difel, 1990); Fernand Braudel em *Os jogos das trocas*. (Lisboa: Edições Cosmos, 1985) e *La dinámica del capitalismo*. (Cidade do México: Fondo de Cultura, 1986). A expansão portuguesa, o incremento e aumentos dos negócios no Oriente e a virada dos interesses lusos para o Atlântico Sul foram estudados por Kirti Chardouri, Francisco Bethencourt, Joaquim Romero Magalhães, José Matoso, J. R. Russel-Wood e Carlos Ridley em *História da Expansão Portuguesa* v.I e II. (Navarra: Círculo de Leitores, 1998). Os artigos tratam de aspectos ligados à emigração lusa, da expansão portuguesa, das relações da Coroa como empreendedora e líder da atividade mercantil e os financistas e mercadores da época, os descobrimientos, o estabelecimento do Estado da Índia, a exploração da África e a colonização das Ilhas Atlânticas e do Brasil.

Interpretações sobre a organização do comércio ultramarino e dos mecanismos de controle fiscal pela Coroa e sua ligação com grupos econômicos nacionais ou de outras áreas da Europa são discutidas e aprofundadas em *Portuguese trade in Asia under the Habsburgs 1580-1640*, de James C. Boyajian, (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993) além de fornecer elementos sobre o comércio e as redes familiares nos negócios do Oriente ligadas aos clãs portugueses. A.A.Marques de Almeida aprofundou seus trabalhos sobre o grande negócio da especiaria, fornecendo subsídios para a compreensão do papel da Coroa e suas relações com os mercadores lusos e estrangeiros no trato asiático na primeira metade do século XVI em *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549)*. (Lisboa: Edições Cosmos, 1993), como também Peter Emmer no artigo *The First Global War: The Dutch Versus Iberia in Asia, Africa and the New World, 1590-1609*. e-*journal of History Portuguese*. Volume 1, number 1, Summer 2003, Antonio de Vasconcelos Nogueira em *The Portuguese Jews and Modern Capitalism.Trading, Insurance, Banking, Business, and Economic Thought in Amsterdam from earlier 16th to the first decades of 20th centuries* (Universidade de Aveiro, Portugal) nos mostra e exemplifica a associação da mais importante família portuguesa que se tornou banqueiro em Antuérpia (os Mendes que concorriam com os Fugger à época) com diversos grupos econômicos intracontinentais para explorar especiarias, pau-brasil, entre outras mercadorias, na Ásia, África e Brasil.

A dinâmica das redes e o fortalecimento de sua atuação em segmentos cada vez mais amplos da economia europeia foi objeto de estudo de J. Gentil da Silva em *Strategie des affaires a Lisbonne entre 1595-1607*. (Paris: Librairie Armand Colin, 1956) que resgata a correspondência mercantil dos Rodrigues d'Evora, uma das famílias mais importantes e expoente rede comercial da época, relativas às letras de câmbio e transações mercantis do negócio da pimenta. Esse trabalho permite identificar a clara interconexão mercantil entre mercadores sefarditas e outros do continente europeu; Leonor Freire Costa em trabalhos ligados à economia do transporte portuguesa nos séculos XVI e XVII fornece dados e análises preciosas sobre fretamentos, carregadores do açúcar, bem como a caracterização e a atuação de redes de comércio lusas. Identifica pessoas ligadas ao tráfico açucareiro e desvenda as comunicações entre as diferenças praças. Nessa obra de Leonor *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio (1580-1663)*, I e II. (Lisboa: CNCDP, 2002) há o registro nominal de carregadores de embarcações de Lisboa e do Porto, estando muito deles ligados às exportações de produtos do reino, açúcar e pau-brasil. Aprofunda-se nas relações do trato do açúcar de Portugal e o mundo em *Impérios e grupos mercantis. Entre o Oriente e o Atlântico* (século XVII). (Lisboa, Livros Horizonte, 2000), e no trabalho apresentado no Seminário O Mundo que o português criou, intitulado *Rota do Cabo e as rotas do Brasil: para um estudo comparado no transporte marítimo nos séculos XVI e XVII*, (Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1997). James C. Boyajian m *Portuguese bankers at the court of Spain 1626-1650*. (New Jersey: Rutgers University Press, 1983) traça um perfil da economia europeia mercantil, destacando a ação das redes de comércio, os grandes financistas, permitindo identificar as principais famílias, seus negócios e interligações com outros grupos econômicos, com preponderância dos cristãos-novos, e como os grupos de origem hebréia foram importantes para as Coroas ibéricas, socorrendo-as em momentos de crise. Aponta também os fatores que propiciaram a ascensão da burguesia lusa com a exploração do Atlântico, mais precisamente do açúcar brasileiro e o tráfico negreiro. Maria da Graça A. Mateus Ventura. *Cristãos-novos portugueses nas Índias de Castela: dos negócios aos cárceres da Inquisição (1590 - 1639)*. (Publicado in *Oceanos*. Lisboa: CNCDP, 1997. nº 29) estuda uma família cristã-nova portuguesa que se estabeleceu na Índias de Castela e tornou-se o principal grupo de comércio em Cartagena, sofrendo perseguição inquisitorial. Esse artigo nos permite fazer comparações com o caso João Nunes Correia e de outras famílias de projeção no comércio colonial brasileiro.

O Nordeste açucareiro tornou-se pólo de atração econômica na segunda metade do século XVI e para cá se dirigiram muitos cristãos-novos com interesses na empresa açucareira em expansão. Entre eles, João Nunes Correia, mercador português, dono de uma imensa fortuna e com ligações com os mais importantes segmentos de negócio, membro de uma complexa rede de comércio liderada pelos grandes clãs mercantis sefarditas. Foi preso pela Inquisição e mandado a Portugal, onde foi absolvido por insuficiência de provas. Os processos inquisitoriais contra judaizantes são importantes formas de conhecer um pouco da realidade colonial açucareira, como também *As Denúncias de Pernambuco e Bahia* fornecem rico material sobre as ligações entre membros das redes de comércio e as atividades exercidas, graus de parentesco, que são complementadas pelas *Confissões da Bahia*, organizado por Ronaldo Vainfas.

Para o estudo de João Nunes Correia, recorreremos aos processos inquisitoriais contra ele existentes no Arquivo nacional da Torre do Tombo – A Inquisição de Lisboa contra o mercador cristão-novo João Nunes Correia, processos nº 87, 88, 885, 1491 e 12644. Embora ricos em detalhes, tais processos não trazem grandes informações sobre a vida econômica de João Nunes, nem sobre seus bens, como também não elucidam suas atividades mercantis, na produção de açúcar e sobre suas alianças e correspondência com outros mercadores aparentados ou de outras famílias com os quais travava relações comerciais. Arnold Wiznitzer em *Os judeus no Brasil colonial*. (São Paulo: Pioneira, 1966) apresenta os judeus nos primeiros séculos da colonização brasileira, ressaltando o lado criptojudeu de alguns colonos, como também identificando cristãos-novos que se destacaram, na vida econômica e na formação das primeiras comunidades judaicas em terras brasílicas, fazendo o recorte pela Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil (1591-1595). Entre esses homens proeminentes está João Nunes Correia, rico mercador e senhor de engenho, membro ativo da sociedade pernambucana. Reconta sua trajetória até a sua absolvição pela Inquisição. Na mesma linha segue Elias Lipner em *Os judaizantes nas Capitâneas de Cima*. (São Paulo: Brasiliense, 1969) que dedica um capítulo inteiro a João Nunes, intitulado: *João Nunes, o Rabi da lei dos judeus em Pernambuco*. Nesse capítulo, trata-se não apenas das atividades econômicas de João Nunes, mas também sua possível ação como o rabi da comunidade criptojudáica de Pernambuco em virtude das denúncias. José Alexandre Ribenboim em *Senhores de Engenho Judeus em Pernambuco Colonial (1542-1654)*. (Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1998.) analisa vários cristãos-novos que foram senhores de engenho nos séculos XVI e XVII, destacando João Nunes Correia. Embora esses autores

priorizem aspectos da religiosidade dos cristãos-novos e criptojudeus e a prática da fé hebréia em terras brasílicas, as informações que trazem sobre a comunidade cristã-nova no Nordeste foram fundamentais para a pesquisa realizada. A projeção de João Nunes em Pernambuco é retomada por José Antonio Gonçalves de Mello em *Gente da Nação. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco (1542-1654)*. (Recife: Joaquim Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1989) na qual destaca os cristãos-novos e o açúcar pernambucano, elucidando como os *mercadores da Nação* transitavam e agiam na indústria do açúcar em plena expansão. Um dos capitães desse negócio foi João Nunes Correia, que é analisado em um capítulo denominado “Um capitalista cristão-novo: João Nunes Correia”.⁶ Nesse capítulo, dando prosseguimento à análise dos cristãos-novos na economia colonial açucareira, destaca-se a trajetória do mercador, suas atividades sociais e econômicas. Sonia A. Siqueira trata especificamente do comerciante João Nunes, recuperando pela bibliografia sobre a expansão marítima portuguesa e fontes impressas e manuscritas, como os processos da Inquisição contra João Nunes, seu perfil “empreendedor” de burguês típico representante da classe social mercantil ibérica em ascensão. Em seus trabalhos fica clara a importância desse cristão-novo no comércio Atlântico, suas ligações com outros poderosos mercadores e a ação do Santo Ofício em negar-lhe culpa nos processos, segundo a autora, por sua condição fundamental no comércio ultramarino (*A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo, Ática, 1978). *O Comerciante João Nunes*. (In: Anais do V Simpósio nacional dos Professores Universitários de História, vol 1. Portos, Rotas e Comércio. São Paulo: 1971.)

Os cristãos-novos, seu papel na colonização do Brasil e no negócio do tráfico é bem explorado em *Os Magnatas do Tráfico Negreiro* (São Paulo: Pioneira/Edusp, 1981) e os *Cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional* (São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1978), ambos de José Gonçalves Salvador, apresentando análises e dados, bem como a importância da comunidade sefardita na colônia e sua interligação com a metrópole. Anita Novinsky em *Cristãos-novos na Bahia*. (São Paulo: Perspectiva, 1992) embora concentre seus estudos na Segunda Visitação do Santo Ofício entre 1618-20, fornece excelentes informações sobre cristãos-novos e suas atividades no açúcar, citando e apontando indivíduos que se destacavam no comércio sacarino na última década do século XVI e as primeiras do XVII. Assim, podemos identificar

⁶ O autor aponta o anacronismo do termo, visto que o termo capitalista só surgiu séculos mais tarde.

continuidades das ações familiares na empresa açucareira como também suas interconexões com a Metrópole e outras praças de negócio, podendo se estabelecer relações entre mercadores, no Brasil e em Lisboa, e senhores de engenho cristãos-novos e sua atuação no trato mundial. Eduardo Oliveira e Sonia Siqueira em *Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor e Visitador Licenciado Marcos Teixeira; Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618 – 1620*. In: Anais do Museu Paulista. Tomo XVII. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1963 nos permite correlacionar, a partir dos documentos do Santo Ofício pessoas, trajetos, relações comerciais no Atlântico Sul e Europa. Nesses documentos fica patente a ascensão de Amsterdã como centro econômico europeu, a presença e importância dos cristãos-novos sefarditas na cidade e no negócio do açúcar, como também em outros segmentos do trato, inclusive no tráfico negro.

Gonsalves de Mello em no Capítulo 1 de *Gente da Nação* faz um minucioso estudo sobre os primórdios da fixação cristã-nova no Nordeste, identificando muitas vezes suas origens e relações parentais, e como os sefarditas passaram a dominar esse negócio. No início do século XVII, aponta dois cristãos-novos como os maiores exportadores de açúcar do Brasil. Também é de grande valia a reprodução de listagens de senhores de engenho cristãos-novos em 1609 e 1623 e uma relação de embarques de açúcar de Pernambuco para o Reino e seus consignatários em Lisboa entre 1596 e 1603, extraído do manuscrito *O Livro de entrada e saída dos navios e urcas do porto de Recife*, fornecendo informações preciosas sobre as interconexões entre os grandes mercadores portugueses e as grandes redes de comércio européias.

O papel dos portugueses nas atividades mercantis na Europa do século XVI e nas primeiras décadas do século XVII foi tratado por João Lúcio de Azevedo em *História dos Cristãos-novos portugueses*, como também o fazem Egon e Frieda Wolff em *Judeus em Amsterdã*. (Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico, 1989). O trabalho deles, baseados em registros notoriais em Amsterdã, são fontes indispensáveis para a compreensão da dinâmica dessas redes e seus interesses no açúcar. Relacionam também cristãos-novos que se estabeleceram em Amsterdã, aderindo abertamente à fé judaica, e seus negócios com o Brasil, Inglaterra, Lisboa. Apontam seus nomes portugueses e judeus que passaram a adotar na Holanda. Esse trabalho facilita a identificação dos mercadores e senhores de engenho com atuação anterior na empresa açucareira, suas relações familiares em Portugal, e o destaque que tinham nas redes de negócio. James C. Boyajian em *Portuguese bankers at the Court of Spain* analisa a

formação de um “corpo mercantil” emergiu em cidades e portos portugueses, a despeito do estrito monopólio da Coroa nos negócios da pimenta e especiarias. Em 1580, segundo ele, um pequeno e achegado grupo de famílias de mercadores portugueses, como os Anjo, Caldeira, Frias, Salazar, Gomes d’ Elvas, Mendes, Rodrigues d’Évora e Veiga, Rodrigues Solis e os Ximenes de Aragão dominaram o trato asiático, superando os italianos e financistas alemães como financiadores da Coroa lusa no trato asiático. Dispersaram-se por Antuérpia, Florença e Veneza, agindo conjuntamente com outros mercadores flamengos, ficando os mercadores lisboetas reduzidos a um papel menor nas transações mercantis de larga escala..

A questão da diáspora e do aumento e intensificação das relações mercantis entre os homens da Nação é retomado por Antonio José Saraiva em *Inquisição e Cristãos-novos* (Lisboa: Editorial Estampa, 1994). Essa bibliografia trata de forma crítica a questão da dispersão pelo continente europeu (principalmente) dos cristãos-novos perseguidos pela Inquisição portuguesa, Antuérpia como centro financeiro, o despontar de Amsterdã como principal centro judeu na Europa e como este se tornou o centro mais dinâmico europeu nas primeiras décadas do século XVII. O aprofundamento dessas questões é tratado em *História dos Judeus em Portugal*, de Meyer Kayserling, em especial nos capítulos Peregrinações dos judeus portugueses e Portugal sob domínio espanhol (cap. VI e VII). Recentemente alguns autores portugueses retomaram a questão da diáspora portuguesa e (também) a pressão da Inquisição portuguesa no Reino e suas conseqüências na dinâmica econômica e política do Reino. Entre eles destacam-se Leonor Freire Costa em *O transporte no Atlântico e a Companhia geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol. I. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002 e *Rota do cabo e as rotas do Brasil: para um estudo comparado do transporte marítimo nos séculos XVI e XVII*. Texto apresentado no Seminário: O mundo que o Português criou. Pernambuco, 2000; Maria José Ferro Tavares em *A expulsão dos Judeus de Portugal: a conjuntura península* In: *Oceanos*. Diáspora e Expansão, Lisboa, nº 29, Jan./Mar.1997, e A. A. Marques de Almeida em *O Zangão e o Mel. Uma metáfora sobre a diáspora sefardita e a formação das elites financeiras na Europa (séculos XV a XVII)* na mesma publicação e *Mercadores Cristãos-novos no negócio das especiarias (1480 e 1530)* artigo publicado pela Cátedra de Estudos Sefaditas Alberto Benvenistes e a Universidade de Lisboa. Esses autores trabalham com premissas de redes de comércio de origem sefardita e de seu domínio no trato e finanças européias. Peter C. Emmer em

The First Global War: The Dutch Versus Iberia in Asia, Africa and the New World, 1590-1609. e-journal of History Portuguese. Volume 1, number 1, Summer 2003, ilustra muito bem como o capital português foi transmigrado para o norte da Europa, Antuérpia e depois Amsterdã, e nos mostra que o negócio do açúcar continuou nas mãos de sefarditas de origem portuguesa, que se baseava em redes familiares de comércio com representantes nas principais praças na Europa, África, Ilhas Atlânticas portuguesas e Brasil. Herbert Bloom em *The economic activities of the jews in Amsterdam in the seventeenth centuries.* (London: Kennikat Press, 1969) e Marcus Arkin em *Aspects of Jewish Economic History* (Philadelphia: The Jewish Publication Society of America, 1975) mostram como os judeus nos séculos XVI e XVII dominavam o trato e as finanças na Europa. Os mercadores judeus centrados em Flandres e depois Amsterdã, voltaram-se seus interesses para a ampliação e diversificação dos negócios, investindo na manufatura da seda e em refinarias de açúcar, adquiriram expressão política e tornaram-se homens de projeção social em Antuérpia e Amsterdã

Nesse cenário de expansão mercantil como diz Godinho, “é o açúcar um dos vetores da construção do mundo atlântico” e com o incremento da atividade açucareira os investimentos nos engenhos se avolumam. De onde teriam vindo esses cabedais?

A questão dos capitais investidos na empresa açucareira no Brasil foi introduzida por Celso Furtado que propõe que esses capitais eram holandeses (Formação Econômica do Brasil, 1991). Stuart B. Schwartz (*Segredos Internos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998) amplia a origem dos investimentos como vindos do norte da Europa e de italianos, como também por Kollebenz (Relações Econômicas entre Antuérpia e o Brasil no século XVII, *Revista de História.* Vol. XXXVIII nº 76. 1968) que apresenta produtores ligados ou originários da Antuérpia no século XVI. Evaldo de Mello em seu artigo *Uma questão de nuance (Folha de S.Paulo, Brasil 500 anos.* Caderno Mais, 2000) aponta que Celso Furtado se equivocou ao incluir os holandeses nos capitais advindos de Flandres. A participação holandesa foi vital a partir da década de 1590, quando houve intensa migração de Antuérpia para Amsterdã. Leonor Freire Costa apresenta informações em *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do comércio do Brasil (1580-1663)* vol I que constata a presença de investimentos dos grandes clãs mercantis metropolitanos, por vezes associados a grupos flamengos e italianos no Brasil como também em outros centros dinâmicos do comércio mundial. Boyajian também nomeia ricos produtores de açúcar cristãos-novos originários de famílias de Lisboa e Porto, reforçando a idéia que um número significativo de

mercadores bem sucedidos no trato asiático e Atlântico forma essenciais para a expansão da empresa açucareira. Seus cabedais foram investidos inicialmente em engenhos, financiando plantações e construção de engenhos atuando diretamente na produção e na distribuição desse produto para a Europa Além disso, detinham o monopólio de insumos essenciais para o desenvolvimento da lavoura açucareira e seus saberes anteriores no fabrico e exportação do açúcar os distinguiu entre os colonos.

A empresa açucareira é fartamente estudada por Stuart Schwartz em *Segredos Internos*. (São Paulo: Companhia das Letras, 1998.) e por Vera Ferlini em *Terra, trabalho e poder*. (Bauru: Edusc, 2003). Por esses estudos compreendemos a lógica da atividade açucareira, bem como a grande quantidade de dados apresentada pelos autores nos permite traçar um perfil de sua organização, dinâmica e a atuação dos agentes que a compuseram. Os trabalhos de Gonsalves de Mello sobre a migração serfada para o Brasil, seu papel na empresa açucareira ajudam-nos a traçar os primórdios dessa atividade colonial. Por ele identificamos os grandes exportadores de açúcar, a presença dos clãs mercantis dominantes da economia lusitana e europeia. Leonor Freire Costa nos ajuda a entender os mecanismos da escoação dos produtos colonial apontando os principais líderes no transporte sacarino e suas relações em Portugal.

A Inquisição como instituição e suas ações em Portugal, Espanha e Itália foi estudada em profundidade por Francisco Bethencourt que em seu estudo abrange os aspectos de formação, organização e atuação dos Tribunais do Santo Ofício (Francisco Bethencourt. *História das Inquisições*. Portugal, Espanha e Itália, Séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia da Letras, 2000). Sua obra nos permite avaliar a Inquisição, ampliando a compreensão e a magnitude dos tribunais eclesiásticos, vistos muitas vezes pela bibliografia centrados primordialmente em aspectos políticos ou religiosos. Maria José Ferro Tavares coloca a Inquisição como fruto do fracasso na política de integração promovida por D. Manuel, enquanto José Antonio Saraiva a vê como a luta de classe entre a burguesia mercantil ascendente e a nobreza. Antonio Borges Coelho em Política Dinheiro e Fé: Cristãos-novos e judeus no tempo dos Filipes. In: *Cadernos de Estudos Sefaditas <Alberto Benvenistes>*. nº 1, (Ciclo de Conferências 2000. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 2001), como forma de espoliação régia dos bens e fortunas dos cristãos-novos. Peter Emmer a classifica como uma tentativa de sufocar o trato como forma de enfraquecer a ascensão dos mercadores lusos que punham em risco a estabilidade e a ordem vigente centrada no poder real e na nobreza.

A identificação dos cristãos-novos nas redes mercantis baseou-se nos trabalhos de Leonor Freire Costa, Gonsalves de Mello, Anita Novinsky, James Boyajian e Antonio Borges Coelho, nos livros das *Denúncias de Pernambuco e Bahia*, bem como em Eduardo Oliveira e Sonia Siqueira em *Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor e Visitador Licenciado Marcos Teixeira; Livro das Confissões e Ratifica es da Bahia: 1618 – 1620*.

No capítulo 1 apresentamos um panorama da economia lusa nos séculos XV e XVI. Vemos como os portugueses ampliaram e se destacaram no comércio com os nórdicos ainda nos séculos XII e XIII, tornando-se um entreposto relevante entre a economia mediterr nea dominada pelos italianos e o norte da Europa.

Em 1415, com a tomada de Ceuta, iniciou-se a expansão ultramarina portuguesa. A Coroa tomou a si o empreendimento marítimo pela busca de rotas alternativas até  ndias e, assim, tomar para si o lucrativo trato das especiarias até então monopolizadas pelos italianos. A descoberta da Rota do Cabo quebrou a hegemonia italiana no abastecimento dessas e outras mercadorias para a Europa. A Coroa apoderou-se e controlou o trato, que foi sustentado pelo monopólio régio, calcado em uma rede de feitorias estabelecidas nas costas da África e no litoral do Oriente e pelo domínio do Índico.

O Atlântico Sul também foi alcançado pela expansão ultramarina lusa, apoderando-se das ilhas atlânticas e de uma grande extensão de terra no continente americano. Ao contrário das  ndias, onde a atividade dos europeus circunscreveu-se   circula o de mercadorias, as Ilhas e o Brasil para serem inseridos na economia mercantil lusa foram ocupadas e passaram à *esfera da produ o*, como forma de valorizá-las em termos econ micos, atendendo às necessidades mercantis do Estado e dos mercadores atrelados a ele. O Atlântico Sul, na metade do XVI, tornou-se o pilar do comércio luso, em virtude da expansão da empresa açucareira e do tráfico negreiro que abastecia as lavouras, em especial o Brasil, de mão-de-obra, sendo o tráfico um dos mais importantes e lucrativos negócios do período. O empreendimento colonizador foi repassado a particulares em virtude das precárias condi es do tesouro real. O Império português no Atlântico sustentou-se pela ocupa o dos territórios pertencentes   Coroa.

No capítulo 2 apresentamos a aproxima o das redes de comércio da Coroa portuguesa, suas rela es com financistas alemães e italianos em decorrência dos constantes déficits do tesouro real e a aproxima o com grandes mercadores. O

fortalecimento das redes em âmbito europeu e transcontinental e a presença crescente dos cristãos-novos na economia mercantil, organizando-se em redes. Veremos a ascensão dos grupos portugueses e o fortalecimento como grandes financistas em substituição aos alemães, mas ainda ligados aos banqueiros italianos. Estabelecemos a organização dessas redes, sua participação nos mais relevantes negócios da época, seu funcionamento e sua dinâmica interna, a mobilidade de seus membros como elemento essencial para que adquirissem maior coesão e eficiência no trato global. Atentamos para as relações parentais e a consangüinidade das redes familiares de comércio, bem como sua afirmação e ampliação por meio de matrimônios entre aparentados, consolidando interesses econômicos. Também propomos a rede comercial de João Nunes Correia, destacando seus diversos negócios, suas interligações com o açúcar, pimenta, pau-brasil, tráfico de escravos e suas conexões comerciais com elementos dos mais destacados clãs mercantis lusos dirigidos a partir de Flandres e Amsterdã. Dedicamos especial atenção aos homens/famílias pertencentes a redes de comércio e as relações entre eles na atividade mercantil, procurando dar uma visão mais ampla do intrincado sistema de conexões parentais que dominava o comércio em fins do século XVI e início do XVII. Muitas relações mercantis de João serão analisadas por seus contatos e parentesco com membros de projeção no comércio transcontinental.

No capítulo 3 estudamos a Inquisição no Brasil, João Nunes no Brasil, suas atividades, sua atuação na empresa açucareira, seu papel de onzeneiro, suas amizades influentes e seu poderio na sociedade pernambucana Quinhentista, quando desafiou abertamente as regras morais e jurídicas daquele tempo. Em seguida tratamos das acusações que sofreu quando da Primeira Visitação do Santo Ofício no Brasil, entre 1591-1595, e sua prisão pelo Visitador. Ao chegar a Lisboa, o encarceramento foi curto e o Conselho Geral o absolveu por falta de provas.

Capítulo 1: Um mundo em negócios em expansão

1.1 Portugal e a expansão ultramarina

Desde os séculos XII e XIII, percebem-se em Portugal elementos de uma economia lastreada na produção e consumo, derivada, sem dúvida, da presença secular moura na península Ibérica, e em expansão pelo acentuado crescimento demográfico nesses séculos. Mercadores portugueses foram impulsionados pelo desejo do lucro nos negócios com a Inglaterra, o Atlântico Norte, Bordéus e La Rochelle no decorrer dos Trezentos. O incremento das atividades mercantis na Europa ganhava amplidão geográfica e aumentava o número de pessoas dedicado a elas. O crescimento das trocas levou em 1293 a criação da (primitiva) Bolsa de Antuérpia, comandada por mercadores, inclusive lusos, com interesses em Flandres, Inglaterra, Normandia, Bretanha e La Rochelle. Simultaneamente às atividades de comércio, as cidades italianas nos séculos XIII e XIV desenvolveram e aperfeiçoaram questões credíicias e financeiras com o fortalecimento de suas casas bancárias.

No século XIV as trocas intensificaram-se no continente e cada vez mais mercadores portugueses dirigiam-se a Flandres, Inglaterra e França. Avanços técnicos como na metalurgia, com o emprego da hulha branca e a utilização de carrinhos nas minas, permitiram a melhoria significativa na produção dos metais, refletindo-se na fabricação de canhões e outras armas de fogo. Além disso, o aprimoramento da construção náutica e nas técnicas de navegação permitiu a abertura e ampliação das rotas marítimas⁷.

A partir de 1450, as economias se alargaram em função do crescimento urbano, revigoradas pela ascensão dos preços industriais (manufaturas) enquanto os agrícolas não se alteravam ou mesmo perdiam valor⁸. Os mercados urbanos passam a comandar a economia européia. A expansão da economia atlântica assentou-se nas grandes feiras internacionais: Antuérpia, Frankfurt, Lyon e Medina del Campo, Bisenzone e as feiras do Norte de Itália.⁹

⁷ Michel Beaud. *História do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 19

⁸ Fernand Braudel. *La dinâmica del capitalismo*. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1986. p.31

⁹ A.A. Marques de Almeida. *O Zangão e o Mel. Uma metáfora sobre a diáspora sefardita e a formação das elites financeiras na Europa (séculos XV a XVII)*. *Oceanos. Diáspora e Expansão*, nº29. Jan/Mar.1997. Lisboa: CNCDP. p. 23.

Antes do século XV, as economias-mundo¹⁰ eram estanques e fechadas nelas mesmas. Não se imaginava que algum dia elas poderiam estabelecer relações significativas entre si. O mar Mediterrâneo, centro nevrálgico do comércio europeu, no século XV era dominado pelos italianos que abasteciam a Europa de especiarias, tecidos, metais, sedas, entre outras mercadorias, como também as atividades bancárias e de finanças, marcando e delineando os primórdios do capitalismo – como diz Braudel o quadrilátero urbano das repúblicas de Gênova, Florença, Veneza e ducado de Milão –, sobretudo genoveses, que praticamente impediam a circulação de embarcações de outras áreas européias nas águas desse mar.

Lisboa era ponto de parada de navios italianos com destino ao Norte e dos que voltavam em direção ao mar Mediterrâneo. No século XIV ganhou ainda mais destaque por acontecimentos intra-europeus, como a Guerra dos Cem Anos e a Peste Negra que limitaram a rota tradicional terrestre, ligação entre o Mediterrâneo ao Mar do Norte, pelas feiras de Champagne. Mesmo cobrando taxas de portagem dos navios, reabastecendo e exportando vinhos, sal, óleo de oliva, pescados, entre outros produtos, os lucros advindos do comércio eram pequenos em relação aos auferido pelos italianos com as especiarias e outros produtos de luxo trazidos pela rota do Levante, via mar Vermelho que desembocava no Mediterrâneo oriental e redistribuídos pela Europa.

A capital lusa tornou-se, no século XV entreposto atlântico grande redistribuidora de especiarias Gênova e Livorno, como também do atuante comércio genovês, impondo-se como verdadeiro armazém dos tecidos e de outras mercadorias manufaturadas de Milão e Florença e dos produtos agrícolas exportados por Nápoles.

O fortalecimento e centralização política da Coroa foram fundamentais para que as barreiras e entraves medievais à expansão mercantil fossem sendo superados. O incremento do comércio europeu, que levou ao desenvolvimento da economia mercantil e ao fortalecimento das camadas urbanas e burguesas. Havia a necessidade de abrir novas rotas de comércio e conquistar novos mercados.

¹⁰ Economia-mundo, segundo Braudel refere-se “a um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz de, no essencial, bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica.” O autor dá como exemplo o Mediterrâneo do século XVI. A grande especificidade desse sistema é a diferenciação das fronteiras econômicas e políticas, ou seja, entre as fronteiras da própria economia-mundo e as delimitadas de maneira soberana pelos diversos Estados (sistema interestatal). Fernand Braudel. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVII*. 3vol vol. II, [Trad] Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 12

As empreitadas ultramarinas para se descobrir rotas alternativas para a expansão comercial exigiam grandes cabedais, em virtude das dificuldades técnicas náuticas e pelo desconhecimento da navegação transoceânica. A realização de altos lucros fazia-se necessária para compensar os pesados investimentos e os inúmeros riscos das rotas de longa distância. Assim, os produtos de luxo tornaram-se primazia no trato mercantil ultramarino luso e a exploração dos metais preciosos pela Espanha.

A centralização política fortalecia o surgimento dos Estados Nacionais. Só a Coroa tinha condições de bancar e liderar os complexos empreendimentos navais, por sua capacidade de arrecadar recursos em âmbito nacional. Assim, a centralização política e econômica foram os vetores da expansão, sendo esta fruto de “um processo altamente consciente, em que se debatiam cuidadosamente vários elementos dessa política.”¹¹ O Estado delimitado territorialmente detinha prerrogativas para a execução dessa tarefa, visto terem se solidificado sob uma base financeira de grandes proporções, centrando-se nas atividades econômicas. Quer tenha pretendido ou não o Estado se converteu no empresário mais importante do século XVI. Dos Estados dependem as guerras modernas, com sua constante e crescente necessidade de efetivos humanos e dinheiro; o mesmo ocorre com as maiores empresas econômicas: *A Carreira de Índias*, com base em Sevilha, a rota entre Lisboa e as Índias Orientais, a cargo da Casa das Índias, quer dizer, do rei de Portugal.”¹²

As Coroas Ibéricas tornaram-se os grandes mercadores desse período. Suas ações econômicas e políticas eram baseadas em uma rígida supervisão do Estado. Impuseram monopólios a algumas atividades mercantis, centralizando-as, assumindo o controle e a iniciativa sobre os empreendimentos, interferindo na administração dos resultados das empresas de mercadores e senhores que participavam dos tratos régios¹³ Dessa forma garantiam o domínio sobre os novos negócios, evitando a concorrência e garantindo para si as rendas fiscais derivadas da mercancia que geravam riquezas.

¹¹ Kirti Chaudhuri. O estabelecimento no Oriente. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *Op.cit.* p. 186.

¹² Fernand Braudel. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II* Tomo 1. México: Fondo de Cultura, 1987. p. 596.

¹³ José Hermano Saraiva. *História concisa de Portugal*. 5ª edição. Lisboa: Publicações Europa-América, 1979. p.141

1.1.2 A expansão portuguesa

A Coroa portuguesa saiu à frente na expansão ultramarina, iniciada em 1415 com a tomada de Ceuta, no norte da África, liderada pelo o Infante D. Henrique. Segundo Braudel, o pequeno reino lusitano desempenhou um dos principais papéis na enorme reviravolta cósmica introduzida pela expansão geográfica da Europa, no fim do século XV, e por sua explosão para o mundo. Coube-lhe o papel principal.¹⁴ A Coroa tomou para si o monopólio do trato e foi o sustentáculo na empresa ultramarina. Os portugueses tinham perfeita noção da importância dos mercados para as economias nacionais e dos lucros que os governantes obtinham no controle das rotas comerciais inter-regionais.¹⁵

A expedição militar sob os auspícios da Coroa transpôs o estreito de Gibraltar e atingiu o norte da África. Os interesses centraram-se em obter a posse do norte do Marrocos, estendendo o reino a essa região, obter o domínio sobre a passagem entre os reinos muçulmanos de Fez, na África, e Granada, na Europa, sustando qualquer avanço mouro em direção a Portugal, o controle das rotas transaarianas que abasteciam subsidiariamente o mercado europeu com as especiarias do Oriente e o ouro do Sudão, além de aproveitar as oportunidades comerciais que o Mediterrâneo apresentava.¹⁶ Além disso, era uma maneira de a nobreza ainda impregnada da mentalidade cruzadística medieval de combater os infiéis e legitimar seus feitos militares de cavalaria, aumentando seu prestígio na sociedade quatrocentista lusa.

Os feitos de Portugal não se detiveram à captura de Ceuta. Os interesses expansionistas da Coroa levaram-na a incrementar as atividades náuticas, provocando o alargamento das navegações, direcionando-as para as costas africanas, bordejando-a, estabelecendo feitorias em pontos conquistados ao longo do litoral.¹⁷ As embarcações portuguesas aumentaram seu raio de navegação e dirigiram-se para o Atlântico Sul,

¹⁴ Fernand Braudel. *Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV-XVIII* – O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998, vol.3. p. 122.

¹⁵ Kirti Chaudhuri. *O estabelecimento no Oriente*. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *A História da Expansão Portuguesa*. vol I. A expansão do Império (1450-1570). Navarra: Espanha, 1998. p. 167.

¹⁶ Havia três grandes rotas, sendo a mais importante a Rota do Levante, interligando os litorais desde o Japão ao Mar Vermelho, terminando em Alexandria ou na Síria. A rota transaariana ligava a África central aos portos do Mediterrâneo do norte da África, de onde eram reexportados para a Europa. A Rota da Seda fazia-se da China, transpassando áreas interiores da Ásia, atravessando o mar Negro até chegar ao o Mediterrâneo oriental.

¹⁷ A. A. Marques de Almeida. *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria*. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p.17-18

apossando-se da Ilha da Madeira, em 1419, da África, em 1427 os Açores, Cabo Verde em 1460, e São Tomé em 1471, embora o objetivo do Infante não fosse com essa expansão chegar às Índias, mas tomar o Marrocos, no norte, pelo sul.¹⁸

Os excelentes resultados positivos da balança comercial de Veneza, fruto das imensas frotas de galés que todos os anos aportavam no Mediterrâneo Oriental, na segunda metade do século XV, chamaram a atenção e atraíram os interesses sobre esse rentável negócio de grandes grupos financeiros e de governantes europeus.¹⁹ O rei D. João II estabeleceu uma política expansionista que visava atingir o Oriente tanto por mar, como por terra. Entre seus planos estavam a circunavegação da África, que revelou o caminho por mar até o Oriente e das cobiçadas especiarias²⁰, com a descoberta da Rota do Cabo, em 1498. Em uma dessas empreitadas para as Índias, em 1500, uma expedição tocou a porção ocidental das terras americanas do Atlântico Sul, que se tornou propriedade de El-Rei, e acabaria por receber o nome de Brasil.

A Espanha também teve um movimento expansionista marítimo atlântico similar ao luso. Apossou-se de grande parte da América, obtendo o monopólio da prata e ouro extraídos de suas possessões no Novo Mundo. As tensões entre as duas coroas ibéricas provocadas pela expansão ultramarina acirraram-se na década de 1580. Portugal e Espanha disputaram o controle das terras descobertas e a descobrir derivadas dos empreendimentos náuticos no Atlântico. Procuravam dominar e legitimar suas descobertas no âmbito europeu. Para tal, recorreram ao papa que arbitrou o conflito de interesses entre as duas potências mercantilistas. Holandeses, ingleses e franceses que se encontravam em processo de centralização política e desenvolvimento econômico, contestaram a divisão do mundo entre Portugal e Espanha. Também queriam participar dessa empreitada que mudava as feições européias, agregando espaços desconhecidos

¹⁸ Carlos Riley. *Ilhas Atlânticas e Costa Africana*. In:(dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa v.1. A formação do Império (1415-1470)*.Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p 149.

¹⁹ Kirti Chaudhuri. *O estabelecimento no Oriente*. Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa v.1. A formação do Império (1415-1470)*.).Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 186.

²⁰ “Na véspera da descoberta portuguesa da Rota do Cabo para a Índia, as estimativas de importação de pimenta e especiarias apresentadas nos diários de Sanuto e Pirulli atingem cerca de dois milhões e setecentas mil libras de especiarias.” Kirti Chaudhuri. *O estabelecimento no Oriente*. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa v.1. A formação do Império (1415-1570)*.).Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 186.

transcontinentais, em virtude da multiplicação de negócios que agilizavam e incrementavam a circulação de mercadorias.²¹

Novos produtos eram oferecidos e os escassos e caros, como as especiarias asiáticas e as matérias-primas tintureiras retiradas das madeiras do Brasil eram usadas na indústria têxtil, mudaram hábitos de consumo, gostos e a mentalidade de parcelas cada vez maiores da população do continente. Os mercados cresciam e geravam mais negócios, alterando profundamente o raio e o tipo de ação do comércio europeu que se tornou mais complexo e passou a contar com um maior número de agentes envolvidos nas operações mercantis. Lisboa e Sevilha firmaram-se como epicentros na ligação das trocas de produtos e de crédito.

O regime de monopólio determinava a ação real e suas relações com os mercadores envolvidos nos negócios. No caso português, desde 1443, o Infante D. Henrique proibiu a ida de qualquer embarcação às terras recém-descobertas sem sua autorização prévia. A expansão era patrimônio régio, podendo a Coroa arrendar os direitos de exploração, o que aconteceu muitas vezes.²² Embora o Estado fosse o grande mercador, o investidor, a fonte de recursos, desde os tempos da expansão henriquina, procurou associar-se a particulares em função do custo dessas empreitadas e as incertezas de retorno do capital. Entre 1443 e 1460 (ano de sua morte) era o rei o detentor do monopólio para a exploração ultramarina, mas aliou-se a financistas que lhe pagavam taxas pelo privilégio da exploração e eram minoritários no empreendimento. Em 1450 o Infante chegou a arrendar a particulares por dez anos o exclusivo do comércio com a feitoria do Arguim, na África, pela debilidade do tesouro real.

Nessa nova dinâmica transcontinental formada por uma complexa inter-conexão de rotas marítimas, terrestres e fluviais, Portugal firmou-se como o grande centro das trocas. Lisboa era o porto pelo qual os bens e as mercadorias chegavam à Europa. Essa peculiaridade atraía pessoas com interesse no trato, capitais e a colocava como difusora de grandes negócios, destacando-se e tornando-se ímpar na Europa nesse cenário em expansão. Portugal desempenhou um papel preponderante desde o século XV na reorganização da econômica mundial e assegurou seu espaço nesse novo cenário ao menos por algumas décadas.

²¹ Fernando A. Novais. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: (org) Carlos Guilherme Mota. *Brasil em perspectiva*. 12ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1981. p.50

²² Kirti Chaudhuri. O estabelecimento no Oriente. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa v.1. A formação do Império (1415-1470)*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998..p. 52

A Europa do século XVI e XVII era ávida pelas mercadorias de luxo, mesmo que estas custassem muito caro.²³ As margens eram garantidas pelos elevados valores das mercadorias por unidade de peso e volume, pela crescente demanda e pela larga oferta dos produtos em seus locais de origem. Uma extensa rede de crédito se firmou no continente, embasando as trocas. Para Braudel “com efeito, sua riqueza no século XVI não era o ouro, nem a prata, mas a possibilidade de mobilizar o crédito, de jogar esse jogo difícil a partir de um plano superior”.²⁴

A expansão da economia-mundo europeia estabeleceu relações mercantis com as demais economias-mundo. Baseou-se no comércio de longa distância, com a oferta de metais preciosos, cereais e bens de luxo, e em um sistema internacional de pagamentos em evolução, baseado em letras de câmbio entre banqueiros e comerciantes em pontos distantes do sistema economia-mundo.

1.2 O Império português

Entre 1450 e 1550 a expansão ultramarina e as atividades mercantis que dela se originaram marcaram de forma indelével o Reino Português que construiu um Império transcontinental. Os portugueses valeram-se da sua superioridade militar para tomar posições territoriais na África e, sobretudo, na Ásia. Fundaram uma rede interconectada pela via marítima de fortalezas e feitorias nesses continentes. No último quartel do século XV a costa ocidental da África (Mina e Guiné) ampliou o comércio português com ouro, marfim, pimenta malagueta e escravos, como também o açúcar e as madeiras insulares atlânticas²⁵. Em 1482-1483, D. João II mandou construir uma fortaleza na Guiné, São Jorge da Mina, para poder assegurar o fluxo do ouro para Portugal que antes era enviado para o norte da África. A contrapartida para a obtenção do metal precioso era o fornecimento aos africanos de escravos, têxteis, louças, entre outras mercadorias²⁶.

²³ Herbert I. Bloom. *The economic activities of the jews in Amsterdam in the Seventeenth and Eighteenth centuries*. London: Kennikat Press, 1969. p. 46.

²⁴ Fernand Braudel. *Civilização Material, Economia e Materialismo - séculos XV-XVIII*. S. Paulo: Martins Fontes, 1995, 3 v, vol. II. p.148.

²⁵ A. A. Marques de Almeida. *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria*. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 19.

²⁶ Joaquim Romero Magalhães. *Portugueses no mundo do século XVI*. Espaços e produtos. Lisboa: CNCDP, 1998. p. 15.

1.2.1 O Império marítimo: o enfoque na circulação de mercadorias

A expansão ultramarina transformou o reino português em *império marítimo*, “quase sem territorialidade”²⁷, visto que o “império” apoiava-se suas rotas comerciais em ilhas, portos e regiões costeiras dos continentes africano, asiático e americano.²⁸ A noção de *império* (no sentido da modernidade do XVIII) que traduz uniformidade, continuidade, dependência e de continuidade territorial não se aplicam ao Império Português até praticamente o final do século XVI.²⁹

No caso português, o corpo do Império é o próprio mar, vencido e aberto pelas naus portuguesas³⁰. Império surgiu em função do comércio e circulação das especiarias que firmou-se como o “Império da pimenta, organizado pela Coroa e submetido a ela”³¹. Sua manutenção deu-se por meio da implantação de uma rede de fortalezas de feitorias que garantiam o tráfego das mercadorias pelos oceanos Atlântico e Índico, além da presença da frota naval militar que vigiava os postos fortificados.

Nas primeiras décadas do século XVI, a presença portuguesa marítima permanente no Índico era muito forte. Ela forçou uma revolução no antigo comércio Oriente-Europa, que ia desde a China, passando por Alexandria, desembocando no Mediterrâneo. O Oriente fornecia um conjunto de mercadorias altamente rentáveis, em especial a pimenta. As margens de lucro revelavam-se extremamente elevadas e o volume deste comércio equivalia a 75% do valor do comércio de cereais de todo o

²⁷ João Paulo Oliveira e Costa. *O Império português em meados do século XVI*. Anais de História de Além-mar. Vol. III. Lisboa: Centro de Histórias de Além-mar; Universidade Nova de Lisboa, 2002. pp. 87-121. p. 87.

²⁸ Idem

²⁹ A. J.R. Wood. Os Portugueses fora do Império. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão de Portugal* vol I A formação do Império (1450-1470) Navarra: Círculo de Leitores. p.256

³⁰ António Manuel Hespanha. Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau. Macau, Fundação Macau, 1995. Apud: OLIVEIRA, F. R. de. Os Portugueses e a Ásia Marítima, c. 1500 - c. 1640: contributo para uma leitura global da primeira expansão europeia no Oriente. 2ª Parte: o Estado Português da Índia. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2003, vol. VII, núm. 152. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-152.htm> acesso em 6 mai. 2006.

³¹ Joaquim Romero Magalhães. *Portugueses no mundo do século XVI*. Espaços e produtos. Lisboa: CNCDP, 1998. p. 55;61.

Mediterrâneo. Os portugueses encontraram um tráfego de mercadorias solidamente edificado na Ásia no imenso espaço geográfico do Índico. Embora as áreas produtoras fossem heterogêneas em termos étnicos, fragmentadas politicamente, e muitas vezes rivais, o rei português percebeu que o escambo realizado em África não era moeda de troca para as preciosas mercadorias asiáticas. Era imperioso monetarizar as trocas. Em 1504, o mercador Álvaro Vaz advertiu o rei que antes da saída das naus de Lisboa era necessário ao menos 10 mil cruzados, pois só com dinheiro se faziam negócios. A compra da pimenta era concretizada com metais preciosos³². Além disso, perpetrar e ultrapassar as redes de comércio regionais há muito estabelecidas era uma tarefa impossível. O domínio parcial do Índico deu-se pela violência militar e por acordos com os mercadores regionais.

A regularidade da chegada das especiarias a Portugal era vital para que o trato vingasse. Em 1505, D.Manuel decidiu valer-se da força, fazer a guerra com mouros e hindus porque precisava sustentar o trato anual das especiarias do Oriente. Em virtude disso, foi nomeado o primeiro governador, mais tarde vice-rei do Estado da Índia, que tinha como missão erguer fortalezas para defender as feitorias portuguesas pré-existentes, além de estabelecer novas em Sofala e em Quíloa, na África, para garantir o ouro da Guiné para a Coroa. Na Índia, armadas permanentes vigiavam a entrada do mar Vermelho e o Decão, na Índia, impedindo que os concorrentes locais conseguissem chegar ao mar Vermelho, atingindo o Mediterrâneo oriental, abastecendo os italianos.

Em 1509, Afonso de Albuquerque, o novo governador nomeado pelo rei, conquistou cidades importantes, como Goa (1510), Málaca (1511) e Ormuz (1515). Goa, que no seu entender era tão importante que “sem se tomar Goa não se podia sustentar a Índia.”³³ Goa tinha também importância estratégica, situada na Índia, de onde se podia exercer uma razoável patrulha sobre o mar Arábico, coibindo a livre circulação moura e de outros povos asiáticos também mercadores. Por isso, tornou-se a capital do Estado da Índia. Albuquerque voltou-se então para Málaca “o porto maior de maior escala e das mais ricas mercadorias que então se sabia no mundo”³⁴

O *espaço asiático* português delineou-se no Oriente: de Malabar às ilhas Molucas, do Ceilão a Maláca, à China (Macau, 1557) e até o Japão. Málaca tornou-se o

³² Joaquim Romero Magalhães. Padrões de juros, patrimônio e vínculos no século XVI. *Mare Liberum*. Jan-dez 2001. nº 21-22. Lisboa: CNCDP.p. 10.

³³ Joaquim Romero Magalhães. *Portugueses no mundo do século XVI*. Espaços e produtos. Lisboa: CNCDP, 1998. p. 51-53.

³⁴ Idem.

grande empório português das drogas e especiarias: pimenta, canela, cravo, gengibre, noz-moscada, âmbar, amílscar, pérolas, pedraria coral.³⁵

Entre 1500 e 1530, a rota do Cabo suplantou amplamente a rota do Levante como principal fonte de fornecimento de especiarias à Europa. A armada portuguesa conseguiu bloquear, em grande parte, a passagem para o mar Vermelho.³⁶ Assim, apossaram-se de parte do trato que antes era feito pelo Mediterrâneo e que abastecia a Europa, atraindo as principais famílias de negociantes e banqueiros alemães e italianos.

As naus com as cargas das especiarias começaram a chegar a Lisboa em 1506. A mercadoria era depositada na Casa das Índias (fundada em 1501), sob responsabilidade do rei, e daí reexportada para toda a Europa, ou enviada para Flandres³⁷.

Antuérpia já realizava feiras de comércio no final do século XV e foi escolhida, em 1498, para situar uma feitoria portuguesa que garantisse a distribuição e abastecimento do norte da Europa, centro estratégico para as áreas circundantes e próximas dos mares do Norte e Báltico, dos produtos do monopólio real colonial.³⁸ Também aí se instalou uma expressiva colônia mercantil espanhola, passando os negócios das coroas ibéricas a serem realizados majoritariamente na cidade. Ao longo do século XVI Antuérpia tornou-se o centro econômico mais importante do continente. Uma numerosa colônia de comerciantes flamengos fixou-se em Lisboa para vitalizar o trato. Mercadores italianos e alemães fundaram grandes casas comerciais na capital lusa reexportando os produtos asiáticos e africanos para o Leste da Europa e para o Médio Oriente.

Para se ter idéia do volume desse rico trato, em 1512 foram despachados ao Reino cerca de 42 mil quintais de pimenta.³⁹ Era a reexportação que garantia a parte

³⁵ Vitorino Magalhães Godinho. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Vol IV. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença (1963-1971) p. 65

³⁶ Joaquim Romero Magalhães. *Açúcar e especiarias*. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa* v.1. A formação do Império (1415-1570). Navarra: Círculo de Leitores, 1998.p.303

³⁷ Joaquim Romero Magalhães. *Portugueses no mundo do século XVI*. Espaços e produtos. Lisboa: CNCDP, 1998. p. 86

³⁸ Antuérpia desenvolveu-se não só com a distribuição das especiarias, óleo, frutas, entre outras mercadorias portuguesas. O comércio do sal elevou ainda mais Antuérpia como centro distribuidor, agora não só mais português, tornando-a um grande depósito de mercadorias a serem distribuídas na Europa. A partir de 1525, as casas de comércio passaram a trabalhar também com finanças, tornando-se centro financeiro, praça de câmbio vital entre regiões europeias, sendo o câmbio (e o recâmbio, com juros) que alimentava as estruturas sociais. José Gentil da Silva. O eixo econômico Lisboa-Antuérpia. *Anais da exposição Portugal e Flandres, visões da Europa (1550-1680)*. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Cultural Mosteiro dos Jerônimos, Abril- Maio, 1992. p. 2.

³⁹ Um quintal equivalia a 45,3 kg. Kirti Chaudhuri. O estabelecimento no Oriente. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa* v.1. A formação do Império (1415-1470). Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 186.

mais significativa da remuneração do capital, e parte deles invertido em novos empreendimentos na busca de especiarias. Apenas 8% do total das especiarias que chegavam a Lisboa eram suficientes para abastecer o Reino⁴⁰.

Em 1506 foi instituído o monopólio real da Rota do Cabo. Em outras palavras, a armação da frota, a compra, a expedição da prata com o Oriente eram competências exclusivas da Coroa, e somente ela poderia importar pimenta e as especiarias, além de outros bens, como o coral.⁴¹ Mais do que isso, o monopólio régio refletia o domínio real sobre o trato, enquadrando-o legalmente sob seus auspícios.

O tráfico marítimo luso, o das especiarias das Índias por Lisboa e as trocas com a África, em 1506 representava 65% do total das receitas régias e 68,2% entre 1518 e 1519. Elas advinham da mercancia, lucrando com a diferença dos valores entre Lisboa e as Índias e sobre a navegação oceânica, especialmente o açúcar da madeira, pastel dos Açores, ouro e escravos africanos e madeira do Brasil.

A consolidação e os bons resultados da rota do Cabo e a venda das especiarias na Europa resultaram da ação decisiva da Coroa na condução da empresa expansionista conjugada aos interesses de mercadores e banqueiros, nacionais e estrangeiros. Estes participavam dos empreendimentos por meio de empréstimos e nos contratos para construir embarcações e prepará-las para integrarem as armadas que saíam de Lisboa com destino ao Índico.⁴²

A participação da Coroa, no grande comércio das especiarias do Oriente, a avaliação do peso relativo dos capitais régios e particulares é problemática porque com frequência a Coroa debilitada financeiramente recorria a empréstimos contraídos junto das casas financeiras instaladas em Lisboa, em particular dos banqueiros alemães e genoveses como os Fugger, os Welser, os Cremona e os Affaiatti.

Os mercadores muitas vezes levavam para as Índias em suas naus, mercadorias definidas como monopólio régio, fosse por pagamentos, licenças especiais, entre muitos outras formas de burlar o monopólio. Na volta era permitido aos particulares que carregassem as embarcações com seda, sândalo e outras riquezas de alto valor de troca na Europa. Embora a Coroa as taxasse na alfândega de Lisboa e obtivesse receitas nesse trato, elas não eram não tão importantes como se ela mantivesse o monopólio desse

⁴⁰ Joaquim Romero Magalhães. *Portugueses no mundo do século XVI*. Espaços e produtos. Lisboa: CNCDP, 1998. p. 50.

⁴¹ Vitorino Magalhães Godinho. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Vol III. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença (1963-1971) p. 58

⁴² Joaquim Romero Magalhães. *Portugueses no mundo do século XVI*. Espaços e produtos. Lisboa: CNCDP, 1998. p. 61.

comércio, pois parte dos lucros potenciais reais era apropriada pela mercancia privada. Os financistas preferiam financiar as armadas a se envolver diretamente nas expedições e no trato direto, por ser mais seguro o retorno de seus investimentos. Entre 1500 e 1549 o investimento particular direto nas viagens se reduziu bastante depois do reinado de D. Manuel.⁴³

A partir de 1534, a Rota do Levante foi reaberta pelos árabes com a passagem de navios armados pelo mar Vermelho. Em 1561, embora os portugueses cobrassem *cartazes* (direito de navegação pago por cada navio a cada viagem), não conseguiram impedir a passagem de 50 navios asiáticos pelo estreito de Ormuz. Em 1569, a quantidade de pimenta que chegava a Alexandria, Beirute e Itália era de tal monta, via mar Vermelho, que ameaçava baixar os preços da especiaria na bolsa de Antuérpia. Diante disso, o arcebispo de Goa, sugeriu uma expedição armada para bloquear Achem, de onde os carregamentos de pimenta provinham. Esse fato resultou em perdas para Portugal, visto que os lucros advinham das vendas na Europa por atacado e da grande capacidade de transporte das embarcações lusas.⁴⁴

A concorrência intensificou-se e o Estado da Índia, enfraquecendo Portugal. Aliado a isso, fazia-se necessário armar a esquadra para proteger seus interesses no Atlântico e na África acossados por piratas. O ouro da Mina, por sua vez, em meados do XVI, registrava forte queda na produção⁴⁵ e o tesouro real se descapitalizou, tendo dificuldades em conseguir prata, ouro e cobre essenciais para o pagamento das especiarias do Oriente.

Portugal não estabeleceu uma rede que lhe garantisse o monopólio de distribuição das especiarias na Europa, o que garantiria os maiores lucros do trato gerados pela reexportação. Há que ressaltar o fato de esse tipo de ação não ser uma preocupação dentro da lógica mercantilista da Coroa. O Mediterrâneo italiano continuava muito ativo. Em 1514, os venezianos iam a Lisboa comprar pimenta pra revendê-la na Europa.

⁴³ Paulo J. A. Guinote. *Ascensão e declínio da carreira da Índia*. (Séculos XV-XVIII). http://nautarch.tamu.edu/SHIPLAB/01guifrulopes/Pguinote-nauparis.htm#_ftn1 acesso em 3 dez. 2005.

⁴⁴ Joaquim Romero Magalhães. *Portugueses no mundo do século XVI*. Espaços e produtos. Lisboa: CNCDP, 1998. p.182; 186-187.

⁴⁵ João Paulo Oliveira e Costa. O Império português em meados do século XVI. *Anais de História de Além-mar*. Vol. III. Lisboa: Centro de Histórias de Além-mar; Universidade Nova de Lisboa, 2002. pp. 87-121.p.92-93

O Estado mercador enfrentou grandes e graves problemas. O orçamento real era frequentemente deficitário. Empréstimos, tratos, privilégios a particulares diminuam ainda mais as receitas reais. Os investimentos régios não tinham tempo certo de retorno eram muitos os fatores que determinavam o sucesso da empreitada. Os prazos para transmissão de uma ordem de encomenda, para obtenção das mercadorias, de expedição para a reexportação e de recebimento eram longos, não acompanhando a volatilidade do tempo financeiro europeu, que necessitava, cada vez mais, de uma rápida circulação das mercadorias e das moedas. Portugal enfraqueceu-se diante dessa falta de sincronia em relação à economia europeia. Qualquer flutuação para baixo ou contratempo no comércio ultramarino implicava na retração das ações régias.

Sob a aparência do grande senhor dos mares escondia-se uma fraqueza estrutural do Estado luso. A Fazenda não era capaz de absorver os contratempos do comércio de longa distância. Quando a oscilação ocorria em Antuérpia, os impactos eram ainda mais fortes. Diante disso, a Coroa era obrigada a procurar novas fontes de receita, sempre por meio de crédito, enquanto não equilibrasse suas finanças com o próximo empreendimento, o que agravava a situação já deteriorada do tesouro. Os investimentos reais basearam-se desde o princípio no recebimento das (altas) receitas proveniente do trato para reinvestir em novos empreendimentos. O insucesso de armadas, naufrágios, demoras no retorno a Lisboa e a intensa ação corsária muitas vezes reduziam os resultados monetários esperados.

Romero Magalhães exemplifica como a política de estar sempre dependendo de créditos para se retomar as atividades enfraqueceu de forma inexorável as finanças régias. Os empréstimos eram sempre feitos em letra de câmbios tomados a grandes mercadores e financistas das principais praças europeias, como Antuérpia e Medina del Campo, esta com grandes conexões com Gênova e com os banqueiros alemães. As letras de câmbio eram papéis que direcionavam o dinheiro de um lugar a outro. Como os empréstimos sempre tinham vencimento em curto prazo, os juros eram altos, variando entre 12 e 16% ao ano. No vencimento das letras, a incapacidade monetária da Coroa obrigava-a a recorrer a novos empréstimos para quitar a dívida. Formou-se assim um ciclo vicioso financeiro que acarretou na desestabilização do erário real. Os juros a pagar muitas vezes igualavam-se às receitas obtidas com os lucros das especiarias. Em outras palavras, câmbio consumia as receitas lusas advindas do comércio ultramarino.⁴⁶

⁴⁶ Joaquim Romero Magalhães. Padrões de juros, patrimônio e vínculos no século XVI. *Mare Liberum*. Jan-Dez. 2001. n°21-22. Lisboa: CNCDP. p. 10-12.

A fragilidade da Rota do Cabo e o aumento da debilidade financeira da Coroa fizeram com que no curto espaço de 10 anos, Portugal fosse obrigado a abandonar as praças marroquinas e fechar a feitoria em Antuérpia (1549). As autoridades lusas queriam disponibilizar e concentrar capitais em Lisboa para fazer frente aos mercadores estrangeiros que se estabeleceram em Portugal, já infiltradas no trato, mas com possibilidades dele se apoderar.⁴⁷ .

No reinado de D. Sebastião (1568-1578), já se discutia a “sobre em quais alicerces o império ultramarino deveria se basear prioritariamente: se na Índia ou no Atlântico (Brasil e África). Nas Cortes de 1562-63 já se considerava “mais justa, e mais conveniente, a conquista de África, que a da Índia; e a razão era, porque esta estava muito longe, e não rendia coisa, que com ela se não tornasse a gastar, e aquela estava perto”. Neste contexto, percebe-se uma atlantização cada vez maior da política ultramarina, e sob as ordens do Desejado, seriam tomadas medidas para aprofundar a presença lusa em Angola e na América portuguesa”⁴⁸.

Mesmo sofrendo com a forte concorrência moura e tendo que manter esquadras para assegurar seu domínio no Índico, os negócios da Índia não desapareceram. Apesar da debilidade portuguesa no Índico, Godinho aponta que o fluxo de especiarias Lisboa-Antuérpia permaneceu, como está registrado nos escritos de Duarte Gomes Solis, de 1618:

“ los mercadors que la compram em Portugal es para efecto de embriarla a Flandres donde como mantenimiento se gasta a maior parte de toda que V. Magde. Viende de la Índia, demas que los rebeldes traen”.⁴⁹

Na metade dos Quinhentos, houve uma grande diversificação do trato português. Do Japão vinha grande quantidade de prata que seguia para a China e manteve por quase 100 anos as relações mercantis luso-nipônica. Os lusos transportavam cobre chinês para a Índia, elemento essencial para os arsenais militares. Nos espaços do Índico controlados pelos portugueses carregamentos de pérolas e sândalo, faziam a circunavegação por esse oceano, das costas orientais da África, ao sul da Índia, atingindo o Timor. Outros tratos permaneceram na Índia como o importantíssimo

⁴⁷ A. A. Marques de Almeida. *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria*. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p. 21-22

⁴⁸ Fernando Salles Loureiro. A Alteração das coordenadas da política de Expansão Portuguesa na segunda Metade do século XV. In: *Actas das Primeiras Jornadas de História Moderna*, vol. I, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986. p. 259 – 73.

⁴⁹ Vitorino Magalhães Godinho. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Vol II. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença (1963-1971) p.230.

comércio de cavalos árabes e persas, o arroz, cânfora, marfim, âmbar, benjoim, escravos, ouro, pimenta malagueta e especiarias raras como o cravo davam sustentação ao comércio português. O cravo tornou-se vital para as redes mercantis que atuavam na Ásia, visto que a Rota do Cabo transportava 25% do total das mercadorias em circulação.⁵⁰ Além disso, mercadores aventureiros obtinham grandes lucros com a venda de cristais de Veneza, vinhos, peles de animais, animais exóticos, pedras preciosas, armas requintadas, entre outras, embora o grosso das receitas não ficassem no Tesouro Real, eram vitais como elementos facilitadores do comércio.⁵¹

Em 1570, a Coroa enfraquecida, com sucessivos déficits no seu orçamento, sem conseguir combatê-los com reformas administrativas e fiscais eficazes, teve de recorrer diversas vezes a empréstimos junto aos mais importantes grupos estrangeiros de comércio, agindo, não raro, contra seus próprios interesses. Nessa década, o rei abriu mão do monopólio régio, deixando de ser o responsável direto pelo trato no fim da centúria, passando-o ao regime de contratação da pimenta por particulares. A partir daí, os mais importantes grupos mercadores europeus se digladiaram para obtê-los.⁵² No final do século, com o objetivo de garantir receitas *a priori* e transferir parte dos riscos envolvidos nas viagens da *Carreira*, a Coroa optaria pelo regime de contratos, quer na realização das viagens como na própria construção e abastecimento das naus.⁵³

1.2.2 União Ibérica e o crescimento mercantil de Holanda e Inglaterra

Em termos políticos, Portugal passou por uma grande crise na sucessão de D. Sebastião, que morreu na batalha de Alcacer-Quibir, no norte da África em 1578, sem deixar herdeiros. Assumiu o trono seu tio-avô, o cardeal D. Henrique que faleceu dois anos depois, em 1580. Disputavam o trono três netos de D. Manuel I, entre eles Filipe de Habsburgo que, além da Espanha, reinava sobre o Sacro Império Romano-

⁵⁰ Em 1540 a produção de cravo era avaliada entre 16 000 a 19 000 quintais. Em 1553, Francisco Palha avaliou a nau real das Molucas transportava 900 quintais de Malaca, Java e China; da Índia 2 100 quintais; Portugal (reis e particulares) 1 300. Para Lisboa foi enviado aproximadamente 1/14 a 1/12 do total produzido. A Nau real das Molucas, transportando 4 000 a 6 000 quintais representa 1/5 a 1/3 do tráfego de cravo. Vitorino Magalhães Godinho. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Vol III. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença (1963-1971) p.157-158

⁵¹ João Paulo Oliveira e Costa. *Op.cit.*p.105

⁵² Joaquim Romero Magalhães. *Portugueses no mundo do século XVI*. Espaços e produtos. Lisboa: CNCDP, 1998. p 88.

⁵³ A.A. Almeida Marques. *Mercadores Cristãos-novos no negócio da especiaria (entre 1480 e 1530)* Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste. Lisboa.

Germânico e os Países-Baixos. Para assegurar o trono português fez acordos com a nobreza e mercadores lusos em troca do apoio à sua pretensão de tomar a Coroa lusa. Diante de resistências motivadas pelos meandros da dinâmica social e política do reino sem sucessor, Filipe comprometeu-se a unir as duas Coroas ibéricas e não fazer de Portugal mais uma possessão sua. Manteria a ordem vigente, conservando a autonomia do reino luso.

Em função das reações contrárias dos demais pretendentes ao trono, Filipe II, valendo-se de seu poderio militar, invadiu Portugal e assumiu a coroa portuguesa. O período de união das duas coroas ficou conhecido como União Ibérica, estendendo-se de 1580 a 1640. Na prática Portugal ficou submetido à Espanha que se tornou um império agigantado, uma potência que se acreditava inigualável e imbatível. Em virtude da união das Coroas, os limites estabelecidos entre Portugal e Espanha, pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, que dividiu as terras descobertas e a descobrir entre as duas potências ibéricas, deixou de existir. As rivalidades e confrontos militares espanhóis com holandeses, ingleses e franceses alteraram os rumos do Reino, ficando as possessões ultramarinas lusas expostas ainda mais à cobiça estrangeira.

Nesse período Portugal tinha perdido a supremacia do conhecimento náutico que lhe proporcionou a primazia no comércio de longa distância. Os navegadores migravam para outras áreas européias, a serviço de estrangeiros, carregando sua experiência e saberes, como Fernão de Magalhães e João de Solis que comandaram frotas a serviço da Espanha, e os açorianos João Gonçalves e Francisco Fernandes contratados por Henrique VII da Inglaterra, em 1506, para cruzarem o Atlântico em direção Oeste.⁵⁴ Os *portulanos* (registros de viagens) deixaram de ser exclusividade lusa. Viajantes, como Jan van Linchschoten, escreveram suas experiências nas Índias, relatando detalhadamente as rotas e as possibilidades de comércio nos portos asiáticos, informações valiosas na expansão holandesa pelos mares e continentes em finais do XVI. Em 1595, Cornelis Houtman liderou uma frota ao Índico, baseando-se no conhecimento adquirido com os navegantes lusos.

Os holandeses e ingleses, no último decênio do século XVI, despontavam como fortes concorrentes dos portugueses no comércio asiático e africano. Enquanto Portugal voltava-se para o Atlântico, as economias mercantis da Inglaterra e Países-Baixos se

⁵⁴ A. J.R. Wood. *Os Portugueses fora do Império*. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa* Vol 1. A formação do Império (1415-1470). Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 259.

desenvolviam rapidamente, visto serem estes os senhores do comércio do mar do Norte e do Báltico, em parte reexportando mercadorias adquiridas em Lisboa⁵⁵.

Desde o século XV os holandeses monopolizavam o comércio de sal e trigo na Europa e nos anos 1590 tinham desenvolvido uma poderosa indústria naval. A guerra espanhola na região dos Países-Baixos para conter a revolta de Flandres contra a opressão filipina, e o cerco e isolamento de Antuérpia, em 1569, fecharam o comércio luso com esse importante entreposto comercial no norte da Europa. Essa praça era essencial para as trocas com o Noroeste do continente. Os lusos vendiam especiarias, frutas, vinho, azeite e compravam roupas, metais, madeiras e cereais.⁵⁶

Em virtude dos conflitos militares em Flandres, e a reconquista espanhola em 1585, houve forte emigração de cabedais e comerciantes (e seus contatos) para Amsterdã, que se tornou a mais importante praça mercantil do continente. Os ingleses desde o século XIII mantinham intenso comércio com genoveses, trocando lãs, tecidos, armas e metais por especiarias. Em meados do século XVI já tinham se manifestado contra ao monopólio português na Guiné.

Filipe II se insurgiu contra a participação inglesa no tráfico de escravos na América espanhola, em 1562. Interesses comerciais se levantavam e se organizavam para poderem participar dos lucros monopolizados por espanhóis e portugueses. O curso inglês, ao contrário do que esperava o rei espanhol, ganhou o apoio da Coroa Britânica, tornando-se mais atuante, principalmente no Atlântico.

Em 1581, com a União Ibérica, Felipe II proibiu a vinda de nórdicos a Lisboa, de forma a prejudicar e fazer regredir o trato de seus inimigos ingleses e holandeses. Mas não foi isto que aconteceu. Os inimigos do rei espanhol viram a oportunidade de dirigem-se diretamente às fontes das especiarias no Oriente e das mercadorias africanas.

No ano de 1588, a poderosa Espanha, e sua “invencível armada”, travou uma batalha naval com os ingleses, na tentativa de abrir o caminho marítimo para a tomada de Londres. A vitória inglesa deixou em frangalhos a portentosa armada espanhola. O rei filipino saiu visivelmente enfraquecido, animando seus rivais a desafiar seus domínios. Simultaneamente, o Império Turco voltou-se para a Pérsia e o controle do mar Vermelho, em detrimento do Mediterrâneo, “eixo principal dos dois impérios

⁵⁵ Joaquim Romero Magalhães. *Portugueses no mundo do século XVI*. Espaços e produtos. Lisboa: CNCDP, 1998. p. 89.

⁵⁶ Francisco Bethencourt. Os limites da expansão asiática. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa* v.2. Do Índico ao Atlântico (1570-1697) Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 10-11.

maiores”, momento no qual “os capitalismos prosperam ao seu redor. Veleiros ingleses voltam a frequentar os portos mediterrâneos.”⁵⁷ Mesmo sem ter perdido a supremacia na Ásia, o comércio luso sofreu sérios reveses no continente europeu pela ação bélica do reino Espanhol, além de terem sido abatidas embarcações de sua frota.

Com conhecimento náutico equivalente ao dos portugueses, as economias marítimas do Norte europeu estavam livres para irem diretamente às fontes do trato asiático. As margens de lucro obtidas pelos holandeses, na volta de suas primeiras empreitadas foram altíssimas. Em 1599, foram da ordem de 400%. Os holandeses organizaram-se em uma companhia voltada especificamente para o comércio ultramarino do Oriente, a Companhia Unida das Índias Orientais também conhecida por VOC (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*), em 1602.⁵⁸ A empresa formada como uma Sociedade Anônima, com capital dividido em cotas integralizado por seus integrantes, obteve o monopólio da navegação e do comércio holandês no Oriente (Índico e Pacífico) por 21 anos, que seriam renovados mais vezes. Tinha autorização para fazer uso militar em caso de ataques de inimigos, celebrar tratados de paz e amizade, construir fortificações e a recrutar pessoal civil, naval e militar sob juramento de fidelidade, a si e aos Estados Gerais.

Organizados, e com objetivos bastantes definidos, os holandeses perceberam que atacar o centro do Estado Português no Índico seria desastroso. Optaram por dominar primeiramente as áreas periféricas até atingirem o coração do Império luso no Oriente, concentrando-se nas Molucas.⁵⁹ As ilhas, longe da sede do governo do Estado da Índia, não contavam com o auxílio do poderio militar português e das ações de contra-ataque do governador situado em Goa, na capital do Estado.

Os ingleses, em virtude do insucesso de chegar por terra às especiarias orientais, criaram a *Company of Merchants of London Trading to the East Indies*, que obteve o monopólio do comércio com as “Índias orientais”, concedido por Elizabeth I, em 1600, por um período de 15 anos.⁶⁰ Seguindo os holandeses, também concentraram-se nas Molucas, conseguindo sucesso poucos anos depois.

⁵⁷ Vitorino Magalhães Godinho. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Vol IV. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença (1963-1971) p. 218-219.

⁵⁸ Kirti Chaudhuri. A concorrência Holandesa e Inglesa. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa* v.2. Do Índico ao Atlântico (1570-1697) Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 82

⁵⁹ Francisco Bethencourt. Os limites da expansão asiática. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa* v.2. Do Índico ao Atlântico (1570-1697). Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 11

⁶⁰ Idem. *Ibidem*.

Os concorrentes nórdicos lançaram-se ao mar e apoderaram-se de feitorias na África e Ásia, dificultando a circulação da frota lusa. Em pouco tempo o comércio malaio era comandado por Amsterdã e Londres, decretando o fim da supremacia portuguesa no Oriente. Apesar disso, o Estado da Índia ainda tinha recursos que permitiriam sua subsistência, embora a duras penas, até metade do século XVII. Nesse momento concretizava-se o fim da expansão marítima e comercial portuguesa iniciada no século XV.

Em 1602, os lusos começam a perder importantes praças asiáticas. Em 1622, o estreito de Ormuz passou a ser controlado pelos turcos, que contaram com a ajuda inglesa para esse feito militar. A partir daí, o Estado da Índia entrou em recessão. Mas o golpe derradeiro se deu pela tomada de Málaca pelos holandeses em 1641.

1.2.3 A territorialidade do Império: a empresa colonial

Por volta de 1530, sem que houvesse intenção formal, surgiu uma nova forma de organização e distribuição do comércio no Império – a territorialidade. Esta surgiu de forma espontânea na Índia, quando os portugueses ocuparam uma faixa de terra da Província do Norte. Passaram a obter rendas fundiárias e houve a criação de uma elite local, sem estar diretamente ligada ao comércio marítimo dominado pelo Estado da Índia. Em 1554, taxas e receitas fundiárias representavam mais de 30% das receitas do Estado da Índia, sendo o restante vindo do comércio marítimo. Em 1574, a mercancia naval representava 62% do total. Em áreas específicas do império, passou-se a obter rendas fundiárias e crescia uma influente elite que dominou o comércio em diversas paragens, mesmo, estando atrelados a redes mercantis transcontinentais.⁶¹

Em meados do século XVI, o Império português assentou-se em dois eixos mercantes diferenciados: o do Atlântico Sul que tomava corpo com o açúcar e o tráfico negreiro, e o do Índico que havia diversificado seus produtos e gêneros, não mais focado apenas nas especiarias. Esses espaços do Império português, diferenciados em sua construção, surgiram da política de expansão ultramarina lusa centrada na conquista, transporte e fixação dentro da premissa de um espaço em ampliação que só pode ser compreendido em seu conjunto.⁶²

⁶¹ João Paulo Oliveira e Costa. *Op.cit.* p.110.

⁶² Joaquim Romero Magalhães. Articulações Inter-Regionais e Economias-Mundo. In: (dir.) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa*. v.1. A formação do Império (1415-1570). Navarra, Espanha: Círculo de Leitores, 1998. p. 312.

A fixação e ocupação das Ilhas tinham orientação muito diferente daquela que direcionou a guerra de conquista do Marrocos, de resgate ao longo da costa africana e de mero transporte que se firmou para o estabelecimento de feitorias. Entretanto, o caráter da exploração continuou sendo mercantil, fruto do desdobramento da expansão comercial que, por especificidades das áreas atlânticas, incorporou a produção como forma de valorizar economicamente as áreas periféricas do Império Português e inseri-las no objetivo expansionista.⁶³

A ocupação da Madeira não acarretou problemas para Portugal, visto esta ser desabitada e o princípio *res nullius* garantia o direito de posse ao descobridor das terras. A política colonizadora só conseguiu sucesso na década de 1430, com medidas tomadas pelo Infante D. Henrique para o seu povoamento e aproveitamento econômico.

A exploração das Ilhas Atlânticas, em especial da Madeira, visava suprir necessidades imediatas de Portugal quatrocentista assolado pela falta de cereais, e a atividade açucareira, na tentativa de valorizar a produção das ilhas, inseridas periféricamente à atividade mercantil. Porém, devemos lembrar, como diz Novais, “a colonização tinha um caráter essencialmente comercial, voltada para fora, mas, para além disso, compunha um mecanismo de estímulo à acumulação primitiva de capital autônomo dentro do sistema.”⁶⁴ Em termos administrativos e jurídicos foram os capitães-donatários, homens a quem o rei doou frações do território insular, os responsáveis por elas. Além das atividades extrativas, como a madeira abundante, o clima ameno e o solo fértil foram fatores para que a cultura sacarina aí se desenvolvesse rapidamente.

Genoveses e judeus foram atraídos pelo novo negócio, colaborando com capitais, tecnologia na fabricação do açúcar, comprando safras antecipadas. A expansão açucareira revelou a necessidade de mão-de-obra para as lavouras. Os escravos africanos da Guiné, Angola e do Congo foram a solução, sendo levados também negros aos Açores e a Cabo Verde. O tráfico negreiro distinguir-se-ia no século XVI e XVII como um dos negócios mais lucrativos do período, abastecendo não só as possessões lusas, mas também ao Caribe espanhol.

⁶³ Fernando A. Novais. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: (org) Carlos Guilherme Mota. *Brasil em perspectiva*. 12ª edição. Rio de Janeiro: DIFEL, 1981. p. 52.

⁶⁴ Fernando A. Novais. Prefácio. (dir) Fernando A. Novais. *História da vida privada no Brasil*. vol 1. (org do volume) Laura Mello e Souza. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 31

O açúcar madeirense, tão raro e caro na Europa, em meados do século XV já era enviado ao Reino e de lá reexportado, gerando altos lucros. Em 1455, a produção de açúcar madeirense seria de 1.400 arrobas, subindo para 20.000 em 1470, no final da centúria atingiu 105.000. Apesar do monopólio real da exploração ultramarina ter sido retomado por D. João II, estrangeiros estavam presentes no negócio, fazendo concorrência aos naturais do reino. A tentativa régia, em 1469, de manter o trato sob monopólio de mercadores lusos não deu certo. O comércio continuou aberto a todos os interessados, embora tenham sido implantadas “cotas de produção” para garantir os preços e a qualidade do produto.

As Cortes Portuguesas foram palco de protestos contra a ação estrangeira em Portugal e nas Colônias, sobretudo nas Ilhas. Os mercadores lusitanos que mandavam açúcar ao reino eram taxados, o que não acontecia com os estrangeiros. Diante disso, D. João II impôs taxas especiais aos estrangeiros e determinou que eles deveriam deixar o ultramar no prazo de um ano. O exclusivo comercial era implantado.⁶⁵

Em 1498, do total do açúcar exportado da Madeira, cerca de 7.000 arrobas abasteceriam Portugal e igual quantidade cobriria a demanda de Castela. Era previsto o envio de 40.000 arrobas para Flandres; Rouen, 6.000; Inglaterra, 7.000; Bretanha, 1.000; La Rochelle, 2.000; Gênova, 13.000; Veneza, 15.000; Chios e Constantinopla, 15.000; Porto Lione 6.000. A atividade açucareira na Madeira perdeu importância a partir de 1570, quando concorrentes americanos, e de São Tomé e Canárias tomaram-lhe o mercado.⁶⁶

O sucesso da Madeira articulou a Guiné africana com o Mediterrâneo Atlântico, fazendo com que a navegação se estendesse também ao Atlântico. A cultura do açúcar nas Ilhas deu nova dinâmica ao trato, integrando espaços periféricos, embora interdependentes de um complexo muito maior e fortemente articulado, o Império Português. Nelas se registram a especialização econômica integrada e complementar à economia lusa. Pela primeira vez, objetivo da produção especializada era voltado para o exterior, abastecendo o continente europeu. Em São Tomé, no início do século XVI, a colonização da ilha deu-se pelo açúcar, contando com a colaboração de técnicos madeirenses e genoveses para a implementação das lavouras. Na década de 1560

⁶⁵Fernando A. Novais. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: (org) Carlos Guilherme Mota. *Brasil em perspectiva*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Difel, 1981.p. 51

⁶⁶ Joaquim Romero Magalhães. Açúcar e especiarias. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa* v.1. A formação do Império (1415-1470). Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 300-301.

existiam cerca de 60 engenhos que produziram 150 mil arrobas. São Tomé tornou-se também importante ponto no Atlântico, onde escravos retirados da África aguardavam a ida para a Europa e América. Dessa forma, na ilha havia grande disponibilidade de mão-de-obra escrava negra que era utilizada na atividade açucareira. A população branca colonizadora era pequena, com a supremacia de mulatos. Em São Tomé, como diz Schwartz, ajustavam-se e interconectaram-se todos os “elementos do sistema capitalista da grande lavoura – um sistema econômico orientado para a produção de uma cultura altamente comercializável e, não obstante, capaz de valer-se de uma forma social arcaica, a escravidão, para fornecer a mão-de-obra necessária. O sistema de grande lavoura, ou regime dos engenhos, havia amadurecido com trágica desenvoltura.”⁶⁷ Essa forma de produção agrária seria transportada para o Brasil e para o Caribe, este sob domínio espanhol.

A territorialidade do Império passava a existir como forma de complementar a economia metropolitana e fortalecê-la. A ocupação e colonização inseriam-se como desdobramento da expansão mercantil, sendo a produção organizada de modo a possibilitar aos empresários metropolitanos ampla margem de lucros.⁶⁸

O Brasil, até a década de 1530 concorreu para a economia do Reino com atividades extrativas, como o pau-brasil, do qual se retirava um corante rubro usado na tinturaria têxtil. A exploração do pau-brasil era monopólio real e foi arrendado a particulares cristãos-novos, já em 1503.

Pela ação corsária no litoral brasileiro, especialmente a francesa, e o temor de perder as terras americanas, como também pelo enfraquecimento das receitas do comércio asiático, Portugal empreendeu a colonização brasílica. A empreitada, entretanto, seria passada às mãos de particulares em virtude da debilidade do tesouro luso. Porém, a colonização seria feita sob as rédeas da Coroa, estando os empreendedores da classe mercantil lusa submetidos ao monopólio real no trato açucareiro. A colonização brasileira baseada em moldes da produção agrícola deu-se dentro da estrutura monopolista régia da Coroa portuguesa.⁶⁹

Em 1533, reproduzindo a experiência madeirense, foram criadas as capitânicas hereditárias que dividiam o território colonial americano em 15 partes doadas pela

⁶⁷ Stuart Schwartz. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1935. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 30.

⁶⁸ Fernando A. Novais. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial.(org) Carlos Guilherme Mota. *Brasil em perspectiva*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Difel, 1981. p. 47

⁶⁹ Idem. p. 53.

Coroa aos capitães-donatários, que tinham privilégios e direitos, e, em contrapartida, eram obrigados a colonizar, povoar e desenvolver a terra⁷⁰ e encarregados de defender a posse do território. As cartas de doação tratavam dos direitos e obrigações dos capitães-donatários e os forais dos privilégios dos mesmos.⁷¹ Embora o sistema de capitânias no Brasil não tenha vingado, a colonização se estabeleceu em bases da produção sacarina. Em 1549, a centralização estabelecida pela Coroa em sua colônia americana, por meio da criação de um governo-geral no Brasil, teve efeitos positivos para o aumento de colonizadores e a expansão das lavouras de cana pelo litoral. Em meados dos Quinhentos, o Brasil já tinha uma produção de açúcar muito próspera em áreas costeiras. O açúcar moldaria a ocupação e a economia do Brasil.

Enquanto o tráfico negreiro se expandia paralelamente à empresa açucareira, as Índias perdiam seu vigor na economia lusa. A presença lusa no Oriente foi essencialmente urbana, baseada na violência e nas conquistas militares de praças estratégicas. Para a manutenção e supremacia portuguesa no Índico eram necessários administradores, forças militares, magistrados, conhecedores de armamentos que não imaginavam fixar-se em áreas tão longe do Reino. A dispersão geográfica dos interesses portugueses no imenso Índico, a distância do controle central estabelecido em Goa, o contato com redes de comércio locais bem organizadas alijavam servidores reais e militares na Ásia, oferecendo-lhes melhor remuneração. Por outro lado, a infinidade de negócios existentes, permitia que os membros e servidores do Estado tentassem empreendimentos individuais ou se juntassem aos grupos mercantes locais. Os novos governadores, ao chegarem ao Estado da Índia trocavam toda a rede clientelar montada pelo anterior, com o objetivo claro de apossarem-se das riquezas.

⁷⁰ Idem. p. 31

⁷¹ “A autoridade e os privilégios concedidos aos donatários hereditários incluíam a imposição e a cobrança de impostos, a recolha de taxas específicas, a nomeação de funcionários judiciais, a criação de aldeias e vilas através das respectivas cartas e o monopólio dos engenhos de açúcar, das azenhas e do sal. A agricultura e o cultivo das terras era a preocupação fundamental desta iniciativa. Os donatários eram responsáveis pelo incentivo ao povoamento e pelo transporte de sementes, aves, animais domésticos e alfaias agrícolas par o Novo Mundo. Os candidatos devidamente qualificados recebiam sesmarias “grátis” do donatário, que era ainda responsável pelo cultivo das terras que lhes eram atribuídas pela carta de doação. Os colonos tinham autorização para fazer comércio com os povos indígenas e o comércio entre as capitânias era encorajado pela isenção do pagamento de taxas. O que distingue a política régia relativa ao Brasil das seguidas para a África e Ásia consiste na ênfase na agricultura que decorria da disponibilidade de terras vastíssimas, da responsabilidade conferida aos donatários na promoção da colonização e do fato de a Coroa se encarregar de incentivar o povoamento, mas sem a concessão de subsídios financeiros.” A. J.R. Russel-Wood. *Fronteiras de integração*. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa*. Vol 1 A expansão do Império (1415-1570). Navarra. Círculo de Leitores, 1998. p. 245-246.

Nas Índias, não houve a interiorização portuguesa. Em 1539, uma carta de D. João de Castro expressava que “nenhuma maneira os Portugueses deviam adentrar um só palmo pela terra dentro da Índia, porque nenhuma outra coisa sustenta a paz e conserva em amizade de reis e Senhores da Índia, senão crerem e trem por muito averiguado que somente nos contentamos do mar, e que nenhum propósito nem imaginação reina em nós de lhe cobiçarmos suas terras”⁷² Os portugueses não impuseram aos asiáticos o seu modo de vida, seus valores, seu poder político. Confinaram-se à periferia do complexo mundo dos povos do Índico.

No Atlântico a ocupação e colonização no ultramar só tiveram sentido dentro da lógica mercantilista de aumentar a circulação de mercadorias e fortalecer a economia do Reino. O monopólio do comércio pela metrópole garantia a exclusividade da aquisição dos produtos coloniais. Todos os comerciantes do açúcar eram obrigados a parar na metrópole e dar conta da carga importada antes de seguirem para outros portos europeus, em especial Antuérpia, Hamburgo, Amsterdã e cidades italianas.

Os mercadores metropolitanos, intermediando as trocas e revendendo as mercadorias coloniais pelos preços de mercado, garantiam suas margens de lucro que podiam ser apropriadas dentro ou fora do reino, conforme o lugar onde se desse a transação. Os produtos coloniais tinham caráter complementar à economia metropolitana. Ganhava também o segmento mercantil luso ao adquirir, na metrópole ou em outros espaços europeus, bens a preço de mercado que eram vendidos nas colônias a preços monopolistas.⁷³

No Atlântico insular e no Brasil, ao contrário das Índias, os portugueses voltaram-se para o interior, sendo esta opção a única a gerar riquezas. Para o Brasil não vieram apenas mercadores e fidalgos. Uma gama enorme de pessoas atravessou o Atlântico: integrantes da pequena nobreza, mercadores, artesãos, pedreiros, carpinteiros, lavradores deixaram o Reino com o intuito de aqui se fixarem e obterem melhor remuneração, o que os levava a ascender socialmente.

O número de habitantes demonstra as diferenças do Império marítimo português e Império territorial, este com a ocupação e colonização das áreas insulares e do Brasil. Segundo Russel-Wood, apesar da dificuldade de se levantar dados demográficos no

⁷²A.J R. Russel-Wood. Fronteiras de integração. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa* v.1. A formação do Império (1415-1570). Navarra: Círculo de Leitores, 1998 p. 250

⁷³ Fernando A. Novais. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. (org) *Brasil em perspectiva*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Difel, 1981 p. 52-54.

Estado da Índia, nas ilhas atlânticas e no Brasil, na década de 1540, haveria em Goa, um total de 10 mil habitantes, e desse total apenas 3 a 4 mil portugueses. Nas décadas de 1550 e 1560, o número de lusos no Atlântico era de 25.000 na Madeira e Açores juntos; 200 em Cabo Verde, Em São Tomé e Príncipe, não mais do que 700 e de 2.000 no Brasil. Porém, esse número salta na colônia brasílica para 10.000, em 1570. Na África os lusos não somavam mais que 500.⁷⁴

1.3 A colônia brasileira, o Nordeste açucareiro

“O açúcar foi, sem dúvida, dos principais produtos cultivados no Brasil, colônia caracterizada pela monocultura, a que não foi alheio o sucesso que anteriormente atingira nas ilhas atlânticas, nomeadamente na Madeira e em São Tomé, que funcionaram como verdadeiros laboratórios insulares do que vai ser a colonização do Novo Mundo”⁷⁵

A ocupação e colonização do Brasil deram-se dentro da lógica mercantilista da Coroa portuguesa. A experiência anterior do fabrico do açúcar foi essencial na opção pela introdução da lavoura canavieira nas terras brasílicas, além do alto valor de troca que essa mercadoria tinha na Europa.

A cana-de-açúcar foi trazida para cá, embora não se possa precisar com exatidão sua chegada e o início de seu cultivo. Segundo informa Schwartz, em 1519, havia em Antuérpia açúcar proveniente do Brasil; em 1526, a alfândega de Lisboa deu entrada de açúcar produzido no Nordeste brasileiro.⁷⁶

Em 1532, Martim Afonso de Souza, chefe da expedição veio ao Brasil com o objetivo de espantar os piratas franceses das costas brasileiras e dar início ao projeto colonizador. Com ele foram trazidas mudas de cana e portugueses, flamengos e italianos com experiência no fabrico do açúcar. O sistema de capitanias hereditárias de 1533, não vingou, a não ser em poucas delas. Entre os motivos estava o fato de muitos capitães não terem vindo tomar posse de suas terras, a hostilidade dos nativos e a distância entre uma capitania e outra, isolando comunidades.

⁷⁴ A.J.Russel-Wood. *A sociedade portuguesa no ultramar*. (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. História da Expansão Portuguesa v.1. A formação do Império (1415-1470). p 266.

⁷⁵ Vitorino Magalhães Godinho. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Vol IV. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença (1963-1971) p. 101.

⁷⁶ Stuart Schwartz. *Op.cit.* p. 31.

1.3.1 A implantação da empresa colonial

A partir das décadas de 1530 e 1540 a empresa açucareira tomou corpo e volume. Mudanças de cana trazidas de São Tomé espalharam-se pelo território, e a atividade sacarina desenvolveu-se no Nordeste, Bahia e Pernambuco (a região mais bem-sucedida), no Espírito Santo e em São Vicente.⁷⁷

D. João III, interessado na expansão da atividade, mesmo com o fracasso do sistema de capitanias, implantou uma política de intervenção mais direta da Coroa, que se refletiu na criação do Governo-Geral do Brasil em 1549. O regimento régio que foi concedido em 1548 a Tomé de Souza, capitão da capitania da Bahia e governador-geral do Brasil, manteve o sistema de donatários, mas estes deviam reportar-se ao governador, ficando com a Coroa as questões ligadas à administração da justiça e fiscais.⁷⁸

Os donatários obtiveram importantes isenções relativas à exportação de açúcar, e Tomé de Souza, o governador-geral, por meio de regimento podia doar sesmarias aos interessados em estabelecer engenhos, mas “a pessoa que o possa fazer dentro do tempo que lhe limitardes.”⁷⁹ Além disso, os que ganhavam as terras deveriam morar em Salvador ou na sesmaria durante três anos, para ter o direito de vendê-la. Era claro no regimento a intenção real em promover a disseminação da cana-de-açúcar e dos engenhos para o fabrico do açúcar. As lavouras de açúcar eram vistas como empreendimentos comerciais e para atrair colonos com cabedais para investir na atividade, e também como vetores de ocupação da terra, visto que os que construíam engenhos tinham obrigatoriamente que erguer uma casa-forte para proteger os colonos.⁸⁰

As benesses reais incluíam o uso de nativos como mão-de-obra (até 1618), franquias de transportes e flexibilidade de preços.⁸¹ Para incrementar o lucrativo

⁷⁷ Idem, *Ibidem*.

⁷⁸ A.J.R. Russel-Wood. *Fronteiras de integração*. (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa* v.1. A formação do Império (1415-1570). Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 246-247.

⁷⁹ Joaquim Romero Magalhães. Açúcar e especiarias. (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa* v.1. A formação do Império (1415-1570). Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 306.

⁸⁰ A.J.R. Russel-Wood. *Fronteiras de integração*. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa* v.1. A formação do Império (1415-1570). Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 247.

⁸¹ Vera Ferlini. *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru, SP: Edusc, 2003. p.85

negócio, a Coroa mandou construir na Bahia, em 1555, um engenho de moer real, enviou um mestre de engenhos, a colônia brasílica tornou-se destino de degredados, como forma de suprir a crescente necessidade de mão-de-obra e também foi permitido, em 1559, que cada dono de engenho pudesse obter no Congo africano 120 “peças” de escravos. O próprio rei se antecipou à autorização régia e enviou ao Brasil, em 1552, negros escravos provenientes da Guiné.⁸² A larga produção do açúcar brasileiro permitiu a popularização do produto na Europa no século XVI e primeiras décadas do XVII.

Pela atividade açucareira em expansão, as capitanias do norte da colônia portuguesa na América despontavam como região de grande possibilidade de comércio. Os preços [do açúcar] apresentavam uma forte tendência ascendente, com o preço médio do açúcar branco e mascavo subindo mais de 40% durante esses sete anos [1572 a 1579]. Em Lisboa e Londres, os preços parecem ter subido acentuadamente entre 1578 e 1582⁸³. Essa tendência de alta permaneceria, com algumas baixas eventuais, até a década de 1630⁸⁴.

O Nordeste tornou-se o principal pólo açucareiro, destacando-se Pernambuco e Bahia a partir da segunda metade do século XVI.. Entre 1570 e 1583, o número de engenhos pulou de 23, conforme Gândavo, para 66 e era a principal região produtora de açúcar no Brasil., segundo registro de Fernão Cardim. Nesse intervalo de tempo, a construção de engenhos em Pernambuco cresceu 8,4% ao ano e cerca 5,4% na Bahia, totalizando, em 1583, 36 unidades. O número de engenhos na colônia na década de 1590 era de 115, passando 200 em 1600, e 230 em 1610. O aumento na produção entre 1580 e 1600 reflete a expansão açucareira na colônia, passando de 300 a 350 mil arrobas para 600.000 no limiar do século.⁸⁵

“Estima-se que “os 66 engenhos de Pernambuco produziam umas 200 000 arrobas, a umas 3 000 por engenho, logo os 119 [considerando-se todos os do Nordeste] devem produzir ao todo umas 300 000 arrobas. Nuns quinze anos, ou pouco mais, o quantitativo de estabelecimentos de fabrico duplicaria, e a produção global também, pelo menos. E o crescimento açucareiro prosseguia vigorosamente: em 1590 estima-se

⁸² Joaquim Romero Magalhães. *Açúcar e especiarias*. (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa* v.1. A formação do Império (1415-1570). Navarra: Círculo de Leitores, 1998p 307.

⁸³ Stuart Schwartz. *Op.cit.* p.152

⁸⁴ Vera Ferlini. *Op.cit.* p. 60-61.

⁸⁵ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol I. Lisboa: CNCDP, 2002. p 168-169.

que o dízimo dos açucares do Brasil, se for efetivamente cobrado, renderá 502 500. Como o preço anda então por 800 reis a arroba (...) e o valor da produção total atingiria 1 milhão de cruzados.”⁸⁶

Antuérpia era o centro do comércio português das especiarias e passou a desempenhar o mesmo papel no tocante ao açúcar. Os Países-Baixos se projetaram como um dos principais mercados para os produtos brasileiros, primeiro para o pau-brasil e, em seguida, para o açúcar, tanto para o consumo local como também reexportação. Desde o final do século XV uma numerosa colônia de comerciantes flamengos estava concentrada em Lisboa que cresceu ainda mais ao longo do século XVI.

A capitania de Pernambuco foi doada a Duarte Coelho, homem com grande experiência no trato asiático, que agiu ora como militar ora como corsário. Em sua estada no Oriente acumulou significativos cabedais. Em 1534, D. João III agraciou-lhe com uma capitania no Nordeste da colônia brasileira, a de Pernambuco. O donatário instalou-se em suas terras com toda a família, e ele mesmo imbuuiu-se em atrair colonos para a empreitada no além-mar.⁸⁷

Decidido a implementar e frutificar a atividade açucareira em de seus domínios, manteve uma relação harmoniosa com os nativos. Deve-se muito a isso, a união entre as índias e os colonos, entre as quais estava seu genro, Jerônimo de Albuquerque, que o sucedeu no comando da capitania, após sua morte, em 1554. Valendo-se de seus recursos financeiros, plantou muita cana-de-açúcar que se adaptou muito bem ao solo de massapé e ao clima tropical da região. Em 1537, Olinda, construída a mando do donatário, tornou-se vila pelo Foral de Olinda.. Em 1542, prestes a ficar pronto o Engenho da Nossa Senhora da Ajuda, e pela escassez de mão-de-obra, pediu autorização para trazer escravos da Guiné. Em 1550, já era proprietário de cinco engenhos em funcionamento. Duarte Coelho, cioso da necessidade de técnicos e de conhecimentos específicos da lavoura sacarina para que ela pudesse prosperar, mandou buscar em Portugal elementos com experiência prévia nessa atividade, vindos das Canárias, da Galiza e do Reino.⁸⁸

⁸⁶ Vitorino Magalhães Godinho. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Vol IV. 2ª edição, Lisboa: Editorial Estampa, (1963-1971). p. 104-105

⁸⁷ Joaquim Romero Magalhães. O reconhecimento do Brasil. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa* v.1. A formação do Império (1415-1570). Navarra: Círculo de Leitores, 1998.p. 206.

⁸⁸ Stuart Schwartz. *Op. cit.* p. 33

O donatário recorreu a capitais metropolitanos que foram investidos na produção açucareira. A comercialização estaria em mãos dos grandes grupos financista europeus, como os Fugger, banqueiros alemães e detentores de minas de prata, que tinham representante em Pernambuco desde a década de 1540, e que não se ativeram apenas à circulação, tornando-se os irmãos Cibaldo e Cristóvão Lins senhores de engenho. Esse investimento teria sido decidido diretamente pelo diretor-presidente⁸⁹ da Casa Bancária dos Fugger, o judeu Anton Fugger, que “enviou aos canaviais pernambucanos, Cibaldo e Cristóvão Lyns, alemães de nascimento, e que já tinham mantinham em Lisboa, de há muito, uma filial do banco.”⁹⁰ Cibaldo, conforme nos relata Ribemboim, dedicou-se exclusivamente à exportação do açúcar e seu companheiro, Cristóvão, dedicou-se integralmente ao cultivo e o fabrico do açúcar, chegando a ter sete engenhos em Porto Calvo, em Pernambuco. O senhor de engenho Cristóvão Lyns continuou no Brasil e casou-se com a filha do donatário, Jerônimo de Albuquerque e D. Brittes. Ribemboim afirma que “com o apoio financeiro dos Fugger, os colonos que vieram com Duarte Coelho iriam enriquecer rapidamente, implantando posteriormente aquela que seria a primeira aristocracia rural brasileira.”⁹¹

A implantação da empresa açucareira na colônia do Brasil requeria cabedais significativos. Em 1618, Ambrósio Brandão, senhor de engenho calculava que para se montar um engenho era necessário mais ou menos 10 000 cruzados. Godinho considera que “ao todo uns 40 000 cruzados, que subirão facilmente a 45 000 ou mesmo 50 000 se o engenho for maior e empregar mão-de-obra mais numerosa.”⁹² Em 1583-84, os senhores de fazendas em Pernambuco tinham cabedais que variavam entre 40 000 e oitenta mil cruzados.

Embora a bibliografia sobre o tema ainda não seja extensa, é certo que a atividade agroexportadora contou com capitais alheios a Portugal, oriundos do norte da Europa, especialmente dos Países-Baixos e Antuérpia.

Para Celso Furtado, “parte substancial dos capitais requeridos viera dos Países-Baixos. (...) Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil, bem como na importação da mão-de-obra escrava. (...) poderosos grupos financeiros holandeses, interessados como estavam na expansão das

⁸⁹ O termo usado pelo autor é anacrônico.

⁹⁰ José Alexandre Ribemboim. *Senhores de Engenho; Judeus em Pernambuco colonial 1542-1654*. Recife: 20-20 Comunicação e Leitura, 1998. p.56-57.

⁹¹ Idem. p. 57.

⁹² Vitorino Magalhães Godinho. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Vol IV. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença (1963-1971) p. 110.

vendas do produto brasileiro, seguramente terão facilitado os recursos requeridos para a expansão da capacidade produtiva”⁹³. Evaldo Cabral de Mello chama a atenção pelo equívoco de Furtado ao generalizar a origem dos flamengos “que designa os naturais de Flandres, região da atual Bélgica, para designar também os "holandeses", então os naturais da Holanda, que originalmente não correspondia ao conjunto dos Países Baixos, como ocorre atualmente, mas apenas à principal província dos Países Baixos do norte.” Ressalta que capitais flamengos já estavam presentes na atividade açucareira na Madeira, em fins do século XV, e se fizeram presentes no Brasil no financiamento de engenhos e nas plantações do Nordeste, embora não fossem a principal fonte de recursos na atividade açucareira.⁹⁴ Stuart Schwartz informa que “o capital e o crédito aplicados na atividade açucareira, no século XVI, pelo menos parte dos fundos provinha de investidores estrangeiros, flamengos, italianos e da própria metrópole”⁹⁵.

Pelos registros Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil (1591-1595) sabemos que em Pernambuco viviam flamengos Manuel Nunes, André Pedra, Alberto Rodrigues e Antônio Vilhete e o padre João Batista e Maria de Almeida, esta "mulher do mundo" moradora em Olinda. Residiam ou negociavam em Olinda outros flamengos de nome Guilherme Fraute "valonês", Jande Betta; Miclas Silvestre, Estevão Snewatter, Paulo Cibres, Martim Alonso, e Baltazar Vularte Ratz, "este flamengo natural de Amberres" lavrador em Jaboatão. Um deles foi senhor do engenho, Gaspar de Mere, associado ao “capitalista” de Antuérpia, Jerônimo Goossens.”⁹⁶

Engenhos de açúcar e refinarias na porção meridional da capitania, mais precisamente, em São Vicente, eram de propriedade dos Schetz, senhores de Grobbendock, estabelecidos da Antuérpia. Há registros que tenham comprado o engenho de São Vicente em 1540. Por algum tempo os Schetz mantiveram o engenho e plantações juntamente com Johan Vleeminck, também da Antuérpia. O engenho foi propriedade dos Schetz – proprietários de uma das principais casas comerciais de Antuérpia no século XVI, com interesse por toda a Europa – até a segunda década do

⁹³ Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991. p.11

⁹⁴ Amsterdã só desponta como o grande centro comercial e financeiro da Europa no último decênio do século XVI. Antuérpia que aderira por alguns anos à revolta dos Países Baixos do norte contra a Espanha, foi reconquistada pelos espanhóis em 1585, o que causou uma imigração maciça de capitais flamengos e sefarditas para Amsterdã. “É sabido que Amsterdã herdou a fortuna histórica de Antuérpia”..Evaldo Cabral de Mello. *Folha de S. Paulo Uma questão de nuança*. Brasil 500 descobrimento. Caderno Mais, 23 jan. 2000. p. 11-19.

⁹⁵ Stuart Schwartz. *Op cit.* p. 33;179

⁹⁶ José Antônio Gonsalves de Mello. *O Recife: importância do período nórdico-tropical de sua formação*. In: Seminário de Tropicologia: trópico & o Recife eurotropical, 1977, Recife. Anais... Organização e prefácio de Roberto Motta. Recife: Fundaj, Massangana, 1987. p.188-198.

século XVII.⁹⁷ Eddy Stols afirma que uma dúzia de flamengos investiu diretamente na empresa açucareira, destacando-se Duarte Hoelscher, senhor de engenho em Itaparica, e Gaspar de Mere, proprietário em Marapatagibe, perto do Cabo de Santo Agostinho. Além desses endinheirados fixaram-se no Brasil flamengos com diversos ofícios, como “comerciantes, caixeiros, marceneiros, soldados e marinheiros e até miseráveis e prostitutas.”⁹⁸ Em 1600 somariam uma centena de pessoas.

Boyajian nos informa que ricos mercadores e financistas de origem sefardita tiveram intensa participação na implementação e desenvolvimento da empresa açucareira, investindo capitais diretamente na produção, financiando a construção de engenhos e a compra de mudas de cana. Além disso, dominavam a venda de insumos essenciais para a lavoura de açúcar e em segmentos vitais ao escoamento da produção, como, por exemplo, peças náuticas de reposição. Sua participação no tráfico negreiro viabilizou a entrada de mão-de-obra para o açúcar e os seus conhecimentos prévios no fabrico do açúcar garantiam o funcionamento da produção e a lucratividade do trato açucareiro.⁹⁹ Dados apresentados pelo autor informam que os clãs mercantis portugueses disponibilizaram para os plantadores de açúcar créditos com base em pagamento após as colheitas para a compra de quatro mil escravos/ano, ao custo de 400 mil cruzados.¹⁰⁰

Cabedais metropolitanos também tiveram grande significado na empresa açucareira, por meio de investimentos de grandes clãs mercantis ou pela presença de cristãos-novos com imensos capitais que aqui se fixaram como grandes senhores de engenho e mercadores, conhecidos por *onzeneiros*.¹⁰¹ No final do século XVI foram apontados como onzeneiros James Lopes da Costa, senhor de engenho por volta de 1580, na várzea de Capibaribe, mercador, rico, cristão-novo e onzeneiro público, e no início da década seguinte era rendeiro da cobrança dos dízimos em Pernambuco¹⁰². Quando das denúncias que sofreu na Primeira Visitação do Santo Ofício, ele tinha voltado a Portugal com sua mulher, Bárbara Henriques e em 1598 dirigiu-se a Amsterdã, onde adotou o nome de Jacob Tirado, fundando a primeira sinagoga de

⁹⁷ Hermann Kellenbenz, *Relações econômicas entre Antuérpia e o Brasil no século XVII*. *Revista de História*. Vol. XXXVII, nº 76. São Paulo, 1968. p. 295

⁹⁸ Eddy Stols. A iconografia do Brasil nos Países-Baixos do século XVI ao XX. Uma tentativa de avaliação global. *Revista USP*. São Paulo (30): p. 20-31, junho / agosto 1996.

⁹⁹ James C. Boyajian. *Portuguese bankers at the court of Spain (1626-1650)*. New Jersey: Rutgers University Press, 1983. p. 26-27

¹⁰⁰ Idem. p.10

¹⁰¹ Aqueles que emprestavam dinheiro a juros, muitas vezes considerados exorbitantes.

¹⁰² *Denúncias de Pernambuco*. p. 317 e 473.

Amsterdã. Dois outros conhecidos onzeneiros em Pernambuco eram João Nunes Correia, senhor de dois engenhos na Paraíba, mercador, dono de uma fortuna incalculável, cerca de 200.000 cruzados e Paulo Pina, pertencente a um dos sete grupos familiares mercantis mais destacados em Portugal. Eles financiavam engenhos, maquinário e concediam créditos para as safras. O crédito foi a base da economia açucareira. Os contratos de venda e arrendamento tinham prazos longos¹⁰³ e, muitas vezes, empenhava-se a safra como garantia ao empréstimo. O papel do onzeneiro foi relevante para o desenvolvimento da atividade açucareira.

No último quartel do século XVI, a atividade açucareira estava em plena ascensão, sendo pólo de grande atração populacional. Os dados sobre o número de engenhos e a produção do açúcar muitas vezes parecem superestimados ou pouco fiéis à realidade colonial desse período. Leonor Freire Costa montou uma tabela que nos permite avaliar a empresa açucareira em seu período áureo em sua obra

Anos	N.º de engenhos	Nº de arrobas	Arroba/Engenho	Fontes
1583	115	-	-	(1)
1584	118	300-400.000	2.500-3.300	(2)
1585	130	350.000	2.700	(3)
1591			6.000	(4)
1600	c. 200	1.200.000	6.000	(5)
1600	190- 200	600.000	3.000 – 3.100	(6)
1610	230	735.000	3.200	(7)
1610			4.762	(8)
	192	700.000	3.646	(9)
1612		700.000		(10)
1614	170	500 – 600.000	2.940 -3.529	(11)
1624	300	960.000	3.200	(12)
1629	346	900.000	2.601	(13)
1632			3.700	(14)
1637	350	900.000	2.571	(15)

(1) Mircea Buescu. *História Econômica do Brasil. Pesquisas e Análises*. São Paulo, 5ª ed., 1967. p. 66 e Stuart Schwartz. *engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Cia das Letras, 1999. p.148 (tabela), ambos citando Fernão Cardim; (2) Charles Boxer. *Salvador and the struggle for...*p. 179, citando Fernão Cardim. (3) Frederic Mauro. *Le Portugal, le Brésil et L'Atlantique ...* p.219, estimativa própria; (4) Stuart Schwartz, *op.cit.* p.150 (tabela), citando Domingos de Abreu Brito, tendo 63 engenhos em Pernambuco e uma produção total de 378.000 arrobas. (5) Mircea Buescu, *op.cit.* p. 84-85; (6) Stuart Schwartz. *op. cit.* p. 148 (texto); (7) Frederic Mauro. *op. cit.* p. 219 (texto) e p. 276

¹⁰³ Stuart Schwartz. *Op.cit.* p. 177-178.

(apêndice); (8) Stuart Schwartz. *op. cit.* p. 150 (tabela), para 63 engenhos na Bahia e uma produção total de 300.000 arrobas; (9) Stuart Schwartz. *op. cit.* p. 150 (tabela); (10) Frederic Mauro. *op. cit.* p.276 (apêndice); (11) Charles Boxer. *op. cit.* p.179; (12) Stuart Schwartz. *op. cit.* p. 150 (tabela); (13) Frederic Mauro. *op. cit.* p.219 e 276 (apêndice) e Stuart Schwartz. *op.cit.* p. 148. (14)) Stuart Schwartz. *op. cit.* p. 150 (tabela) para 84 engenhos na Bahia e uma produção total de 313.500 arrobas; (15)) Stuart Schwartz. *op. cit.* p. 150 (tabela).

Fonte: Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol I. Lisboa: CNCDP, 2002. p.168-169.

1.3.2 A importância da participação cristã-nova na empresa açucareira nordestina

A emigração portuguesa se intensificou para o Brasil em 1570, embora os números não possam efetivamente ser confirmados. A criação do Governo-Geral e a cidade de Salvador como sua sede, atreladas ao sucesso da atividade açucareira no Nordeste (e também, em menor proporção em São Vicente) demonstrou aos lusos o interesse da Coroa na colônia americana. Assim, o Brasil tornou-se o principal foco da emigração portuguesa. Embora não tenha havido uma intervenção direta da Coroa em relação à emigração para a colônia americana, a Coroa agia concedendo incentivos ou isenções e privilégios aos interessados na produção de açúcar, além da doação de terras.

É difícil caracterizar em termos sociais os que se fixaram no Brasil, mas havia entre eles, além de pessoas da “plebe” que partiam sem nenhuma coação, que não se encontravam a serviço do rei nem eram membros de qualquer sociedade corporativa. A primogenitura entre os mais privilegiados renegava os demais filhos homens a procurarem outras funções no Estado português e no clero. O açúcar precisava de técnicos e de pessoas com experiência anterior na lavoura sacarina, além de artesãos muitas vezes ligados à fabricação de artilharia e fundição de armas. A empresa açucareira, desde os seus primórdios, contou com a presença de muitos lavradores que cultivavam cana sem, no entanto, terem seu próprio engenho. A relação entre o dono de engenho e os fornecedores de cana podia ser de parceria, arrendamento e compra da produção de agricultores independentes.

A historiografia tradicional que apontava os cristãos-velhos como os principais senhores de engenho do Nordeste açucareira foi suplantada.¹⁰⁴ Embora não tenhamos estudos profundos sobre os primórdios populacionais do Brasil, sabemos que os cristãos-novos foram essenciais na organização e implementação da atividade açucareira. Abraham Levi nos informa que desde a segunda metade do século XVI, o Brasil foi um receptáculo de sefarditas, e que estes desempenharam um papel fundamental na sustentação e desenvolvimento econômico-comercial das terras brasílicas.¹⁰⁵ Os sefarditas se especializaram na produção de açúcar, e não somente no transporte, comercialização e distribuição do produto. Depois de 1580, encontramos senhores de engenhos, mercadores, traficantes, contratadores residentes na capitania de Pernambuco, Itamaracá e na Bahia, as que mais prosperavam com açúcar. Também vieram homens com menos posses, como lavradores, pedreiros, artesãos, pintores, entre muitos outros do Reino.

Boyajian afirma que a participação dos cristãos-novos na economia Atlântica foi muito maior do que se pensa, destacando-se no financiamento da empresa colonial. Famílias de comerciantes de Lisboa e o Porto, detentoras de grandes cabedais, investiram no Brasil e no comércio do Atlântico. Pernambuco, o mais importante pólo açucareiro, desenvolveu-se graças ao suporte das famílias portuguesas com experiência anterior na produção e fabricação de açúcar na Madeira. Entre eles estavam os Fernandes Camaragibe de Olinda e Camaragibe, os Dias Henriques e Dias Santiago, Brandão, Vaaz, Galegos, Milão (Olinda e Recife). Na Bahia estiveram presentes os Lopes Ulhoa, Nunes de Mattos, Dias Henriques. Eles e seus descendentes tiveram papel preponderante nos primórdios e desenvolvimento da empresa açucareira e no comércio Atlântico, e mais tarde, nos *asientos*.¹⁰⁶

Os cristãos-novos ligados às atividades de mercancia e relacionados aos grandes grupos mercantis lusos, em especial o Ximenes, os Rodrigues d'Évora e os Veiga, passaram a deslocar-se para os centros econômicos em ascensão, principalmente para o Nordeste açucareiro, com objetivos econômicos relacionados à produção, comercialização e distribuição do açúcar na Europa, tendo Antuérpia como centro vital

¹⁰⁴ A. J.R. Russel-Wood. Senhores de engenho e comerciantes. In: (dir) Francisco Bethencourt e Kurti Chauduri. *História da Expansão Portuguesa*. v 2. Do Índico ao Atlântico (1570-1697 Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 203.

¹⁰⁵ Joseph Abraham Levi. A diáspora sefardita nas Américas durante os séculos XVII e XVIII. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, nº1, 2001. Cátedra Alberto Benveniste/ Universidade de Lisboa. 2002 p. 27.

¹⁰⁶ James C. Boyajian. *Portuguese bankers at the court of Spain 1626-1650*. New Jersey: Rutgers University Press, 1983. prefácio p. x.

dessas operações. Depois da queda da cidade ao domínio espanhol, em 1585, foi substituída por Amsterdã como centro principal de refino, distribuição para o continente, centro financeiro e mesmo como a grande fabricante de navios usados no transporte do açúcar, superando em qualidade e quantidade o volume de mercadorias entre Brasil e Europa transportadas pelos portugueses.

Famílias de *grosso trato lusas* aparecem como senhores de engenho e/ou mercadores residentes em Pernambuco e na Bahia no século XVI. Gonsalves de Mello nos informa que os dois pioneiros na agroindústria do açúcar em Pernambuco (afora, os capitães-hereditários) foram dois cristãos-novos: Diogo Fernandes e Pedro Álvares Madeira, em 1542, que receberam terras para levantar um engenho.

Na segunda metade do século XVI, o afluxo de portugueses (cristãos-novos) para o Nordeste brasileiro aumentou significativamente. Comerciantes e traficantes especializavam-se no escoamento do açúcar, na importação de escravos e de bens do Reino. Como diz Sonia Siqueira, mecanismos e conexões montavam os mercadores em torno do tráfico do açúcar e da vida econômica da Colônia. As constelações familiares em torno dessas casas metropolitanas asseguravam as ligações. Feitores e comissários agenciavam os negócios, e outros, na África, asseguravam o tráfico negreiro. Outros agentes respondiam pela execução dos contratos, como os dos dízimos. Mercadores itinerantes e os que aqui se fixavam afluíam por vontade própria ou por medo da Inquisição. Esse segmento de negócio tinha base familiar e muitos eram irmãos, sobrinhos, netos dos agentes locais. Os que aqui estavam chamavam os do Reino.¹⁰⁷

Em 1595, a família cristã-nova dos Fidalgo, natural da Madeira, investiu cabedais em Pernambuco. Residiam na capitania os irmãos Rodrigo e Afonso Fidalgo e deslocavam-se para Angola, onde morava um outro irmão, Diogo Mendes Fidalgo, trazendo escravos para serem vendidos na colônia. Com a venda destes, revertiam o capital na compra de açúcar que era enviado ao Reino. Os capitais para as transações eram de Henrique Pereira Tenório (Funchal, 1562 – Amsterdã, 1564), tio materno dos mercadores, formado em direito pela Universidade de Coimbra, exportador de vinhos para Pernambuco.

Leonor Freire Costa reforça essa visão ao informar que os mais poderosos mercadores lusos cristãos-novos, como os Ximenes e seu parente João Moreno, os Dias de Milão, os Elvas e Veigas eram muito atuantes no tráfico marítimo com o Brasil e o

¹⁰⁷ Sonia A. Siqueira. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978. p.310

Oriente, nos primeiros anos do XVII, grupos presentes desde os primórdios da expansão açucareira na colônia, além de sua versatilidade, investindo seus cabedais em todas as frentes do tráfico colonial.¹⁰⁸ Outro exemplo significativo da participação efetiva na produção e no trato sacarino é dado por Boyajian ao relatar a trajetória de Manuel da Paz, filho de Diogo Fernandes, nascido em Olinda, pertencia a família Fernandes Camaragibe do Porto. Diogo Fernandes (que Gonsalves de Mello aponta como um dos dois cristãos-novos que primeiro se fixaram no Brasil) veio para o Brasil próximo de 1550 e se tornou um dos mais bem sucedidos mercadores e plantadores do Nordeste açucareiro, sendo responsável pessoalmente por negócios em muitas companhias de comércio em escala global. Os tios de Manuel da Paz, Duarte Fernandes, Simão Rodrigues e Antonio Dias do Porto também foram grandes proprietários de terras e engenhos, além de investirem no tráfico de escravos, tendo passado muitos anos no Brasil, estabelecendo-se na metrópole entre 1580 e 1590. Diogo Fernandes fixou-se definitivamente em Lisboa e casou-se em segundas núpcias com uma integrante da família Tinoco, o que uniu a fortuna de ambas as famílias. Esses poderosos mercadores portugueses mantinham representantes em Goa, Lisboa, Malaca e Nagasaki. Os Tinocos estavam entre os mais importantes mercadores privados do circuito Lisboa-Goa. Manuel da Paz, embora nascido em Olinda, criou-se em Lisboa e retornou ao Brasil em 1608 para tomar posse da fortuna do pai na produção de açúcar, sendo dono de muitos escravos.¹⁰⁹

Outros de grande fortuna de origem hebréia e de destaque na mercancia estavam Bento Dias de Santiago, homem de grandes posses e influente na corte portuguesa, estabeleceu-se em Pernambuco antes de 1575, tornando-se senhor de Engenho de Camaragibe; chegou a obter uma sesmaria na ilha de Itamaracá, de que aliás não fez grande cabedal, porque deixou prescrever a concessão no fim do decênio.¹¹⁰ Sua importância e fortuna era comparável a de Diogo Fernandes estendendo suas atividades também à mercancia em grande escala.

João Nunes Correia, mercador e dono de dois engenhos de açúcar era dono de uma fortuna astronômica; outro que veio ao Brasil mais ou menos nesse mesmo período foi André Lopes Ulhoa, também cristão-novo, um dos mais abastados na capitania. Seu

¹⁰⁸ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol.Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002. p. 189.

¹⁰⁹ James C. Boyajian, *Portuguese bankers at the court of Spain (1626-1650)*. New Jersey: Rutgers University Press, 1983. p. 26

¹¹⁰ Rodolfo Garcia. *Os judeus no Brasil colonial* Uri Zwerling (editor). Rio de Janeiro, 1936. p.15-16.

tio, Diogo Lopes Ulhoa acompanhou Christóvão Cardoso de Barros na conquista de Sergipe e aí obteve uma sesmaria.

Stuart Schwartz nos informa que entre 1587 e 1592 que dos 41 engenhos do Recôncavo Baiano, doze eram de propriedade de cristãos-novos. Afirma que muitos senhores de engenho eram de origem mais simples, sem grandes cabedais. Com certeza a mobilidade social era um fator atrativo para os emigrantes. Cita o caso dos irmãos Pascoal e Diniz Bravo como comerciantes que trocaram a mercancia pela produção açucareira como lavradores de cana, exercendo também a função de mercadores e se tornaram senhores de engenho.¹¹¹ Essa afirmação nos parece equivocada. Bravo Diniz era natural do Porto, senhor de engenho Cajaíba, na Bahia em 12 de setembro de 1612, conforme registro nas ratificações (p. 370-372) da Segunda Visitação do Santo Ofício ao Brasil (1618-1620). Era irmão de Pascoal Bravo e Álvaro Gomes Bravo. A família Bravo radicou-se na Bahia no século XVI e era importante produtora de açúcar, estando entre o grupo de senhores de engenho de destaque e com fortes ligações comerciais com o Porto.¹¹² Os Bravo eram parentes de Simão Nunes de Mattos e Henrique Dias de Milão, membros da elite comercial lusitana.

No último quartel do século XVI não era raro encontrar senhores de engenho que também eram mercadores. Apenas confrontando dados apresentados por Gonçalves de Mello, em fins dos Quinhentos e nas primeiras décadas dos Seiscentos, identificamos como senhores de engenho no Brasil e comerciantes mais tarde em Lisboa, João Nunes Correia, Miguel Dias Santiago, Duarte Dias Henrique, Gaspar Fernandes Anjo, Ambrosio Dias Fernandes. Duarte Dias Henrique era membro de uma das mais poderosas famílias mercantis lisboetas, proprietário de engenho e mercador de açúcar em escala não inferior a Bento Dias Santiago e Diogo Fernandes. Encontramos entre estes membros dos mais poderosos clãs mercantis lusos, envolvidos também no tráfico do Oriente, como os Ximenes, Elvas, Évoras e Veigas, Tinocos. Isso é explicado pelo grande desenvolvimento da cultura açucareira brasileira. Estabeleceram-se no Brasil por meio de aparentados de suas redes comerciais. Aproveitaram-se da isenção de dízimos sobre o açúcar aos que enviassem ao reino por sua conta a produção dos engenhos por um período de dez anos.¹¹³

¹¹¹ Stuart Schwartz. *Op. cit.* p. 225

¹¹² Anita Novinsky. *Cristãos-novos na Bahia: A Inquisição*. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1992 p. 94-95.

¹¹³ *Idem.* p. 219.

Essa situação parece ter mudado no decorrer da década de 1620, diferenciando-se produtores e mercadores em virtude do alargamento do mercado. Ambrósio Fernandes Brandão diz “os mercadores que trazem do reino suas mercadorias a vender a esta terra a comutar por açucares, de que tiram nisto muito proveito; e daqui nasce haver muita gente desta qualidade nela com suas lojas de mercadorias abertas, tendo correspondência com outros mercadores no reino que lhas mandam e como o intento destes é fazerem-se somente ricos pela mercancia, não tratam do aumento da terra, antes pretendem de a explorarem tudo quanto podem.”¹¹⁴

Outros que se tornaram senhores de engenho foram chegando nos anos seguintes¹¹⁵. Nas duas primeiras décadas do século XVII, a lista de senhores de engenho cristãos-novos aumentou, conforme duas listagens apresentadas por Mello, uma de 1609 e outra de 1623¹¹⁶.

1609	1623
Ambrósio Dias Fernandes	Domingos da Costa Brandão
André Gomes Pina	Duarte Ximenes
Antonio Dias do Porto	Filipe Dias do Vale
Antonio da Rosa	Filipe Diniz da Paz
Diogo Soares	Gabriel de Pina
Duarte Dias Henrique	Gaspar Fernandes Anjo
Duarte Ximenes	Gaspar de Mendonça
Fernão Soares (dois engenhos)	Manuel Saraiva de Mendonça
Gaspar Fernandes Anjo (2 engenhos)	Pedro Lopes de Vera (2 engenhos)
João Nunes de Matos.	

Gonsalves de Mello, diante das duas listas apresentadas, conclui que “parece certo que os cristãos-novos senhores de engenho não se deixam enraizar nas suas terras: as relações de 1609 e 1623 não mostram continuidade na posse dos engenhos na mesma

¹¹⁴ Ambrósio Fernandes Brandão. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. (org. e notas de José Antonio Gonsalves de Mello). Recife, 1997. p. 13

¹¹⁵ Os cristãos-novos que vieram ao Brasil nesse período (nos Quinhentos) tornaram-se senhores de engenho basicamente pela doação de sesmarias e outras benesses dos donatários, arrematamento de engenhos em leilões públicos e pelo casamento com cristãs-velhas e as heranças que advinham das familiares nas quais eram agregadas pelo matrimônio.

¹¹⁶ José Antonio Gonsalves de Mello. *Gente da Nação*. Cristãos-Novos em Pernambuco 1542-1654. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana. 1989. p. 8

pessoa. As exceções são Duarte Ximenes e Gaspar Fernandes Anjo; a do segundo Ambrósio Fernandes Brandão.”¹¹⁷

Senhores de engenho e mercadores deslocavam-se com frequência do Brasil para Portugal, mas sempre deixando aqui representantes seus. Entre os muitos exemplos estão os primos Miguel Dias Santiago e Duarte Dias Henrique que eram senhores de engenho na década de 1590. Voltaram ao Reino e lá se estabeleceram, sendo ativos importadores de açúcar do Brasil. Essa premissa é constatada por Leonor Freire Costa, ao dizer que “homens que residiam em certas localidades brasileiras, expedindo mercadorias por ordem de outrem, encontram-se pouco mais tarde no reino e a executar tarefas semelhantes às que anteriormente eram desempenhadas pelos seus correspondentes.”¹¹⁸

Ao analisarmos os maiores exportadores de açúcar entre 1596 e 1605, apontados por Gonsalves de Mello, baseando-se no livro de *Entrada e saída dos navios e urcas do Porto de Pernambuco* (manuscrito)¹¹⁹ que lista os carregadores em Pernambuco e consignatários em Lisboa entre os anos de 1596 a 1605, constatamos que os dois maiores eram cristãos-novos¹²⁰. São eles, pela ordem do maior para o menor:

- Duarte Ximenes: 5.375 arrobas ou 80.625 quilos, sendo a maior parte consignado na maior parte em Lisboa a Guilherme Duarte, provavelmente o mercador flamengo Guilherme Lenaerts; outra parte era consignada a diversos Ximenes residentes em Lisboa: André, Gonçalo, Fernão e Manuel. Senhor de engenho em Goiana, Capitania de Itamaracá, em 1609 e se tem notícia que o engenho ainda era seu em 1623. Tornou-se rendeiro dos contratos dos dízimos de açúcar entre 1627-1621. Era irmão de Gaspar Ximenes e primo de Antonio Nunes Ximenes, ambos senhores de engenho, filho de Rui Nunes Ximenes, que dois de seus filhos, Duarte Ximenes de Aragão e Fernão Ximenes de Aragão, estabeleceram um “império comercial mundial, com sede em Antuérpia.”¹²¹

¹¹⁷ Devemos considerar outros fatores na análise dessa afirmação, visto ser comum nessa época irmãos com sobrenomes distintos e a falta de documentação sobre a transferência de propriedade dos engenhos. José Antonio Gonsalves de Mello. *Gente da Nação*. Cristãos-Novos em Pernambuco 1542-1654. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana. 1989.p. 9

¹¹⁸ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol 1.Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002. p. 292

¹¹⁹ José Gonçalves de Mello, Apud Bib Nacional de Lisboa, Reservados, Coleção Pombalina, códice 642 fls, 204-235 e cópia na Bib. Nacional do Rio de Janeiro, Manuscrito códice II – 33, 6, 30

¹²⁰ José Antonio Gonçalves de Mello. *Gente da Nação*. Cristãos-Novos em Pernambuco 1542-1654. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana. p. 10-11

¹²¹ Idem p. 11

- Manuel Nunes de Mattos (cristão-novo): 4.662 arrobas ou 69.930 quilos também ligado aos Ximenes, André e Fernão, associado de João Moreno. Senhor de engenho. Era irmão de Simão Nunes de Mattos, ambos senhores de engenho, o último dono do engenho da Maré, em Salvador. Segundo Leonor Freire Costa, João Moreno era um dos sete principais grupos de comerciantes em Portugal.¹²² Além disso era genro de Henrique Dias de Milão, importantíssima família de mercadores em Lisboa, com forte atuação no negócio do açúcar.
- André do Couto (cristão velho)

O livro da *Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor e Visitador Licenciado Marcos Teixeira; Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618 – 1620*¹²³ nos fornece material importante que denota a participação cristã-nova na empresa açucareira nordestina e nas atividades de mercancia, que nos permite reconhecer as relações parentais e comerciais entre produtores de açúcar e comerciantes no Brasil, Lisboa, Sevilha, Madri, Antuérpia, Amsterdã, África e Oriente. Ao total, foram denunciadas 134 pessoas, sendo 90 delas judaizantes¹²⁴.

Os relatórios da visitação nos revelam quão importante era a comunicação e a troca entre os cristãos-novos de Pernambuco e Bahia, com judeus emigrados serfaditas de Portugal para Amsterdã. Os daqui eram essenciais na organização do açúcar do Brasil por intermédio de suas famílias e ligações comerciais com os judeus que tinham fugido para Amsterdã e ali viviam abertamente como judeus confessos e homens de negócio de projeção.

Há um dado interessante nessa inter-relação entre o Nordeste açucareiro e Amsterdã, que frequentemente era triangulada via Lisboa. A operacionalização das relações comerciais se davam com enorme mobilidade física de seus atores, nos locais onde produziam (Brasil, senhores de engenho) e comerciavam especialmente entre Brasil, Portugal, Antuérpia (até esta cair sob domínio espanhol e haver a evasão para Amsterdã), e algumas vezes Angola, Hamburgo, Lima e mesmo Buenos Aires.

¹²² Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol.Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002. p. 201.

¹²³ Eduardo D'Oliveira França e Sonia A. Siqueira. *Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor e Visitador Licenciado Marcos Teixeira; Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618 – 1620*. In: Anais do Museu Paulista. Tomo XVII. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1963. p.352-526.

¹²⁴ Arnold Wiznitzer. *Os Judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: Pioneira, EDUSP, 1966. p. 31.

Sem dúvida, a presença de capitais portugueses investidos pelos grandes grupos/famílias econômicos cristãs-novas, que dominavam o comércio nos principais centros europeus e suas ramificações em outros continentes, foi essencial para a atividade açucareira brasileira. Por outro lado, o trato do açúcar e o tráfico negreiro que enriquecia mercadores e financistas serviu de suporte para a manutenção do Estado da Índia.¹²⁵

Um espaço construído pela iniciativa particular, conjugando os interesses de mestres/senhórios de navio, definindo um novo complexo de rotas em torno do açúcar.¹²⁶ A economia-mundo incrementada pelas articulações Europa e Ásia foi fortalecida pela popularização do açúcar brasileiro produzido em grandes quantidades.

Uma nova dinâmica econômica comandada por mercadores se instalou no Atlântico. As possibilidades de ganhos e de se fazer fortuna atraíram populações que aí se fixaram. A economia colonial dinamizou-se, mercadores enriqueceram e o tráfico negreiro da África tornou-se alicerce da atividade mercantil transeuropéia. A ocupação da colônia portuguesa na América diferenciou-se da espanhola, visto estar o território brasileiro sob ameaça estrangeira e não terem sido encontrados ouro e prata, como o que ocorreu na América Espanhola.

O açúcar tornou-se o vetor do trato no Atlântico Português que passava por uma redefinição espacial.¹²⁷ Passou a ser produzido em grande escala, inserindo no sistema monopolista colonial mercantilista, com a organização da produção altamente especializada, sustentada pela mão-de-obra escrava africana, ajustada às necessidades da procura européia.

¹²⁵ James C. Boyajian. *Portuguese bankers at the court of Spain (1626-1650)*. New Jersey: Rutgers University Press, 1993. p. 12.

¹²⁶ Maria Leonor Freire da Costa. Rota do Cabo e as rotas do Brasil: para um estudo comparado do transporte marítimo nos séculos XVI e XVII. Texto apresentado no Seminário *O mundo que o português criou*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

¹²⁷ Joaquim Romero Magalhães. Açúcar e especiarias. In: (dir) Francisco Bethencourt *História da Expansão Portuguesa*. v. 1. A expansão do Império. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 307

Capítulo 2: As redes de comércio transcontinentais e a diáspora sefardita

As modificações das relações econômicas, no final do século XV e no início século XVI, com a constituição de mercados ultramarinos, reorganizaram o sistema econômico e a dinâmica mercantil europeia. Interligavam-se as economias-mundo. As novas rotas marítimas de longa distância foram essenciais para a expansão rápida do comércio europeu, que ficou muito mais complexo, ampliando os espaços geográficos, alargando as fronteiras, tornando-se transcontinental. Os novos caminhos pelo mar integraram-se às rotas que cruzavam e entrecruzavam o continente europeu – de Florença a Lião, a Ruão, a Antuérpia e Bruges e Londres a Veneza, Florença, a Roma e a Constantinopla –¹²⁸, ganhando, assim, o trato mercantil dimensão global.

2.1 A organização do trato e as redes mercantis

As especiarias asiáticas – em especial a pimenta –, pérolas, marfins, sedas, pau-brasil (matéria-prima para tinturaria de tecidos) a batata, o milho, frutas tropicais, sal, açúcar, pescados, óleo e banha de baleia e as matérias-primas usadas na indústria têxtil mudaram hábitos de consumo, gostos e a mentalidade de parcelas cada vez maiores da população europeia. As embarcações ibéricas passaram a ir regularmente aos portos asiáticos, americanos e africanos em busca dos produtos para atender a crescente demanda do continente. O Estado tanto precedeu como estimulou o comércio de longa distância transcontinental. A união entre Estados, mercadores e financistas foi ao encontro e complementou interesses comuns e muitas vezes recíprocos. O tesouro nacional passou a ser financiado por poderosos banqueiros e comerciantes experientes os administravam. A infiltração desses homens no aparelho estatal não deixou clara as esferas do público e privado que continuamente se confundiram.

A circulação do capital e a escala na qual ela se desenvolveu, ampliando-se pelos quatro continentes, foram fundamentais para que ocorresse a acumulação. O aumento crescente da complexidade das atividades transcontinentais, com ampliação dos espaços de atuação, exigia novas formas de organização mercantil, especialmente a

¹²⁸ Joaquim Romero Magalhães. Articulações Inter-Regionais e Economias-Mundo. In: (dir.) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa*. v.1. A formação do Império (1415-1570). Navarra, Espanha: Círculo de Leitores, 1998. p. 208.

interconexão entre grupos de comerciantes, a prospecção e a verificação contínua das possibilidades já existentes em novos territórios extra-nacionais e também suas eventuais potencialidades.

A circulação mercantil foi formada por grandes redes de comércio transcontinentais, com forte presença de grupos e agentes comerciais na Península Ibérica, Europa do Norte, na África, na Ásia e na América. Vitorino Magalhães Godinho sintetiza essa mudança econômica estrutural ocorrida “pela expansão européia dos séculos XV e XVI, que se processa fundamentalmente por mar mesmo quando acaba por penetrar a massa de outros continentes, consiste antes de mais na abertura e traçado de novas rotas, através de espaços até então não freqüentados (ou raros freqüentados), a ligar complexos sociais-econômicos e de civilizações já por outro lado em conexão mas também com mundos que permaneciam à margem e mal se comunicavam entre si. Porque movimento, ou melhor, multiplicidade de movimentos e homens, e de bens, é a inovação de uma teia de rotas, com as inerentes transferências e trocas, a interconectar a maioria das regiões do globo.”¹²⁹

A reconfiguração econômica provocou o surgimento e o aprimoramento de negócio muito mais complexos. A organização na distribuição e armazenagem sofreu profundas alterações com a implementação de companhias de fretes e de depósitos para o estoque das mercadorias. Acompanhando a expansão mercantil houve um grande avanço nas questões creditícias em relação às transações bancárias. Estabeleceram-se formalmente os juros, os sistemas monetários, as bolsas, as especulações, os seguros, as sociedades por ações, que levaram à centralização e modernização das cobranças fiscais, com a popularização das letras de câmbio, sepultando o velho quadro econômico da Idade Média¹³⁰. Havia condições para investimentos e também para o crescimento da demanda, sustentados pelos revigorados alicerces financeiros. Nesse período, a circulação de bens e capitais era o elemento essencial da geração de lucros e “os mercantilistas, limitando sua análise ao âmbito da circulação de bens, aprofundaram o conhecimento de questões como as de balança comercial, das taxas de câmbio e dos movimentos de dinheiro.”¹³¹

¹²⁹ Vitorino Magalhães Godinho. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Vol. IV. Lisboa: Presença, 1963-1971. p. 209.

¹³⁰ Maria Thereza S. Petrone. *Notas para o estudo das relações dos banqueiros alemães com o empreendimento colonial dos países ibéricos na América no século XVI*. Revista de História. nº 142-143. 1º e 2º semestre de 2003. São Paulo: Universidade de São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, agosto/2001. p 11.

¹³¹ Paulo Sandroni. *Op.cit.*. p. 219.

Se por um lado, o incremento dos negócios, via Lisboa, redefinia o cenário econômico militar, social e político europeu, não podemos desconsiderar a importância da introdução do fluxo contínuo de metais preciosos originados na América Espanhola. O ouro e prata das possessões espanholas americanas foram fundamentais no lastreamento dos pagamentos na Ásia dos produtos importados consumidos na Europa. A presença dos metais nobres aumentou a liquidez monetária em âmbito global e os princípios econômicos até então vigentes.

2.1.1 A intensificação do comércio e as redes de comércio

Os produtos trazidos por Portugal do Oriente, bem como a madeira tintureira do Brasil, desequilibraram o mercado europeu.. Gênova, Veneza e Piza perderam importância para Lisboa, Antuérpia Bordéus, Liverpool, Bristol e Amsterdã. As trocas intensificaram-se e novos vetores mercantis se voltaram em direção ao norte do continente. As mercadorias seguiam para Antuérpia, ponto de ligação entre a Europa Setentrional e verdadeiro entreposto comercial do Báltico, mar do Norte, Escandinávia e Alemanha.¹³²

Nessa nova dinâmica transcontinental formada por uma complexa inter-conexão de rotas marítimas, terrestres e fluviais, Portugal firmou-se como o grande centro das trocas. Lisboa era o principal porto pelo qual os bens e as mercadorias chegavam à Europa. Essa peculiaridade atraía pessoas com interesse no trato e com capitais, colocando-a como difusora de grandes negócios. Assim, como diz João Lúcio de Azevedo, “A corte era verdadeiramente uma grande casa de negócio, e a geral aspiração consistia em haver parte, maior ou menor, nos lucros da Índia. A pimenta que trariam as naus, o preço porque havia de vender-se em Flandres, com que novas conquistas poderia alargar-se a área das transações, era o em que os governantes punham o pensamento, e os cortesãos sequiosos a esperança. Das altas esferas a idéia obsessora comunicou-se à nação inteira, produzindo aquele estado de ilusão coletiva a que chamaram fumos de Índia. Designação justa, porque seu objeto do fumo tinha a inconsistência, e dele veio a ter a duração efêmera. (...) em Lisboa havia muitos, ocupados no comércio.”¹³³

¹³² Francisco Iglesias. *Encontro de duas culturas: América e Europa*. Estud. av., São Paulo, v. 6, n. 14, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 ago. 2006.

¹³³ João Lúcio de Azevedo. *Época de Portugal Econômico: Esboços de História*, Clássica Editora Lisboa, 1929, p. 83-87.

Os negócios portugueses na África, Brasil e Ásia atraíam intermediários no trato com o mundo árabe, genoveses e catalães para a Lisboa¹³⁴, a “Meca” dos negócios em crescente expansão, onde as rotas do Atlântico e do Índico confluíam. Para Jaime Cortesão “Era a Lisboa policroma dos faustosos mercadores de toda a Europa, entre os quais predominavam os elegantes florentinos (...). A veniaga cosmopolita disputava os produtos dos descobrimentos (...).”¹³⁵ Poderosos grupos europeus¹³⁶ estabeleciam-se na capital lusa onde buscavam produtos para revendê-los em outros cantos da Europa, à mercê do fluxo das mercadorias que chegavam a Lisboa.

A Coroa portuguesa, já em 1504, associou-se a cabedais alemães para realizar a armada para as Índias. D. Manuel firmou um acordo com financistas alemães para a armação de três navios para o Oriente, o que colocou grupos estrangeiros no lucrativo comércio asiático. Pelo acordo “ Os comerciantes tinham que fornecer os navios e prover a manutenção da tripulação durante 18 meses. O capitão e a tripulação deviam ser portugueses ou pelo menos da colônia estrangeira de Lisboa; durante a viagem estariam incondicionalmente sob o capitão da frota. Havia restrições para o comércio nos portos da Índia; todos os negócios, sem exceção, estariam sob o controle do feitor real, ele determinaria o preço da mercadoria a ser comprada ou trocada, mas os participantes podiam comprar tanta mercadoria quanta encontrassem e pudessem transportar para Lisboa. Em Lisboa a mercadoria seria depositada na Casa da Índia. Ao rei caberia 1/4 e 1/20, portanto, cerca de 30% das especiarias. O resto estaria inteiramente livre. As condições, entretanto, sofreram alterações com o passar do tempo.”¹³⁷ Em 1505 um consórcio de alemães e de italianos (Welser e seus aliados Marchione de Gênova e Veneza e os Fugger) forneceu embarcações para a frota portuguesa de Francisco de Almeida para a Índia. Nela, havia a bordo ao menos um agente dos Welser que, no retorno a Lisboa, se declarou muito contente, pois os lucros auferidos foram de mais de 150%.

Os financistas interessavam-se não só pelo Oriente, mas também pelas atividades agrícolas e de comércio das Ilhas Atlântica. Os Fugger de origem alemã eram

¹³⁴ Francisco Iglesias. *Encontro de duas culturas: América e Europa*. Estud. av., São Paulo, v. 6, n. 14, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 ago. 2006.

¹³⁵ Jaime Cortesão. *A expedição de Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: Portugalia, 1967. p. 18.

¹³⁶ “A rede [mercantil] se estende e se contrai, envolvendo a Europa, nos impérios dos Fugger, Welser, Hochtöter, Affaitati - cujas unhas acutilam Lisboa, a Itália, a Holanda, a Alemanha, perdendo-se na Índia” Raymundo Faoro. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo, 4a. ed., 1973, p. 81.

¹³⁷ Maria Thereza S. Petrone. *Op. Cit.* p. 25.

o mais poderoso entre os clãs mercantis da primeira metade dos seiscentos.¹³⁸, Banqueiros, detentores do monopólio da distribuição da pimenta no comércio entre Lisboa e os Países-Baixos, mantinham conexões com a Inglaterra, cidades italianas e o Império Turco-Otomano. Na metade da centúria, a família dos Mendes¹³⁹, judeus refugiados de Espanha em 1492, sucederam aos Fugger na atuação continental.

A reexportação das mercadorias para o norte da Europa era essencial para que a Coroa e os grupos de mercadores ligados a ela recuperassem o capital investido, realizassem lucros, e os aplicassem na compra de mais mercadorias. Cerca de 8% da carga das especiarias que chegava a Lisboa anualmente eram suficientes para abastecer o reino. Navios ingleses, de Flandres, da França, de Hamburgo, entre outras praças do

¹³⁸ Os Fugger eram os maiores banqueiros do final do século XV, donos de minas de prata e outros minérios e que dominavam negócios na Europa. nas primeiras décadas do século XVI, senhores do monopólio da pimenta no comércio entre Lisboa and e os Países-Baixos que mantinham conexões com a Inglaterra, cidades italianas e o Império Turco-Otomano. Hans Fugger abandonou em 1367 sua pequena aldeia natal no Lechfeld para radicar-se em Augsburg como tecelão e tintureiro. Pouco a pouco enriqueceu e seus descendentes, ao lado da tecelagem, dedicaram-se também ao comércio. Um século após a mudança de Hans Fugger para Augsburg, nasceu Jakob Fugger, “o rico”, genial representante do homem de negócios do Renascimento, trabalhador incansável que levou o nome dos Fugger à mais alta glória. Ditou as diretrizes da economia europeia. Dirigiu a política e imiscuiu-se nos negócios eclesiásticos. Os Fugger já não são mais os simples tecelões de fustão e pequenos comerciantes. A maior parte do comércio internacional esteve nas mãos de Jakob Fugger, “o rico”; possuía monopólios, grandes organizações industriais, destacando-se se pelas proporções a mineração no Tirol, na Hungria e na Espanha. Anton Fugger continuou o caminho traçado por seu tio Jakob Fugger, mas logo a decadência se fez notar. Os sucessores de Anton Fugger se preocuparam mais com a obtenção de títulos nobiliárquicos do que com os negócios. A partir da segunda metade do século XVI, os Fugger não tiveram mais importância na vida econômica da Europa. Idem. p 11.

¹³⁹ “*In the earlier 16th century, the Mendes banking and trading house took the lease of royal monopoly of spices trade between Lisbon and the Spanish Low Countries, with connections to England, the Italian Nation-States and the Turkish-Ottoman Empire. The Mendes families were in business concurrence with the German Fugger’s, the Italian Lomellini, among others. In order to be succeeded, they formed a partnership with the Affaitadi, from Cremona, to trade in spices, sugar and sugar-cane syrup from Madeira Island, textile dye-stuffs, wine, olive-oil, cotton, redwood from Brazil, ivory, dried fruit, but also to handle pearls and jewels, and importing German silver for coinage.*

The Mendes family left earlier Lisbon, then Antwerp and were persecuted throughout Europe. They traded in jewels, in spices, but also in bills of exchange ordered to the Portuguese Crown, the Spanish Habsburgs and Henry VIII of England(ruled 1491-1547)7. The legend speaks about Doña Gracia Nassi (c.1510-c.1569), and her old nephew Juan Miquez, or Joseph Nassi (c. 1520-1579), who managed the firm Herdeiros [inheritors of] de Francisco e Diogo Henriques, with commercial and finance interests in London, Lyons, Venice, Ferrara, Ancona, Ragusa [Dubrovnik], Salonica and Istanbul, where they fled to, before they settled nearby in Tiberias, in the Holy Land, and established a silk raising colony”.

António de Vasconcelos Nogueira *The Portuguese Jews and Modern Capitalism*. Trading, Insurance, Banking, Business, and Economic Thought in Amsterdam from earlier 16th to the first decades of 20th centuries. Universidade de Aveiro Portugal. 2000. <http://egi.ua.pt/XXIIaphes/Artigos/a%20Nogueira>. Acesso em 24 abr. 2006.

Norte, vinham ao à foz do Tejo para carregar suas embarcações¹⁴⁰ com especiarias, açúcar, vinho, azeite, frutas e vendendo roupas, metais, madeiras e cereais.¹⁴¹

Na segunda metade do século XVI, dois lucrativos tratos teriam primazia nas atividades mercantis européias, explorados por portugueses: o açúcar – bem de alto luxo, servindo até como parte do dote de princesas – plantado em áreas portuguesas do Atlântico, em especial no Brasil, e o tráfico de escravos africano. Negros da costa ocidental da África eram trazidos para a América como mão-de-obra para os engenhos de açúcar e, em menor escala, às lavouras do Caribe espanhol e nas minas de prata e ouro do Peru.

Apesar do monopólio real no trato da pimenta e especiarias e os privilégios que a aristocracia teve nesse trato, uma emergente classe de mercadores portugueses despontou nas cidades e portos. Excluídos do comércio mediterrâneo, esses comerciantes destacaram-se no comércio com as Ilhas Atlânticas com açúcar e vinho, áreas periféricas do Império Português. A experiência nesses tratos oceânicos insulares os levou a acumularem significativos cabedais, adquirirem conhecimento nas transações comerciais e de pagamentos, além de terem estabelecido contatos com o norte da Europa para onde reexportavam as mercadorias. Com esse *know-how* e aporte financeiro, aventuraram-se no comércio do Oriente, mais sofisticado e que requeria capitais substanciais na sua realização. Nas duas últimas décadas do século XVI, um pequeno grupo de famílias mercadoras portuguesas dominava o trato asiático, suplantando os italianos e alemães no financiamento da Coroa no monopólio real da pimenta e das especiarias. Os Ximenes de Aragão e seus associados monopolizavam os contratos da pimenta, tendo tomado-os dos Fugger, com quem formaram um consórcio em 1592. Membros dessas famílias mercantis abastadas estabeleceram-se em Antuérpia, Florença, Veneza onde vendiam as especiarias e formaram verdadeiros consórcios com outros mercadores portugueses e flamengos. Como empreendedores que eram, diversificavam suas atividades e investiram pesadamente no negócio do açúcar do Brasil e no tráfico negreiro. Multiplicaram seus lucros e fortaleceram suas redes de comércio poderosas. As redes eram formadas por grupos de comerciantes de *grosso trato* que procediam à movimentação dos seus interesses e garantiam a polivalência das

¹⁴⁰ Joaquim Romero Magalhães. *Portugueses no mundo do Século XVI*. Espaços e produtos. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998. p.50;89.

¹⁴¹ Joaquim Romero Magalhães. Os limites da expansão asiática .In: (dir.) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa*. v.2. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. p. 8

suas ações em diferentes espaços portuários e sua inserção em redes de relação parentais, sociais e de negócio.

As redes de comércio firmaram-se como elementos vitais para a expansão e solidificação das atividades mercantis. As interconexões do trato exigiam maior coesão entre mercadores e grupos destes impunham-se para que os negócios se realizassem de forma mais consistente, como também parcerias eventuais ou perenes para a exploração dos espaços econômicos. Indivíduos comerciantes aproximavam-se de companhias e estas se achegam a empresas similares ou complementares, ascendendo a outras esferas comerciais. As redes de negócio interconectadas a partir da Europa interagem uma sobre as outras e, muitas vezes têm um caráter complementar.¹⁴²

Nesse novo cenário, firmas individuais e familiares foram tomando espaço na economia em transmutação, bem como grupos étnicos e religiosos alicerçavam-se nas trocas mercantis intra e extra-continente.¹⁴³ Dessa forma, era imperioso aumentar o número de pessoas diretamente ligadas às trocas, incorporando indivíduos com maior grau de especialização, representantes conhecedores dos negócios, administradores e uma logística extensa como forma de atender à demanda europeia crescente, consolidar a atividade mercantil e a produção voltada para as trocas comerciais.

Na efervescência mercantil do “longo século XVI”, segundo Braudel¹⁴⁴, vários grupos étnicos de comerciantes identificados como “nações”, criaram e dominaram “circuitos e redes”. Esse conceito aplicava-se não somente aos italianos de Lucca, Gênova e Florença que se organizavam em colônias, mas também se estendia a mercadores chineses, japoneses e hindus. Entretanto foram os mercadores cristãos-novos portugueses que se destacaram na atuação das redes de comércio transcontinentais, difundido-as pelo mundo todo. Foram mais bem sucedidos do que os italianos e armênios que se deslocaram para Portugal, Espanha, Moscou e Amsterdã, perpetuando uma tradição que se estendeu durante muitos séculos, a mercancia, especialmente durante o controle árabe na península ibérica.¹⁴⁵

A teia de conexões formada pelas redes transcontinentais ampliou-se, aumentando a eficiência nas relações de troca, sua capacidade de intervenção e de seu

¹⁴² Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol 1. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002. p 252

¹⁴³ Francesca Trivellato. *Discourse and practice of trust in business correspondence during the early modern period*. Economic History Seminar. USA: New Haven, Yale University. 13. out. 2004. p 2.

¹⁴⁴ Fernand Braudel.. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*. 3 vol. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v. 2. p 147.

¹⁴⁵ Idem. p. 159.

poder de atuação. Esse conjunto de aglomerados mercantis movimentava capitais de grande vulto, ditando, em grande parte, a dinâmica econômica mundial.

2.2 A primazia das redes de comércio portuguesas no comércio europeu

A Europa passava por grandes transformações no século XV e XVI. O urbano ganhava espaço, bem como as atividades ligadas a ele. As comunidades judaicas participaram amplamente neste cenário de renovação da sociedade medieval e na inovação trazida pela economia mercantil transcontinental. Adquiriram ao longo do século XV o domínio das atividades artesanais e do comércio no reino. Ao mesmo tempo, estavam engajados no comércio marítimo no comércio da especiaria, desde o início das operações comerciais na costa africana, e na exportação para França e Inglaterra de sal, frutos secos, peixe e cortiça em troca de pimenta, incenso, veludos e outras mercadorias do Oriente¹⁴⁶ Em 1440, há registro da contribuição judia na expansão, contribuindo em termos financeiros para uma expedição às Canárias.¹⁴⁷ No último quartel da centúria, com a ocupação e exploração das ilhas insulares para lá direcionam parte de seus cabedais, associados a mercadores italianos. Em fins do século XV, controlavam o tráfico negreiro na costa africana. Entre 1491 e 1495 este negócio esteve na mão de Bartolomeu Marchione. Entre 1500 e 1505 o tráfico esteve nas mãos de João Rodrigues Mascarenhas, rico mercador de Lisboa e cobrador de diversos impostos, como a sisa e o do pescado.¹⁴⁸

Qual a origem desses cabedais nas mãos dos judeus? Marques de Almeida afirma saber-se muito pouco sobre os processos de entesouramento das comunidades judaicas e a origem dos fundos financeiros que detinham. A acumulação de capitais, tudo indica, estaria originalmente ligada às atividades financeiras, sobretudo a empréstimos.¹⁴⁹ Mas há que se considerar também as rendas auferidas em atividades

¹⁴⁶ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 2.º, fl. 102. *Apud* A. A. Marques de Almeida. *Mercadores Cristãos-novos no negócio da especiaria (entre 1480 e 1530)*. Cátedra de Estudos Serfaditas Alberto Benevistes. Lisboa.

¹⁴⁷ A. Barros Bastos. Os Judeus no velho Porto. Sep. da Revista de Estudos Judaicos, p. 73 *Apud* A. A. Marques de Almeida. *Mercadores Cristãos-novos no negócio da especiaria (entre 1480 e 1530)*. Cátedra Alberto Benevistes. Lisboa.

¹⁴⁸ José Gonçalves Salvador. *Os Magnatas do tráfico negreiro*. São Paulo; Pioneira, 1981, p. 129.

¹⁴⁹ É o caso, e apenas um entre muitos, do Duque de Bragança, D. Fernando II, que em 1471 dispôs no seu testamento de 130.501 reais para liquidação de dívidas aos judeus de Barcelos, Bragança, Guimarães, Chaves e Mesão Frio. Cf. D. Antonio Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, t. III (parte II), p. 224. *Apud* A.A. Marques de Almeida. *Mercadores*

urbanas que eram dominadas pela comunidade, pois “durante toda a medievalidade as comunas judaicas integraram-se no tecido social e no aparelho produtivo, e em todo este processo de desenvolvimento foram condicionadas por imposições sociais que, de muitos modos diferentes, definiram o perfil da integração dessas comunidades no tecido nacional, no plano dos aparelhos de produção e de distribuição e nos imaginários sociais.”¹⁵⁰ Em Portugal desde o século XV já havia o predomínio de judeus nas atividades mercantis do reino¹⁵¹. Não só nas atividades mercantis, como afirma Keila Grinberg, além de ativos participantes na expansão atlântica, destacavam-se nas universidades, na corte, na vida intelectual do reino.¹⁵²

A expansão ultramarina fez de Lisboa o epicentro das transações mercantis. Portugal montou um império comercial na Ásia. A nobreza portuguesa participou desse primeiro momento no trato das especiarias, embora aparentemente estivesse muito mais interessada no poder político e prestígio social na expansão em movimento do que nas oportunidades comerciais do Oriente¹⁵³. Mas é indiscutível o papel desenvolvido por judeus e cristãos-novos no comércio do Índico.¹⁵⁴ No início do século XVI, quando as especiarias e outras mercadorias trazidas do Oriente chegaram a Lisboa, e parte delas enviadas para Antuérpia, os mercadores judeus e seus capitais estavam envolvidos no negócio.¹⁵⁵ Os cristãos-novos portugueses erigiram sofisticadas redes de comércio que transpassavam o sul da Ásia, a África Ocidental, Europa e a América e frequentemente estavam associadas a grandes e intensas atividades de financiamento¹⁵⁶

Cristãos-novos no negócio da especiaria (entre 1480 e 1530). Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benvenistes. Lisboa.

¹⁵⁰ A. A. Marques de Almeida. *Comunidades judaicas na Época Moderna em Trás-os-Montes. Uma reavaliação da historiografia*. Cadernos Terras Quentes 1. Aveiros, Portugal. Primavera 2005. p. 5.

¹⁵¹ “O aumento do número de judeus dedicados ao tráfego marítimo levantaria objeções nas cortes de 1472.”; “Pensamos que era o interesse das cidades e da sua burguesia comercial cristã que, há muito, vinha protestando contra a concorrência econômica dos grandes mercadores judeus que, protegidos pela coroa e pelas principais casas nobres do reino, como as de Bragança e Viseu, detinham o monopólio do comércio de África e se lançavam no comércio ‘internacional europeu’.” Maria José Ferro Tavares. *Judaísmo e Inquisição*. Lisboa: Estampa, 1987. p. 19-28.

¹⁵² Keila Grinberg. *Inquisição, judeus e cristãos-novos no Brasil colonial*. Keila Grinberg (org) *Os judeus no Brasil*. Inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 28.

¹⁵³ Scammell 1981: 180-183. Apud Peter C. Emmer. *The First Global War: The Dutch Versus Iberia in Asia, Africa and the New World, 1590-1609*. In: e-journal of History Portuguese. Volume 1, number 1, Summer 2003

¹⁵⁴ Perter Emmer, *Op. cit.*

¹⁵⁵ A. A. Marques de Almeida. *O Zangão e o Mel. Uma metáfora sobre a diáspora sefardita e a formação das elites financeiras na Europa (séculos XV a XVII)*. *Oceanos. Diáspora e Expansão*, nº29. Jan/Mar.1997. Lisboa: CNCDP. p. 18

¹⁵⁶ James C. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore & London 1993. p. 67.

Mesmo que parte do capital ligado a bancos e financistas lusos tenha migrado para Antuérpia¹⁵⁷, o centro ativo das trocas era a capital lisboeta. Assim, as redes mercantis que comandavam o comércio europeu no século XVI surgiram e fortaleceram-se em Portugal, formadas por mercadores de origem judaica. “São inúmeros os documentos que estabelecem a relação directa entre judeus e portugueses. (...) Os portugueses se destacavam no crescente comércio internacional, sempre com o comércio como pano de fundo, os portugueses, sobretudo a partir da década de trinta do século XVI, foram ocupando pontos nevrálgicos do Império indiano. Esta presença cresceu significativamente com o incremento do tráfico negreiro. Não só acorriam os protagonistas directos deste trato como, com o beneplácito ou passividade das autoridades e da população em geral, se instalaram numerosos marinheiros e feitores¹⁵⁸.”

Nathan Watchel sintetiza a ação marrana na expansão ultramarina, pois era da península Ibérica, a partir de Lisboa e Sevilha, que os mercadores atingiram as costas africanas e o continente americano, de onde os mercadores seguiram para o Oriente, das Filipinas ao Extremo Oriente. Em Lisboa, o grande entroncamento das rotas comerciais, a articulação e a intermediação com Antuérpia, o principal porto de distribuição de produtos vindos do além-mar dirigidos à Europa Ocidental e Central, era feita por cristãos-novos membros de uma mesma família¹⁵⁹.

Em virtude da concorrência holandesa e inglesa, os grandes contratadores de pimenta, liderados pelos Ximenes de Aragão, deixaram a *Carreira da Índia*, embora houvesse exceções de membros das poderosas famílias lusas. Embora, estivesse em declínio o grande negócio da pimenta asiática, por volta de 1600, agressivos mercadores lusos das grandes famílias intensificaram o comércio com a Ásia, feito agora através de outros portos e voltados para bens que estavam fora do monopólio régio. Mesmo concorrendo com ingleses e holandeses, traziam para Portugal seda, diamantes, pérolas, pedras preciosas, essências, porcelanas da China, Japão, Índia, Ceilão, Arábia, Sudeste

¹⁵⁷ Os irmãos Simão e Nicolau Veiga estabeleceram-se em Antuérpia, onde criaram um verdadeiro império comercial; os Mendes, tornaram-se banqueiros em Antuérpia;. Dos Ximenes de Aragão, Ruy Nunes, chefe do clã mercantil (homem riquíssimo, doou, em 1566, a Lisboa, a quantia de 100:000\$00, para amenizar a fome da população, na crise daquele ano), e seu neto Fernão Ximenes de Aragão transferiram-se- para Antuérpia, onde eram ricos comerciantes e banqueiros.

¹⁵⁸ Maria da Graça A. Mateus Ventura. Cristãos-novos portugueses nas Índias de Castela: dos negócios aos cárceres da Inquisição (1590-1639) in *Oceanos*. Diáspora e Expansão, n° 29. Jan/Mar, 1997 Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses..

¹⁵⁹ Nathan Wachtel. *La Foi du Souvenir Labyrinthes Marranes*. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Número 2 - 2002, mis en ligne le 9 février 2005, référence du 20 août 2006, disponible sur : <http://nuevomundo.revues.org/document551.html>.

Asiático e África ocidental, em alguns locais com acesso exclusivo dos mercadores lusos. Dessa forma, expandiram mercados na Europa, África e também na América.¹⁶⁰ Fortunas se fizeram e outras aumentaram consideravelmente. Esse tipo de comércio diferenciava-se profundamente daquele ligado ao monopólio real da pimenta dominado pelos Ximenes de Aragão na década de 1590.

O trato na Ásia era apenas um dos muitos negócios da complexa rede de negócios das grandes casas lisboetas no final do XVI e no início do XVII. A capitalização dos clãs mercantis e de outras famílias a eles associadas resultou na possibilidade financeira de arcarem com a colonização do Brasil, estendendo suas redes de negócio, inserindo e interconectando Brasil, África, Ásia e América Espanhola.

Foram os cristãos-novos os primeiros a explorar as novas oportunidades econômicas que se abriam na América e na África, através do tráfico negreiro. Transferiram para as áreas Atlânticas secundárias uma importante porcentagem do tráfico de mercadorias e de escravos entre Portugal, a costa ocidental africana e Angola, a produção, o transporte e a venda das safras agrícolas brasileiras, e controlavam o tráfico negreiro entre África e as colônias espanholas e portuguesa na América. Na Europa, marranos que eram atuantes no comércio internacional, como os Ximenes, foram muito atuantes na importação de açúcar para Lisboa e dali para o noroeste da Europa, especialmente Antuérpia.¹⁶¹

2.2.1 Os cristãos-novos e a economia portuguesa

Os judeus foram expulsos da Espanha, em 1492, pelos reis católicos, acusados de serem hereges. Grande parte deles dirigiu-se ao reino vizinho onde se estabeleceu. Não se tem idéia certa de quantos eram, mas com certeza foram dezenas de milhares.¹⁶² Os emigrados hebreus eram uma fração considerável da população urbana lusa, que sobrevivia graças ao comércio, aos diversos ofícios especializados, como sapateiros, ouríveres, alfaiates, médicos, navegadores, mercadores de expressão e vários empregados do serviço público, como médicos na Corte.¹⁶³ Famílias abastadas trouxeram seus recursos para o reino onde se fixaram.

¹⁶⁰ James. C. Boyajian. *Portuguese bankers at the court of Spain (1626-1650)*. New Jersey: Rutgers University Press, 1993. p. 8

¹⁶¹ Peter Emmer. *Op. cit.*

¹⁶² Keila Grinberg. *Op.cit.* p. 28.

¹⁶³ Angus Maddison. *The World Economy: A Millenial Perspective*. Paris: OCDE, 2001. p 17-25.

Já há muito os reis portugueses sabiam da importância da comunidade sefardita na economia do reino e seus importantes contatos com comunidades hebréias nas cidades italianas, em Antuérpia e mesmo no Oriente. Em 1473, D. Afonso V autorizou que os judeus nascidos em Portugal a ir “em navios da terra aos lugares da conquista ou ao estrangeiro carregá-los, afinçando que levaria a mal atos cometidos por quem lhes apressasse as embarcações ou as fazendas. Caso os raptos se negassem a devolver os artigos usurpados, mandaria proceder a represálias”¹⁶⁴ D. Manuel e D. João III se apoiaram nas comunidades judaicas para o refinanciamento das empresas reais.

Em dezembro 1496, o rei D. Manuel III, na tentativa de unir os reinos de Portugal e Espanha pelo seu casamento com a herdeira de Castela, foi obrigado a ceder à imposição espanhola em expulsar os judeus de Portugal para concretizar as núpcias. No final de 1496, o rei assinou o édito de expulsão que dava 10 meses aos judeus e mouros para que deixassem o Reino. Os que não emigraram, no início de 1497 foram batizados à força, sob pena de morte, tornando-se obrigatoriamente cristão-novos. Em seguida medidas proibiram os cristãos-novos de formar consórcios, sendo isso uma forma de incentivar o casamento entre cristãos-novos e velhos, e de saírem do reino, sob pena de perda de todos os bens móveis e de raiz para a Coroa.

Sob esse aspecto a historiografia traz diversas interpretações. João Lúcio de Azevedo entende como uma atitude de integração, visto os nativos terem problemas com sua presença no Reino, rejeitando-os abertamente. Antonio José Saraiva viu nessa atitude o embate da lutas de classes entre a nobreza e a realeza ameaçada pela burguesia ascendente. Maria José Ferro Tavares acredita que os motivos foram políticos e não-religiosos, visão inversa à de Elias Lipiner que não inclui nessa ação régia elementos de ordem política ou histórica, mas apenas uma crueldade injustificada.

Em 1507, D. Manuel percebeu que a comunidade cristã-nova, empreendedora e atuante há tempos nos negócios lusos e na economia em transformação no mundo, precisava de mobilidade para dar continuidade aos empreendimentos dos quais participava. Assim, em 1507, “concedeu aos cristãos-novos portugueses a garantia de liberdade civil, autorização de sair do país, definitiva ou temporária, para comerciar por terra e mar e para vender ou transportar bens para países cristãos em navios

¹⁶⁴ Henrique Barros Gama. *História da Administração Pública em Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1945. p. 325. Apud, José Gonçalves Salvador. *Os Cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1978. p.7.

portugueses.”¹⁶⁵ Os recém-conversos voltaram a ter acesso à nobreza, à Igreja, às magistraturas, aos cargos municipais, ao direito de cidadania e de vizinhança, às universidades que as leis canônicas e as ordenações gerais do reino retiraram após a conversão forçada.

A política de integração promovida por D. Manuel não conseguiu seu intento. A nobreza, a oligarquia municipal e a “arraia miúda” opunham-se a ascensão dos cristãos-novos, ocupando cargos de relevância na administração central e nas Universidades, o que gerou um forte sentimento anti-judaico que envolveria a sociedade lusa contra a minoria de origem hebréia. Criou-se o mito da “perversão judaica” e a eles eram creditados todas as desgraças e catástrofes naturais que assolaram o Reino. Em 1506, o ódio contra os judeus se manifestou no massacre de Lisboa, esta assolada pela fome e pela peste, onde teriam morrido milhares de pessoas. Anos mais tarde, nova ameaça de levante contra os cristãos-novos deixava claro que nem os cristãos-novos tinham aceitado os cristãos-velhos e muitos dos convertidos procuravam o hermetismo como forma de manterem suas origens, e continuavam praticando sua religião e ritos.¹⁶⁶

Os judeus sefarditas (que assim se autodenominavam) direcionaram-se para o Atlântico e para muitas outras localidades. Deslocaram-se vislumbrando oportunidades de negócios trazidas pelas novas rotas marítimas de longa distância. O comércio originado da Rota do Cabo era a porta de entrada para altos lucros.¹⁶⁷

2.2.2 As redes sefarditas no trato mundial

Marques de Almeida afirma que as trocas intercontinentais estavam centradas nos cristão-novos cujas famílias tinham correspondentes nas mais importantes praças de negócios. “Detinham o controle das finanças e do comércio, além de terem postos importantes na corte. Estavam em suas mãos os mais significativos contratos de comércio, como o da pimenta, o das alfândegas, o dos dízimos, os dos suprimentos das praças de África e do tráfico de escravos. Tudo lhes corria pelas mãos, desde o pão e o

¹⁶⁵ A.A. Marques de Almeida. *Mercadores Cristãos-novos no negócio da especiaria (entre 1480 e 1530)*. Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste.Lisboa.

¹⁶⁶ Maria José Ferro Tavares. A questão judaica. *História de Portugal*. Vol.IV. Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo. Barcelona. EDICLUBE, 1993. p. 54.

¹⁶⁷ “transpôs as fronteiras políticas e culturais que, cada uma a sua maneira, separavam e diferenciavam o mundo mediterrâneo”. Braudel definia a economia mundial como “uma soma de áreas individualizadas, econômicas e não-econômicas”.Fernand Braudel.. *Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes,1995. p. 151.

peixe de que se alimentam as classes pobres até o vinho, o trigo, o azeite e o açúcar. Têm agentes em todas as partes.”¹⁶⁸

As redes européias de mercadores sefarditas assentaram-se em poderosa estrutura familiar particular que se traduz pela ‘partição’ de membros da família pelas várias praças de uma Europa que despertava para os novos produtos que todos os dias chegavam aos mercados.¹⁶⁹ A concentração do capital por esses mercadores (ou *homens de negócio*) foi mola propulsora do sistema creditício e de pagamentos.

Essas redes funcionavam em um primeiro momento, na segunda metade do século XVI, atreladas à Coroa portuguesa no condicionamento dos circuitos comerciais. As conexões mercantis que resultaram em redes de comércio contavam com a cumplicidade e relações de poder, de parentesco e de tráfico de influências entre a Coroa e os comerciantes de grosso trato, primeiramente ligados ao comércio do Oriente¹⁷⁰. A debilidade da Coroa em investir no trato das especiarias atraiu os capitais dos mercadores cristãos-novos, que permitiram a intensa capitalização para que o comércio de longa distância se efetuasse¹⁷¹. Começando com a arrematação de contratos para a equipagem das frotas, comerciantes cristão-novos aproximaram-se do rei e acumularam enormes fortunas na razão direta da queda das rendas reais. Quando a Coroa sentiu seus lucros diminuírem pelo fechamento da rota do mar Vermelho, permitiu que os comerciantes participantes dos negócios asiáticos aumentassem o embarque de outros produtos não-monopolizados, mas com bom preço, como meio de contrabalançar a perda de receitas, até que arremataram o contrato da compra da pimenta. No final do século, com o objetivo de garantir receitas *a priori* e minimizar os riscos envolvidos na *Carreira* a Coroa optou pelo regime de contratos para a realização de viagens, na construção, abastecimento e conservação das naus.¹⁷²

Em meados do século XVI as redes alcançaram novos patamares de ganho e de independência, com o aumento dos negócios ligados ao Atlântico Sul como o Brasil açucareiro e tráfico de escravos africanos.¹⁷³

¹⁶⁸ A. A. Marques de Almeida. A.A. Almeida Marques. Mercadores Cristãos-novos no negócio da especiaria (entre 1480 e 1530) Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste. Lisboa..

¹⁶⁹ Idem.p. 14.

¹⁷⁰ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico; as frotas do açúcar (1580-1663)*. Vol 1. Lisboa, 2000. p. 165.

¹⁷¹ Idem. p. 15.

¹⁷² Idem, p. 17

¹⁷³ Idem. p. 165.

Desde o início da atividade mercantil portuguesa transcontinental há registros de associação entre judeus e italianos no comércio com África e Índia, conforme Peter Emmer relata “*during the sixteenth century the Portuguese Jews (now converted to Christianity, at least nominally) together with merchants from Italy were the driving force behind the foundation of a worldwide Portuguese trading network. Of course, we should bear in mind that this trading network was rather limited in both scope and volume. The Portuguese had only a few strongholds in Asia and Africa, and much of their “trade” consisted of looting the ships of Arab, Chinese, and Indian traders.*”¹⁷⁴ Entre 1509 e 1511, Godinho identifica entre os compradores da Casa da Índia Korge Lopes Bixorda, Álvaro Pimentel, Duarte Tristão, De Negro (o equivalente português da família genovesa Di Negro), Luís Vaz de Negro e Gabriel de Negro que seriam judeus.¹⁷⁵

Por volta de 1580, a capitalização do processo econômico ficou marcada pela debilidade e escassez de recursos financeiros reais, pois nesta época Sevilha era o grande centro onde estava a prata vinda da América espanhola. Diante dessa nova conjuntura, a Coroa portuguesa virou-se para Sevilha, pois estava em jogo a preciosa prata das Américas, condicionante de todos aqueles circuitos, e o lucrativo tráfico de escravos, que os mercadores portugueses é que vão cada vez mais fornecer às Índias de Castela, até 1640.¹⁷⁶

As redes de comércio eram tendencialmente dispersas e circulando por conta própria, o que contrasta com a ação concertada dos holandeses ou ingleses que mais tarde, no século XVII, tomaram conta do comércio internacional.¹⁷⁷ Não eram redes fechadas e coesas, mas interligavam-se grandes, pequenas e médias teias familiares, muitas vezes umas crescendo rapidamente, enquanto outras se dissolviam. Agiam de forma independente, criavam elos e alianças entre seus membros com o objetivo maior de aumentar o capital, o crédito e o poder,¹⁷⁸ em uma sociedade com valores com fortes

¹⁷⁴ Peter C. Emmer. *Op. cit.*

¹⁷⁵ Vitorino Magalhães Godinho. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Vol. II. Lisboa: Presença, 1963-1971. p. 209.

¹⁷⁶ Idem. p. 218.

¹⁷⁷ Leonor Freire da Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol 1. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002. p.165.

¹⁷⁸ Antonio Borges Coelho. *Política Dinheiro e Fé: Cristãos-novos e judeus portugueses no tempo dos Filipes*. A.A. Marques de Almeida (dir). Cadernos de Estudos Serfaditas. Ciclo de Conferências 2000. °1. Lisboa. Cátedra de Estudos < Alberto Benvenistes >, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001. p. 110.

resquícios estamentais, na qual, no topo da pirâmide social estavam os nobres e a realeza.

As interconexões mercantis eram uma teia social e econômica assentada em laços familiares e geográficos. A consanguinidade determinou a liderança, a afinidade geográfica e a lateralidade. Casavam entre si e com cristãos-velhos também. As relações de parentesco solificavam as redes que transitavam pelo portos estratégicos, caracterizando a própria dinâmica mercantil¹⁷⁹ Na diáspora portuguesa todos os elementos que compunham a família nuclear normalmente deixavam Portugal outras vezes os casamentos tinham lugar já no território da diáspora, ligando elementos de famílias diversas. Deste modo, através do parentesco efetivavam-se verdadeiras redes de poder, muitas vezes ligadas ao comércio.¹⁸⁰

Em Portugal e no norte da Europa, em especial Antuérpia, o domínio dos negócios e investimentos nesse período estava nas mãos de cristãos-novos¹⁸¹ e judeus. Essa associação passava de poderosos mercadores ibéricos e flamengos, numa circulação incessante entre a Península e Flandres que era ponto de encontro essencial, base de apoio para negócios alargados e participação nos portos mais dinâmicos das paragens do Norte.

¹⁷⁹ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol 1. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002. p 130.

¹⁸⁰ Suzana Mateus em *Família e Poder: a importância dos laços de parentesco na construção das redes mercantis sefarditas (séculos XVI e XVII)*. In: Cadernos de Estudos Sefarditas. Lisboa., Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, 2000. Nesse artigo, ela afirma que os casamentos entre cristãos-novos foram fundamentais para a expansão das redes de comércio e do poder econômico dos clãs mercantis. “Um dos aspectos mais marcantes da organização familiar desta elite mercantil sefardita é a sua tendência para recorrer à endogamia. De fato, à semelhança do que acontece nos grupos nobiliárquicos, estas famílias têm um grande cuidado nas estratégias matrimoniais que desenvolvem, procurando, acima de tudo, a manutenção e a ampliação do seu patrimônio. Quando falamos de endogamia, usamos este conceito num sentido alargado, considerando também os casamentos que se efetuam entre diferentes famílias da elite mercantil sefardita As relações matrimoniais entre importantes famílias mercantis constituem uma forma muito eficaz de ampliação do patrimônio, bem como de aumento considerável de poder econômico.

Esta tendência endogâmica nem sempre era fruto de uma ação voluntária, sendo muitas vezes o resultado de diversas conjunturas que condicionavam as estratégias matrimoniais das famílias sefarditas. As restrições impostas pela limpeza de sangue, a necessidade de ocultar práticas criptojudaias, entre muitos outros fatores, levaram necessariamente a um maior fechamento do grupo. Em consequência de todos estes elementos condicionantes, bem como em resultado da dispersão territorial provocada pela diáspora, não será de estranhar a importância que os laços de parentescos ganham na sustentação das redes comerciais sefarditas. Pelo menos em termos teóricos, as relações de parentesco seriam as relações informais com um maior grau de afetividade e de confiança. Ora, no caso deste mundo mercantil, parece-nos evidente que a confiança seria um fator determinante, nomeadamente nos negócios que envolviam o crédito. Desse modo, as redes comerciais estabelecidas por estas famílias são, em simultâneo, redes familiares, até porque muitas vezes os elementos mais jovens destas famílias recebem instrução desde muito cedo na arte dos negócios, de forma a perpetuarem estas relações cruciais para a manutenção do poder econômico e também político destas famílias.”

¹⁸¹ Antonio José Saraiva. *Inquisição e Cristãos-Novos..* Lisboa: Estampa, 1994. p 42.

Dois exemplos da natureza transcontinental das redes de cristãos-novos no século XVI são citados por A. J. R. Russel-Wood. Uma delas é a de Diogo Fernandes Vitória, natural do Porto, por volta de 1530. Ele, o pai e o irmão vieram ao Brasil, onde se tornaram senhores de engenho em Pernambuco e São Vicente. Do Brasil, Diogo transferiu-se para o México, e depois para o Oriente (Manila), em 1580, fazendo deste local sua base de negócios, fornecendo seda, porcelanas chinesas, especiarias, algodão ao México, Peru, Caribe. Parentes de Diogo estabelecidos no Porto, Brasil, Lisboa e Goa mantinham eram ligados ao negócio familiar de Diogo. A outra é Manuel Serrão, nascido em Elvas que chegou Goa em 1554, aos 33 anos, onde comerciava pelas costas indianas. Diante da chegada da Inquisição a Goa, em 1561, transferiu-se para outros Viajaiangar, juntando-se a outros cristãos-novos lá residentes, exercendo comércio pela Índia muçulmana, no Decão e Gurazate.¹⁸² Também Boyajian relata como as intrincadas conexões e as redes formadas por correspondentes no estrangeiro contribuíram para a formação do capital empregado por grandes banqueiros ligados aos *asientos*. O já referido Manuel da Paz, filho de senhor de engenho e mercador nos primórdios da empresa açucareira no Brasil, integrava uma poderosa rede de negócios familiares com interesses no Brasil e no comércio asiático. O casamento entre os Tinocos e os Fernandes de Camaragibe uniu duas das grandes fortunas portuguesas pertencentes à elite mercantil lusa. Manuel, filho dessa união, tinha grande experiência no trato asiático por ter morado em Lisboa. Mesmo depois de voltar ao Brasil, retornou a Lisboa e junto com seus meio-irmãos e tios dedicaram-se ao comércio asiático, comerciando diamantes, pérolas, seda, algodão, porcelanas e produtos de botica (especiarias com finalidade medicinal). Os diamantes asiáticos eram enviados aos seus parentes em Antuérpia, Hamburgo e Amsterdã. Depois do naufrágio da embarcação *Nossa Senhora da Luz*, quando os comerciantes perderam grande parte do carregamento que levavam de Goa para Lisboa, decidiram não mais participar diretamente do trato, mas estando presentes no financiamento do lucrativo negócio com as Índias, por meio dos representantes dos Tinocos no Oriente.

De volta a Lisboa casou-se com Isabel Denis Pacheco, tornando-se parente indiretamente de Duarte Gomes Solis, de Lisboa e André e Antonio Faleiro, importantes mercadores de Antuérpia, Hamburgo e Veneza interligados aos Tinocos. Por outro lado, os Tinocos e os Fernandes de Camaragibe eram aliados de Rodrigo Soares, Pero de

¹⁸² James C. Boyajian *Portuguese trade in Asia under the Habsburgs 1580-1640*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993. p. 75-77.

Galegos, Simão Nunes de Mattos e Antonio Mendes Lamego, proeminentes mercadores do Atlântico ligados ao açúcar e ao tráfico negreiro. Um outro meio-irmão de Manuel, Francisco Duarte Tinoco vivia no Brasil e representava a família nos interesses do tráfico, enquanto seu primo Manuel Rodrigues, morador em Olinda além de manter-se no negócio do tráfico, provia o Caribe de escravos e praticava a pirataria no mar das Antilhas. Não raro, os Tinocos e Manuel Paz associavam-se a outras famílias portuguesas para afazerem negócios específicos, como com os Costa da Palma e Fernandes. A fortuna dos grandes comerciantes se fez através de gerações ligadas às atividades comerciais em Lisboa e no além-mar.¹⁸³

Aos poucos, as redes de comércio comandadas por cristão-novos foram se organizando de forma mais “racional”, procurando a maior eficiência nos negócios. A prosperidade adveio primeiramente das exportações e importações de especiarias, madeiras para tinturaria, pedras, metais preciosos para a cunhagem de moedas. Em pouco tempo, deixaram de ser apenas comerciantes para tornarem-se também financistas. As redes familiares e parentais direcionavam-se para uma maior diversificação, incluindo armazenagem e remuneração do capital via empréstimos, o pagamento de juros e de especulação financeira.¹⁸⁴

O fortalecimento delas decorria da melhor e maior estruturação do comércio ultramarino português, e também da ineficiência do controle fiscal da Coroa que apresentava cada vez mais falhas na arrecadação. A voracidade em busca de receitas, na maioria das vezes de forma extorsiva, prejudicava suas relações com os grupos mercantis de grosso trato, nacionais e estrangeiros. As despesas militares em manter o controle do Índico, o patrulhamento das costas africanas e mesmo as com expedições, tropas e material para rechaçar ameaças estrangeiras às suas possessões ultramarinas consumiam grande parte do erário real. Junto a isso, a manutenção da corte, dos privilégios dos nobres e da realeza debilitavam cada vez mais as finanças régias. Diante das dificuldades, os reis recorriam aos banqueiros e grandes mercadores. Desse modo, o capital econômico nas mãos de grupos de comerciantes de grosso trato com proximidade ao rei era transformado em capital social, visto os banqueiros escolhidos pelos Habsburgos e por D. João VI estarem os negociantes mais opulentos.¹⁸⁵ Na

¹⁸³ James C. Boyajian. *Portuguese bankers at the court of Spain*. (1626-1650). New Jersey: Rutgers University Press, 1983. p. 20-22.

¹⁸⁴ António de Vasconcelos Nogueira. *Op. cit.*

¹⁸⁵“(…) uma estratificação interna do grupo dos comerciantes do grosso trato, decorrente da aproximação de certos segmentos aos círculos do rei. Insiste-se na importância do capital econômico que detinham

realidade essas redes mercantis “eram muito úteis para aos reis da Dinastia de Avis e, depois para os Habsburgos de Espanha e Portugal.”¹⁸⁶.

A incorporação do Reino de Portugal, em 1580, à Coroa dos Habsburgo espanhóis abriu aos comerciantes de grosso trato novos mercados, mormente o da prata espanhola, via arrematação do contrato de escravos africanos. Os grupos econômicos mais importantes no comércio europeu de origem lusa eram os Ximenes de Aragão, com presença forte em Lisboa, Antuérpia e Amsterdã, contratadores do comércio de Angola desde 1582 até 1619, como também, com outros lugares do norte da Europa, os Rodrigues d'Évora¹⁸⁷, com o monopólio da pólvora e grandes exportadores para os Países-Baixos, tendo lá se fixado os irmãos Simão e Nicolau¹⁸⁸, os Mendes¹⁸⁹ com diversos grupos econômicos intracontinentais para explorar especiarias, pau-brasil, entre outras mercadorias, na Ásia, África e Brasil, os Lopes Pinto. Gentil da Silva diz que “As importações orientais e o grande comércio brasileiro eram controlados pelos Ximenes [de Aragão], os Rodrigues de Évora e os Gomes de Elvas, todos aparentados entre si. Esses homens de negócio e de cultura, quase todos de origem judaica, formavam uma elite.”¹⁹⁰ Presentes na Ásia, na África e na América, o pequeno grupo de famílias cristão-novas que geria os circuitos interligados da prata, dos escravos africanos e das fazendas asiáticas tornou-se a primeira rede mundial de negociantes da história.¹⁹¹

para o transformar em capital social, pois tanto os Habsburgo como D. João IV recrutaram os seus banqueiros entre os negociantes mais opulentos.” Leonor Freire Costa. *Império e Grupos Mercantis. Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*, Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 67

¹⁸⁶ José Gentil da Silva. *O eixo econômico Lisboa-Antuérpia. Anais da exposição Portugal e Flandres, visões da Europa (1550-1680)*. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Cultural Mosteiro dos Jerônimos, Abril- Maio, 1992. p.2

¹⁸⁷ A família Veiga ou Vega originou-se no final do século XV, vinda da Espanha. Em 1595, os negócios da família enriquecida estavam nas mãos de quatro irmãos, Simão, Nicolau, Lopo Rodrigues e Rodrigo Lopes de Évora. Os dois primeiros estabeleceram-se em Antuérpia, onde criaram um verdadeiro império comercial, sendo Simão o mentor e o principal dirigente dos grandes tratos familiares. Manuel da Veiga, filho de Rodrigo Lopes. A família espalhou-se por outras praças européias, como Londres e Amsterdã. As relações com os Ximenes de Aragão (*A flor dos contratadores*, segundo Manuel), de Antuérpia, eram bastante próximas em termos de amizade, bem como em termos comerciais, já que faziam negócios com seus parentes em Florença e Veneza. Além disso, eles tinham interesses em comum no contrato da pimenta de 1593, sucedendo aos Fugger. A união comercial e também pelo casamento dessas duas famílias ampliou enormemente a influência e ação portuguesa na Europa dos fins do século XVI. J. Gentil da Silva. *Stratégies des affaires em Lisboa entre 1595 a 1607*. Paris: Librairie Armand Colin, 1956. p.1-5.

¹⁸⁸ José Gonçalves Salvador. *Os cristãos-novos e o comércio do Atlântico Meridional*. Na nota 40, p. 21-22,

¹⁸⁹ José Antonio Gonsalves de Mello. *Gente da Nação. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, p.4.

¹⁹⁰ José Gentil da Silva. *O eixo econômico Lisboa-Antuérpia. Anais da exposição Portugal e Flandres, visões da Europa (1550-1680)*. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Cultural Mosteiro dos Jerônimos, Abril- Maio, 1992. p.2.

¹⁹¹ Edval de Souza Barros. *Redes de clientela, funcionários régios e apropriação de renda no império português (séculos XVI-XVIII)*. Revista de Sociologia e Política. n.º.17 Curitiba, nov. 2001.p. 127-146

2.2.3 A Inquisição e a dispersão sefardita

A Inquisição foi um tribunal de fé instituída pela Igreja Católica, com poderes delegados pelo papa, que visava identificar e julgar aqueles que cometiam heresias religiosas. Instituição medieval voltou a ter força nos séculos XV e XVI, quando foram instaurados vários tribunais pela Europa, na Espanha (1478), Roma (1542) e em Portugal (1536).

A Inquisição era vista pela Igreja e pelas Coroas portuguesas e espanholas, estas governando reinos altamente católicos, como o meio mais eficiente em manter a sociedade livre dos hereges, visto que a “heresia pervertia os costumes, provoca a inquietação e a perturbação das consciências, estimula a desobediência e a rebelião.” Além disso, visava fortalecer o “apoio da Igreja ao Estado, evitando guerras de religião, revoltas e massacres provocados por motivos religiosos, sustentando a ordem social e a unidade do Estado”¹⁹², numa época de grandes transformações na Europa.. Antonio José Saraiva, baseando-se na visão marxista da luta de classes, propôs que o “mito judaizante” foi criado pela Inquisição como instrumento de controle dos interesses da nobreza e realeza contra a ascensão burguesa no reino português, visto ser esta camada social ser constituída por muitos elementos de origem hebréia¹⁹³. Para Maria José Ferro Tavares ela foi a resposta violenta ao fracasso da política integracionista de D. Manuel, impondo-se uma nova forma de integração social e religiosa pelo medo e pela extrema violência operacionalizada pelo Santo Ofício.¹⁹⁴ Para Peter Emmer a Inquisição tinha como objetivo sufocar o trato, visto saber que existiam muitos criptojudeus na burguesia comercial em rápida ascensão. Passou a perseguir muitos dos cristãos-novos integrantes de grupos mercantis bem-sucedidos e não apenas vulneráveis mercadores. Uma das punições impostas pelo Santo Ofício impedia que os encarcerados quitassem os débitos contraídos com terceiros, inclusive estrangeiros. Essa medida teve alto impacto nos parceiros lusos que passaram a relutar em fazer negócios com eles. A Igreja Católica era muito poderosa em Portugal, controlando cerca de 30 a 40% das atividades econômicas

¹⁹² Francisco Bethencourt. *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p 356-357.

¹⁹³ Antonio José Saraiva. *Inquisição e Cristãos –novos*. Lisboa : Estampa. 1985p. 264-281.

¹⁹⁴ Maria José Ferro Tavares. A questão judaica. In: *História de Portugal*. Vol VI. Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo. Barcelona: EDICLUBE, 1993. p. 32

do Reino.¹⁹⁵ Bethencourt afirma que a caça aos judeus monopolizou as atividades do Santo Ofício em Portugal e que não os aniquilou como foi feito em Espanha. A Inquisição sempre se posicionou contra a expulsão dos cristãos-novos mesmo quando a Coroa assim o desejava. Administrou a coerção de forma calculada, permitindo que houvesse uma “reserva” constante de clientes potenciais para poder justificar sua ação e manter-se como instituição¹⁹⁶

De certa forma, a Inquisição foi criada para manter o *status* remanescente do medievo calcado na primazia da nobreza e do clero detentores do poder em uma sociedade notadamente agrária. A expansão geográfica ultramarina e o comércio dela decorrente ameaçavam a ordem vigente. Novos atores despontavam sustentados por uma inédita dinâmica econômica, assentada no trato mercantil e na monetarização da economia. O Estado teocêntrico perdia força, debilitava-se em termos econômicos e não conseguia mais manter a coesão social necessária para manter-se à frente da sociedade em transformação.

A partir de 1536¹⁹⁷, ameaçados pelo Santo Ofício, os *homens de negócio*, como eram conhecidos de maneira popular mercadores de etnia judaica¹⁹⁸, ou *Gente da Nação*¹⁹⁹ (hebréia), procuravam novos pólos mais seguros do que o reino português para se fixarem, dentro ou fora da Europa.²⁰⁰ A intensificação da perseguição, principalmente a partir da segunda metade do século XVI, coincidiu com o desenvolvimento da

¹⁹⁵ Peter Emmer. *Op.cit.*

¹⁹⁶ Francisco Bethencourt. *História das Inquisições*. Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV ao XIX. São Paulo Companhia das Letras, 2000. p. 407-408; 318.

¹⁹⁷ Ano em que D. João III instituiu a Inquisição em Portugal.

¹⁹⁸ José Antonio Salvador. *Os Cristãos-Novos e o Comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1978. p.32

¹⁹⁹ José Antonio Gonsalves de Mello. *Gente da Nação: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1989.

²⁰⁰ *Why did Portugal deliberately shoot itself in the foot by virtually expelling its commercial class? The answer is that Portugal during the ancien régime was a very religious country and that the king and the nobility could do little to stop the policies of the Catholic church. The church in Portugal controlled about a third of all economic activities. In Lisbon alone there were 5,000 to 6,000 mendicant friars. Within the Catholic church, the Inquisition had a large degree of autonomy. Its victims had to surrender all their assets, which the Inquisition used to find more victims. Many Portuguese merchants disappeared into this vortex without a trace, because the Inquisition knew that there were many crypto-Jews among the New Christian mercantile groups and that they usually possessed considerable wealth. The Inquisition tended to stifle all trade, not only that of vulnerable merchants. Credit extended to Portuguese merchants could not be retrieved if the debtor had been put in prison by the Inquisition. Hence, non-Portuguese merchants became reluctant to do business with their Portuguese counterparts (Shaw 1989: 423). Of course there is much debate about the causes of Portugal's decline. Not all of the causes were directly related to the persecution of the New Christians. It has been pointed out that the profits Portugal derived from non-European trade were bound to decline as soon as the Dutch, French and British ended the Iberian monopoly. It has also been suggested that the Portuguese traders would have lost ground even had the New Christians remained, because these merchants had only family networks to rely on, which were not capable of organizing their activities in effective organizational structures such as the overseas trading companies of Northwest Europe (Emmer 1996: xvi-xxii) Peter Emmer. *Op cit.*.*

produção açucareira no Brasil e os primórdios do tráfico negreiro – este, como um dos negócios dos mais rentáveis do período. O horizonte das atividades de trocas e das mercancias se abria em uma grande velocidade. A diversificação geográfica dos clãs mercantis foi fundamental para a dinamização do processo de acumulação, e que este se desse fora de Portugal.

Em 1579, os confiscos pela Inquisição foram restabelecidos, prejudicando grandemente os cristãos-novos acusados pelo Santo Ofício, e em 1580 revogou-se a permissão de que os novos conversos ao catolicismo deixassem o reino. O crime de heresia julgado pela Inquisição compreendia a excomunhão e a execução da pena imposta pelos do Santo Ofício, mas também o confisco de todos os bens do réu, o que implicava na ruína da família e na inabilitação dos descendentes do condenado para ocupar cargos e exercer profissões²⁰¹.

Se por um lado os judeus e cristão-novos dispersavam-se para se fixar em lugares menos opressores e mais distantes dos Tribunais do Santo Ofício, por outro, essa trasmigração fazia-se necessária para a própria expansão das trocas e das finanças, com a realocação de agentes dos grupos familiares mercantes para praças transcontinentais e do norte da Europa, para onde parte do capital ibérico sefardita migrou. Não parece por acaso que os neoconversos, temerosos com o recrudescimento da Inquisição, tenham emigrado para lugares onde os negócios eram mais rentáveis. A diáspora, muitas vezes seguiu de perto os circuitos monetários e as praças de câmbios européias, embora não se possa estabelecer uma relação direta entre a diáspora e o espaço de circulação monetária. Apesar disso, percebe-se que essas realidades não são indiferentes, e por vezes jogaram entre si um papel decisivo.²⁰²

Mesmo antes da diáspora, a mobilidade dos mercadores sefarditas lhes concedera uma posição altamente estratégica e, na dispersão, os emigrantes portugueses valeram-se disso ao buscar locais onde se fixar.²⁰³ Traziam consigo, na “convulsão” provocada pelas rotas de longa distância conhecimentos essenciais sobre as novas técnicas bancárias e de crédito, praticamente desconhecidas pela fidalguia, como também contatos com as mais importantes praças nos continentes então conhecidos. Essas especificidades lhes permitiam ascender em termos financeiros e sociais nos

²⁰¹ Francisco Bethencourt. *História das Inquisições*. Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

²⁰² A.A. Almeida Marques. *Mercadores Cristãos-novos no negócio da especiaria (entre 1480 e 1530)* Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste. Lisboa.

²⁰³ Idem.

locais onde se fixavam, onde a maioria residente era carente de conhecimentos que eles detinham.²⁰⁴

Muitos cristão-novos fugiram de perseguições do Santo Ofício e começaram por estabelecer comunidades de diáspora em Flandres, França, Itália, Turquia, Índia e no norte da África.²⁰⁵ A procura por novos centros econômicos esteve integrada à própria dispersão das famílias com intensa atividade no trato, com ramificações em todos os continentes.

Os que deixavam o Reino optavam por locais onde iriam encontrar comunidades instaladas por pessoas que professavam a sua religião, o judaísmo. Muitos emigrantes eram profissionais da medicina, ciência, direito, e letras, mercadores e homens de negócio, que dispunham frequentemente de meios financeiros que lhes permitiam efetuar investimentos imediatos, profissionais e comerciais nos locais onde se instalavam.²⁰⁶

A diáspora não deve ser entendida apenas como a vontade de viver livremente a fé dos judeus que continuaram com suas crenças mesmo depois da conversão forçada em cristão-novos, embora muitos deixaram o Reino para poderem viver abertamente sua identidade judaica. É inegável que o Tribunal do Santo Ofício português amendrontava os criptojudeus e cristão-novos que temiam por suas vidas e pelo confisco de seus bens. Porém, os dois primeiros fatores juntaram-se a interesses econômicos em um mundo em plena expansão mercantil que oferecia da Índia à América a possibilidade de enriquecimento e maior tolerância religiosa. Os cabedais, a maior capacidade intelectual dada pelos estudos e a longa atividade na mercâncias dos serfaditas fizeram com que corresse o mundo e se tornassem senhores do comércio internacional e das finanças.

Na Europa, regiões do Norte, como Antuérpia, centro financeiro e de distribuição de mercadorias, verdadeiro entreposto comercial e elo de ligação com o Báltico e o mar do Norte, foi um dos destinos mais procurados pelos emigrantes neoconvertos portugueses. Em 1530, ela deixara de ser apenas uma praça sazonal de comércio e mercadores de outras cidades passaram nela residir ou a manter

²⁰⁴ Nathan Wachtel. *La Foi du Souvenir Labyrinthes Marranes. Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Número 2 - 2002, mis en ligne le 9 février 2005, référence du 20 août 2006, disponible sur : <http://nuevomundo.revues.org/document551.html>.

²⁰⁵ A. J. R. Russel-Wood. *Fluxos de emigração*. In: (dir) Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri. *História da Expansão Portuguesa* v.1. A formação do Império (1415-1570). Navarra; Cículo de Editores, 1998. p.226

²⁰⁶ Idem p. 234

representantes permanentes na cidade.²⁰⁷ A atração dos cristãos-novos por Antuérpia antecede à diáspora, quando alguns deles deixaram o Reino em busca da afluência de mercadorias ultramarinas e da prata alemã, entre eles estava Francisco Mendes que se tornou banqueiro na cidade.

Em 1575, o proeminente mercador Thomé Lopes d’Ulhoa, da família cristã-nova lisboeta Lopes Ulhoa transferiu-se para Flandres. Seu pai, tios e primos exploravam diretamente quatro engenhos na Bahia, enquanto outros familiares tocavam negócios do Reino referentes ao trato na África e Ásia. Ele foi o primeiro cristão-novo que cooperou financeiramente em diversas vezes com o Arquiduque Alberto de Bruxelas, tendo-se tornado o pagador real do Exército de Bruxelas. Dois primos tornaram-se seus tesoureiros e continuaram exercendo a função do tio.

A forte emigração para Flandres, em especial Antuérpia, teve motivos de origem econômica, embora não se possa desconsiderar a ação do Santo Ofício. No entender de Maria José Ferro Tavares, o medo da Inquisição levou muitos cristãos-novos a Antuérpia por ser terra “franca e livre”, ser o pólo econômico mais dinâmico da Europa, oferecendo muitas oportunidades de negócio e com custo de vida mais barato que em Portugal.²⁰⁸

Principal centro urbano e centro financeiro europeu na metade do século XVI, Antuérpia caiu em mãos dos espanhóis. O domínio espanhol, e a seguida perseguição religiosa a calvinistas e judeus, provocou o êxodo de mercadores e financistas muitos deles criptojudeus e *cristãos-novos* que continuaram conduzindo seus negócios nos moldes ibéricos. Eram homens que detinham conhecimentos sobre a atividade mercantil, capitais e contatos com o trato transcontinental. Houve a transferência de população de Antuérpia para Amsterdã, onde havia liberdade religiosa, levando milhares de pessoas a se refugiarem para as cidades manufatureiras têxteis, como

²⁰⁷ Em 1566 Antuérpia era uma cidade com aproximadamente 90 mil pessoas. Os portugueses não eram mais de mil ao total. Em 1567, por levantamentos feitos sobre as taxações de imóveis e Antuérpia, sabemos que muitos portugueses aparecem entre os mais ricos da cidade, sendo grandes proprietários de imóveis. Os Rodrigues d’ Evora e os Ximenes tinham cerca de 17 propriedades tanto no campo como palácios. Os Ximenes eram donos do castelo Basel em Flandres Oriental, a oeste de Antuérpia, e os Rodrigues d’Evora de Destelbergen próximo a Gand. Charles Verlinden. *Les propriétes jonciéres des marchands ibériques d’Anvers au XVe siècle* In: Revista En la España Medieval vol. 6. La Ciudad Hispánica. Editorial de la Universidad Complutense. Madrid, 1985. p. 125-127.

²⁰⁸ Maria José Ferro Tavares. A questão judaica. In: *História de Portugal*. Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo. Vol IV. Barcelona: EDICLUBE, 1993. p. 61

Leiden e Haarlem, mas a maioria dos marranos que vivia em Antuérpia seguiu para Amsterdã.²⁰⁹

Esta cidade situava-se num local estratégico em relação às regiões mais setentrionais da Europa e com o sul do continente. Amsterdã mostrava-se interessante ponto de estabelecimento de interconexão de rotas e pela facilidade em se distribuir mercadorias na região do mar do Norte e do Báltico, advindas do comércio transcontinental colonial. Era um entreposto comercial por excelência, tornando-se o mais importante “empório” para europeus e mercadores coloniais.

A cidade holandesa, além disso, tinha destaque no continente na manufatura, na confecção têxtil, na construção de embarcações e como centro financeiro em expansão. A tolerância religiosa permitida pelas autoridades de Amsterdã aos migrantes, particularmente aos judeus que tinham liberdade de culto, encontra respaldo em motivos econômicos: sabia-se que os judeus eram mercadores de longa data, dominando as habilidades desse negócio. Tinham grande conhecimento dos mercados estrangeiros, mantinham fortes conexões com o trato internacional e tinham cabedais que certamente seriam transferidos para a cidade. Pierre de la Court, um economista holandês escreveu em 1662, “*next to the freedom to worship God comes freedom to make one’s living for all inhabitants. Here [in Amsterdam] it is very necessary to attract foreigners. And although this is of disadvantage to some old residents who would like to keep the best solely for themselves and pretend that a citizen should have preferences above a stranger, the truth of the matter is that a state which is not self-sufficient must constantly draw inhabitants to it or perish*”²¹⁰

Em 1577, os irmãos Pieter e Jasper de Morimont, estabelecidos em Antuérpia, pediram ao governo da cidade de Leiden para estabelecer ali uma refinaria de açúcar. Em Amsterdã, a primeira menção a esse tipo de estabelecimento de refino data de 1597. Em 1605 havia três refinarias funcionando na cidade. Em 1650 esse número pulou para quarenta.²¹¹

A partir da década de 1590, cristãos-novos portugueses, com seus capitais e seu *know-how* mercantil e financeiro estabeleceram-se em Amsterdã. As mesmas conexões estabelecidas em Antuérpia anteriormente continuaram a ser feitas pelos mesmos

²⁰⁹ Marcus Arkin. *Aspects of jewish Economic History*. Philadelphia: The Jewish Publication Society of America, 1975. p. 88-89.

²¹⁰ Pieter de la Court. *Interest van Holland ofte Gronden van Holland-Welwaren*. Amsterdam, 1662. Apud, Marcus Arkin. *Aspects of jewish Economic History*. Philadelphia: The Jewish Publication Society of America, 1975. p. 89.

²¹¹ Herbert I. Bloom, *Op.cit.* 1969. p. 37-38.

cristãos-novos, muitos deles agora judaizados. De lá mantinham conexões com Livorno e Veneza e com outras ramificações da diáspora sefardita que seguiu para o Oriente, a costa Dálmata, Salônica e Constantinopla.²¹²

Os primeiros que seguiram foram os da família Duarte Saraiva e Lopes Homem. Mas, os interesses em Amsterdã eram muito maiores do que apenas a liberdade religiosa. Em 1596, Manuel Rodrigues Veiga, morador de Lisboa e membro da poderosa família de mercadores e financistas Veiga, de Lisboa, um dos expoentes dos cristãos-novos (judeus em Amsterdã) mercadores de açúcar, mantinha dois grandes depósitos na cidade. Um deles era usado para armazenar açúcar que ele recebia da Ilha de São Miguel, no Atlântico. Além disso, ele manifestou intenção de estabelecer uma manufatura da seda. O negócio da seda era muito rentável e em meados do século XVI, Josef Nassi, primo dos Mendes, banqueiros de Antuérpia, tentou conseguir autorização para estabelecer uma colônia de produção de seda na Palestina, visando alimentar o comércio europeu com esse fino tecido. Em 1604, Manuel Rodrigues da Veiga propôs ao burgomestre de Amsterdã a instalação de uma manufatura de seda na cidade. O Conselho de Amsterdã deu autorização para o *português* Emanuel Rodrigues operar as duas manufaturas de seda. No ano seguinte, Estevão Cardoso, ligado também ao negócio do açúcar no Brasil e em Portugal, conseguiu autorização para operar mais duas manufaturas de seda.²¹³ Desse modo, floresceu, com matéria-prima chinesa, uma expressiva indústria de seda em Amsterdã.

A comunidade judia de origem portuguesa em Amsterdã teve participação ativa na nascente indústria e no desenvolvimento das manufaturas.²¹⁴ Capitais oriundos de Portugal e Espanha foram transferidos para lá com medo do confisco inquisitorial por parte dos cristãos-novos, mesmo o de muitos que permaneceram em Lisboa ou Sevilha. Um exemplo citado por Leonor Freire Costa refere-se à família Bravo: Álvaro Gomes Bravo voltou ao Reino em 1618 vindo de Antuérpia, sendo preso pela Inquisição. Era proprietário apenas de uma parte de um navio. O grosso da fortuna da família era proveniente do trato do açúcar brasileiro. Seu irmão Diniz, senhor de engenho na Bahia há 36 anos, enviava açúcar para Flandres. O outro irmão Pascoal estivera em Amsterdã

²¹² Idem. p.34-35

²¹³ Nathan Wachtel. La Foi du Souvenir Labyrinthes Marranes. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Número 2 - 2002, mis en ligne le 9 février 2005, référence du 20 août 2006, disponible sur : <http://nuevomundo.revues.org/document551.html>

²¹⁴ Marcus Arkin. *Op.cit.* p 90.

e voltou à Bahia. Registros notoriais holandeses de 1618 apontam-no como controlador do tráfico de açúcar entre a Bahia, passando pelo Porto, e a Holanda.²¹⁵

Peter Emmer trabalha com a hipótese de que a diáspora foi responsável pela trasmigração de capitais portugueses para o Norte da Europa e América Ibérica, evidenciando as capitanias do Norte da colônia do Brasil, onde os sefarditas se especializaram na produção de açúcar, e não somente no transporte, comercialização e distribuição do açúcar na segunda metade do século XVI, fato que é bem exemplificado em sua exposição: *“It should be remembered that the anti-Jewish policies of the Portuguese Inquisition had led to an exodus of Jews, crypto-Jews and cristãos novos and that many had gone to the Atlantic islands and Brazil and had specialized in the production of, and trade in, sugar. One of the founding members of the Portuguese synagogue in Amsterdam, Jacob Lopes da Costa, obtained his wealth during his period of residence in Brazil as a tax farmer and as the owner of a sugar mill. Another member of the Sephardi community, Duarte Saraiva (1572-1650), was a member of a well-to-do Pernambuco family. He married in Amsterdam in 1598, returned to Brazil in 1612, and went once more to Amsterdam during the Dutch occupation of Recife (1630-1654). Some members of the Sephardi community had resided previously in Hamburg, Portugal and Venice.”*²¹⁶

O trato dos “portugueses” em Amsterdã, em especial com seus pares da empresa açucareira no Brasil, ajudaram aos holandeses a incrementar ainda mais sua forte indústria naval, bem como aventurar-se no século XVII a invadir militarmente os mais importantes centros açucareiros da época: Bahia e Pernambuco. O comércio do açúcar persistiu mesmo durante a fase de enfrentamento entre espanhóis e holandeses, visto não estar submetido a monopólio real e não ser taxado de forma muito onerosa. Dessa forma, os lucros eram altos e atraíram grupos de mercadores internacionais com grande mobilidade e capacidade e de investimentos.

A América portuguesa e espanhola recebeu muitos homens, talvez famílias inteiras de comunidades cristãs-novas. Nas paragens do Novo Mundo havia as rentáveis plantações de açúcar, com os preços do produto em alta, fortemente sedutoras para aqueles que desejavam tentar a sorte, enriquecer e professar sua fé em outras paragens. Também, o tráfico negreiro, embora com acesso mais restrito aos recém-chegados, era

²¹⁵ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico: as frotas de açúcar (1580-1663)*. Vol. I. Lisboa: Livraria Horizontes 2000. p. 131-132.

²¹⁶ Peter C. Emmer. *Op.cit.*

realizado por famílias sediadas em Lisboa e com correspondentes em São Tomé e Angola, o que permitia vislumbrar grandes possibilidades de ganho.

Para o Brasil muitos vieram, no último quartel do século XVI, quando a atividade açucareira estava em plena ascensão, a acumulação de riquezas era frequente. A cana-de-açúcar, sustentáculo de nossa colonização, era a principal atividade da colônia. A organização do espaço se dava em função dos modos de ocupação do solo; construía-se portos e cresciam cidades; traficavam-se negros e mantinha-se a constância do comércio com o reino.”²¹⁷ Relatos confirmam esse enriquecimento: por volta de 1580, um viajante holandês contou que um “marrano” morador da Bahia tinha conseguido ajuntar uma fortuna de mais de cem mil coroas no trato mercantil, grande parte conseguida por ele próprio. Um outro judeu, rico como o citado, afirmou que “os lucros que ele alcançou nestas terras em nove ou dez anos foram maravilhosos”.²¹⁸

A emigração para a colônia atraiu os olhos da Inquisição que fez visitas ao Brasil, sendo a primeira entre 1591 e 1595, restringindo-se à Bahia e Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. A Inquisição voltava-se para o setor mais rico e produtivo da colônia, fixando-se no Nordeste açucareiro. As acusações de *judaizantes* foram frequentes.

A América Espanhola também recebeu um número significativo de cristãos-novos portugueses. Fixaram-se nas principais áreas econômicas sob domínio de Madrid: México, Peru, Potosi, Cartagena, onde fizeram fortuna. Em meados do século XVI a comunidade sefadita nas Índias correspondia a um quarto do total de “brancos” europeus. A partir de 1580 o fluxo imigratório tomou tais proporções que, em 1587, Filipe II proibiu os cristãos-novos de deixarem o reino e venderem os seus bens. Aumentou a emigração e cresceu a repressão inquisitorial. O inquisidor de Lima, António Ordoñez, escreveu ao rei em 1598: «*hay gan cantidad de portugueses y en cada dia entran más, particularmente por el puerto de Buenos Aires, y se vienen por tierra al Perú, Potosí, la Plata... los más guardan la ley de Moisés*»²¹⁹. Ordoñez pede à Inquisição de Espanha e de Portugal que envie a relação dos suspeitos de judaísmo com

²¹⁷ Angelo Adriano Faria de Assis. *Inquisição, religiosidade e transformações culturais: a sinagoga das mulheres e a sobrevivência do judaísmo feminino no Brasil colonial - Nordeste, séculos XVI-XVII*. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 22, n. 43, 2002. Disponível em: <http://test.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago 2006.

²¹⁸ Herbert I. Bloom. *Op. cit.* p. 128-129.

²¹⁹ Carta de 16.10.1598 (AHN, *Inquisición*, lib. 1036, f. 285). Apud, Maria da Graça A. Mateus Ventura. *Cristãos-novos portugueses nas Índias de Castela: dos negócios aos cárceres da Inquisição (1590 – 1639)*. Oceanos. Lisboa: CNCDP, 1998. n° 29. p. 43.

a indicação expressa das acusações e sinais pessoais identificativos.²²⁰ Formavam redes de comércio interligadas com outros pontos da América, Europa, África e Àsia assentadas em relações parentais e familiares formadas por mercadores de destaque social e econômico. A Inquisição perseguiu-os ferozmente, sequestrando os bens de muitos deles. “Os processos inquisitoriais e os inventários dos cristãos-novos aprisionados constituem fontes da maior importância para o estudo da burguesia mercantil portuguesa deste período. (...) O estudo das expropriações levadas a cabo pela Inquisição em Lima, Cartagena e México permite rastrear os vínculos económicos entre os cristãos-novos bem como avaliar a importância deste grupo na economia colonial. De acordo com os dados tratados por diversos investigadores as redes comerciais mais importantes foram estabelecidas por Manuel Baptista Pérez (Lima), Manuel Fonseca Henriques, Brás de Paz Pinto e João Rodrigues Mesa (Cartagena) e Simão Vaz Sevilha (México). Estes eram as verdadeiras cabeças do comércio português na hispanoamérica. Dedicavam-se ao tráfico de mercadorias da China, de Espanha e de outros países europeus, mas a atividade principal destes comerciantes era o tráfico negreiro, aliás dominado por portugueses em ambas as margens do Atlântico por meio dos *asientos*.”²²¹

Em Cartagena das Índias, em 1630, cerca de 80% dos residentes eram portugueses, muitos dos quais cristãos-novos, e quase todos ligados ao comércio de grosso trato. Nos séculos XVI e XVII, em Cartagena das Índias e em Lima, os portugueses controlavam o crédito, o capital e as redes de comércio o que gerou profundas rivalidades entre a comunidade serfadita portuguesa e uma duríssima repressão inquisitorial. Os lusos eram os detentores do trato de escravos negros, espinha dorsal das redes comerciais, complementado-o com o comércio de panos e de produtos da terra. Os Gramaxos destacam-se nesse cenário, fazendo imensa fortuna, exemplificando as relações comerciais parentais de negócio típicas da diáspora serfadita.²²²

A União Ibérica, em 1580, trouxe grandes repercussões econômicas. As pretensões hegemônicas do rei Filipe II de Espanha o fizeram entrar em conflitos com os Países-Baixos e com a Inglaterra. Suas ações de guerra, a manutenção da corte, a

²²⁰ Maria da Graça A. Mateus Ventura. Cristãos-novos portugueses nas Índias de Castela: dos negócios aos cárceres da Inquisição (1590 – 1639). *Oceanos*. Lisboa: CNCDP, 1998. n.º 29. p. 43.

²²¹ Idem.

²²² Maria da Graça A. Mateus Ventura. *Os Gramaxo. Um caso paradigmático de redes de influência em Cartagena das Índias*. Cadernos de Estudos Serfaditas, 2000. Cátedra Alberto Benevistes. P, 29-44.

prata de Potosi que se esvaia nas despesas reais levaram à bancarrota da Coroa espanhola que passou a necessitar de forma muito intensa dos capitais dos grandes mercadores e financistas estabelecidos em Portugal. No reinado de Felipe II houve uma intensa emigração de cabedais e dos homens de negócio se dão em direção à Corte madrilenha, visto ser muito atraente a remuneração do capital, bem como o controle da distribuição da prata por Sevilha.

A repressão da Inquisição acentuou-se em Portugal, mas o mesmo não acontecia em Espanha, nos últimos anos do século XVI e início do século XVII, onde os processos eram em menor número do que no Reino.²²³ Assim, muitos cristãos-novos e judeus mudaram-se para Espanha, de onde tocavam seus negócios interligados com Lisboa, Gênova, Brasil, África, Antuérpia, Amsterdã, Calicute, entre outras praças. Além disso, os comerciantes estavam fisicamente instalados nas áreas da distribuição da prata por Sevilha e, sobretudo, podiam ter maior controle dos *asientos* contratados por comerciantes portugueses ligados ao tráfico negreiro. Com isso a maior difusão do capital e das pessoas perseguidas pela Inquisição foram impulsionadas pela ação do Santo Ofício e pelas dificuldades enfrentadas pela Coroa espanhola (nesse período da União Ibérica) em termos financeiros.²²⁴ Para Leonor Freire Costa havia uma cumplicidade perversa entre Estado e Santo Ofício em situações de crise financeira, que conduziu D. João IV a retirar da Inquisição o Fisco e a transferir-lo para o Conselho da Fazenda português.²²⁵ Em 1627, o Conselho da Fazenda entendia que na venda de propriedades confiscadas à gente da nação far-se-ia “dinheiro considerável”²²⁶

Apesar da perseguição e da “limpeza de sangue” promovida pela inquisição portuguesa, as casas e redes comerciais conseguiram sobreviver, ou seja, permaneceram praticamente incólumes. O poderio das redes do trato refletia-se nas estruturas sociais. “Os grandes mercadores sefarditas vão ser parte integrante de redes de poder. Devido à sua dispersão territorial, provocada em parte pela fuga à perseguição inquisitorial e também pela busca de novas oportunidades nos territórios recentemente descobertos, estes mercadores vão constituir redes comerciais que, de forma tentacular, se estendem pelos vários continentes. Por outro lado, o topo desta elite mercantil circula, muitas

²²³ Egon e Frieda Wolff. *Os judeus em Amsterdã*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico, 1989. p. 35.

²²⁴ J. Gentil da Silva. *Strategie des affaires a Lisbonne entre 1595-1607*. Paris: Librairie Armand Colin, 1956. p. 53.

²²⁵ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico: as frotas de açúcar (1580-1663)*. Vol. I. Lisboa: Livraria Horizontes, 2000.. p. 152-155.

²²⁶ Idem Nota 122, p.67.

vezes pelo espaço cortesão europeu. Mesmo em Portugal, onde se sentem os condicionalismos do Santo Ofício, algumas famílias de importantes mercadores cristãos-novos conseguem a nobilitação, contornando-se, deste modo, as restrições dos estatutos de limpeza de sangue.”²²⁷

A diáspora não foi somente um movimento de deslocamento populacional por problemas de perseguição religiosa determinada pela implacável Santa Inquisição. Os interesses econômicos de um mundo em transformação atraíram os sefarditas que naquele momento histórico, comandavam as ligações mercantis e o comércio transcontinental.

2.2.4 A mobilidade espacial: uma característica essencial das redes

Uma das características das redes de comércio sefarditas foi a mobilidade de seus atores. Os agentes envolvidos no trato precisavam conhecer a fundo o negócio a que se dedicavam, sendo que muitas vezes eram bastante voláteis. A visão de conjunto do negócio era a almágama do trato.

A mobilidade espacial era fundamental para que as redes pudessem otimizar seus negócios. A especialização em apenas um trato não parecia ser interessante, visto que as redes de mercadores atuavam em diversos segmentos, em diferentes continentes. Nos portos, estabeleciam os contatos e decifrava-se o negócio, como também os elos de ligação a ele conexos. Era necessário que seus membros pudessem realizar múltiplas tarefas em lugares distintos. Nas palavras de Duarte Gomes Solis, mercador luso de expressão, negócios que requeriam “experiência de exercício de haver visto muitas terras e muitas gentes de quem se haja fiado e enganado”²²⁸

Não raro, meninos e adolescentes eram mandados para pontos distantes com interesse mercantil. No caso do Brasil, há vários exemplos, como João Paes, de família de destaque em Lisboa e com negócios na empresa açucareira, pertencente ao seu tio Bento Dias Santiago, que aqui aportou com pouco mais de 10 anos de idade.²²⁹ Com o

²²⁷ Susana Mateus. *Família e Poder: a importância dos laços de parentesco na construção das redes mercantis sefarditas (séculos XVI e XVII)*. Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste». Lisboa.

²²⁸ *Discursos sobre los Comércios de las Índias*. Moisés Bensabat Amzalak (ed.), Lisboa, 1943. p. 79. *Apud* Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral de Comércio do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol 1. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002. p. 132.

²²⁹ Eduardo D'Oliveira França e Sonia A. Siqueira. *Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor e Visitador Licenciado Marcos Teixeira; Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618 – 1620*. In: *Anais do Museu Paulista*. Tomo XVII. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1963. p.384.

tempo, tornou-se senhor de mais de oito engenhos em Pernambuco. Paulo de Milão, filho de rico mercador português, Henrique Dias de Milão, “declarou ao Santo Ofício, em 1606, que seu irmão Manuel, então com 37 anos reside em Pernambuco há 15 anos.”²³⁰ Portanto, chegou ao Brasil em 1581 com 15 anos de idade.

Em um tempo que a primogenitura assegurava ao varão mais velho a herança, os demais partiam para aprender como o trato mercantil se dava, lidando com agentes, representantes, funcionários reais, subalternos, entre muitos outros, adquirindo experiência para atuar em diferentes espaços geográficos, inclusive nos mais importantes, fossem eles, Lisboa, Sevilha, Antuérpia ou Amsterdã.

Se no nosso imaginário perdura a imagem do ‘mercador sedentário’, elo de uma cadeia de exportação e importação encomendadas por grandes negociantes, isso parece desmoronar diante dos exemplos de correspondentes, mais do que feitores, como aqueles que sustentavam a circulação do açúcar, no Brasil, e em outras partes do mundo, com outras mercadorias. Era comum o intercâmbio entre os agentes dos grupos mercantis. “A versatilidade de papéis espelha tanto a natureza das relações como faz dos membros do grupo regulares passageiros das carreiras transatlânticas.”²³¹

Ao analisarmos as redes que atuavam no negócio do açúcar, em fins do século XVI e início do XVII, percebemos claramente a alternância de atores ora no Brasil, ora em Portugal, ora no norte da Europa (Amsterdã) ou mesmo na costa ocidental da África. Exemplos de destacados homens da produção e do trato açucareiro e dos mercadores demonstram a itinerância como uma característica estrutural do funcionamento das redes.”²³²

No caso brasileiro, e anteriormente, em menor escala, na Ilha da Madeira e São Tomé, introduziu-se uma variável não existente em outras áreas das rotas mercantis: a produção do bem a ser comercializado. No cenário econômico do final do século XVI, enquanto outras regiões os mercadores dedicavam-se apenas à circulação das mercadorias, na colônia do Brasil, o açúcar que deixou de ser bem de luxo para se incorporar à dieta dos europeus, precisava de grandes áreas plantadas com cana de açúcar, e requeria altos investimentos para que pudesse ser produzido nos engenhos. Por necessitar de cabedais significativos e ter retorno a médio prazo, a indústria açucareira

²³⁰ ANTT. *Inquisição de Lisboa*. Procs 6..667 e 6.671.

²³¹ Idem .p 129

²³² Maria Leonor Freire Costa. *A Rota do Cabo e as Rotas do Brasil: Para um estudo comparado do transporte marítimo nos Séculos XVI e XVII*. Texto apresentado no Seminário *O mundo que o Português criou. Brasil: Século XVI*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, out. 1997.

poderia ter inculido diferente lógica às redes mercantis que aqui atuavam. Mas não parece que isto tenha acontecido.

Tomemos como exemplo Simão Nunes de Mattos, senhor de engenho na Bahia, influente no trato mercantil, com ligações em Portugal e Amsterdã, em 1612, estava em Amsterdã²³³, conforme denúncia ao Santo Ofício; em 1617, uma carta sua registrada em Amsterdã confirma que vivia na Bahia há algum tempo. Henrique Dias de Milão, proeminente mercador que vivia em Lisboa e cabeça de uma rede de comércio familiar, esteve por um tempo em Goa. Um irmão seu morava em Goa, outro no México, que por estar envolvido no tráfico negreiro, mudou-se para Angola. Seus filhos Manuel e Gomes, aparecem como mercadores em Pernambuco. Em 1606, Gomes foi preso pela Inquisição junto com o pai, em Lisboa.²³⁴ em há registros seus em Amsterdã. Manuel depois de deixar Pernambuco, morou em Hamburgo e Londres.²³⁵ Francisco Cácere, mercador do Porto, membro da família Dias de Milão, esteve várias vezes em Pernambuco. Por registros da época, aparece na Bahia a negócios e, em 1617, em Amsterdã. Pero de Galegos foi citado pela Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil (1591-1593) como mercador de açúcar e residente em Pernambuco. Na ratificação de Manoel Homem de Carvalho, mercador, na Segunda Visitação do Santo Ofício ao Brasil, em 1620, perante o visitador Marcos Mendonça, o depoente afirmou ter estado em Amsterdã, em 1612, e ter se deslocado para Ilha de São Miguel, Angola (onde foi preso) e depois ao Brasil, por ordem de Galegos, a mando de Jerônimo Henriques²³⁶. Registros posteriores o mostram por diversas partes do Brasil e Europa dando continuidade ao trato mercantil. Galegos aparece como consignatário, em Lisboa, de Gomes Dias de Milão em Pernambuco, no *Livro dos navios e urcas* entre 1596 a 1606.²³⁷

Jerônimo Henriques (membro de um dos sete maiores grupos mercantis de Lisboa), citado também por Manoel Homem de Carvalho perante o visitador Marcos

²³³ Manoel Homem de Carvalho, mercador, na ratificação de sua confissão na Segunda Visitação do Santo Ofício ao Brasil, em 1620. Nessa ratificação, perante o visitador Marcos Mendonça, diz ter se tornado judeu em Amsterdã, quando da sua estada em Amsterdã, em 1612, por influência de Simão Nunes de Mattos, Fernão Lopez de Milão (filho de Henrique Dias de Milão), Jerônimo Henriques, e Manuel Sanches, filhos de João Luis Henriques, residentes naquela data, em Pernambuco. Deslocou-se a mando de Pero de Galego, por ordem de Jerônimo Henriques, para Hamburgo, Ilha da Madeira, Angola e para o Brasil, sempre ligado à mercancia. Eduardo d'Oliveira França, Sonia A. Siqueira. *Op.cit* p. 507.

²³⁴ Antonio Borges Coelho. *Op. cit.* p. 107-108

²³⁵ Egon e Frieda Wollf. *Os judeus portugueses de Amsterdã e o Brasil*. Suas relações no início do século XVII. Revista do IHGB. Rio de Janeiro, a. 147, nº 351, p. 333-637, abr./jun. 1986. p. 422

²³⁶ Eduardo d'Oliveira França, Sonia A. Siqueira. *Op.cit* p. 507.

²³⁷ Citado em José Antonio Gonsalves de Mello. *Gente da Nação: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1989. p.14-15.

Mendonça, era filho de um dos maiores senhores de Engenho da Bahia, e por aqui esteve ao menos duas vezes. Em 1594 encontrava-se na capital lusa, tendo emigrado para Amsterdã, em 1609. Há mais de 60 contratos registrados em cartórios em Amsterdã, feitos por Jerônimo Henriques, no período de 1614 a 1647, relativos a seguros e fretes, alguns deles referentes ao Brasil.²³⁸ Duarte Dias Henrique, senhor de engenho em Jaboatão, nos anos de 1590, foi carregador de açúcar em Pernambuco de Manuel Drago, seu consignatário em Lisboa, e agente de um outro membro da família Drago. Homem de projeção tornou-se em 1607, um dos três contratadores de escravos em Cabo Verde e Angola²³⁹. Em 1594 residia em Lisboa.

As experiências de Gaspar Fernandes e Paulo Pina revelam a importância da mobilidade na construção das redes. Gaspar Fernandes encontrava-se em Lisboa em 1599. Em 1602, operava na Madeira e daí foi para o Brasil. Regressou a Lisboa em 1603, deixando em Pernambuco como correspondente Valentim Fernandes Anjo que em 1604 lhe enviaria açúcar numa caravela que escalara a Madeira na viagem de ida para carregar vinho em seu nome. Também Paulo Pina²⁴⁰, em 1589, importava açúcar de Pernambuco por intermédio de seu irmão Francisco de Ataíde. “Em 1596 estavam invertidas as posições. Paulo Pina residia naquela capitania e enviava as mercadorias a Francisco, residente em Lisboa, e ao procurador do Porto, Duarte Dias (o Belo), também este, em tempos, estante no Brasil. Em Pernambuco, Paulo Pina deixava como correspondente Miguel Dias Santiago, irmão de Duarte Dias, quando tornou ao reino, em 1601. O caso de Miguel Dias Santiago, importante mercador de quem se conhece um livro de contas, em 1604 e 1605 fretou, em Lisboa, vários navios para a importação de açúcar que lhe expediam Miguel Dias da Paz, Duarte Dias Fernandes e António de Azevedo. Junto a ele destacam-se Duarte Dias Henriques, de Duarte e Afonso Vaz d'Évora, Diogo Francês, dos membros dos ramos Rodrigues e Fernandes d'Elvas, de Paulo Pina, de Duarte e Gaspar Ximenes, de Diogo e Jorge Coronel e Diogo Lopes Ulhoa.²⁴¹

²³⁸ Egon e Frieda Wolff. *Os judeus portugueses de Amsterdã e o Brasil*. Suas relações no início do século XVII. Revista do IHGB. Rio de Janeiro, a. 147, nº 351, p. 333-637, abr./jun. 1986. p. 426.

²³⁹ José Gonçalves Salvador. *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira; Brasília, INL, 1978. p.310

²⁴⁰ Eram grandes mercadores de Lisboa Paulo Pina. Tomás Pinel, Antonio Dias Tinoco, Manuel Fernandes Antunes, Gaspar Ximenes e João Moreno que se uniram para fazer o transporte em uma caravela de forma conjunta de Sesimbra a Pernambuco, em 1600. Leonor Freire da Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio (1580-1663)*, Vol 1. Lisboa: CNCDP.2002, p. 253

²⁴¹ Maria Leonor Freire Costa. A Rota do Cabo e as Rotas do Brasil: Para um estudo comparado do transporte marítimo nos Séculos XVI e XVII. Texto apresentado no Seminário *O mundo que o Português criou. Brasil: Século XVI* Fundação Joaquim Nabuco, Recife, out. 1997.

Nesse vai e vem dos comerciantes transcontinentais residia a essência do trato, o dinamismo das redes mercantis. Através disso, estabeleciam-se os fluxos de reexportação, calcados sempre nas relações familiares e de confiança entre seus membros.

2.3 A rede de comércio de João Nunes Correia

João Nunes Correia pertencia a uma família de mercadores portugueses que se destacava em diferentes segmentos do trato mercantil, sendo muito bem relacionada com os poderosos clãs mercantis da segunda metade do século XVI – como os Ximenes de Aragão, os Rodrigues D’Evora, os Lopes Pinto e os Veiga. Era membro de uma elite mercantil serfadita, que “participava daquela investida que as classes econômicas européias lideradas por Portugal realizavam desde o século XV em direção aos mercados ultramarinos. Membro de uma nova classe intercontinental burguesa, comercial e atlântica que se edificava e forçava sua ascensão social”.²⁴²

Veio ao Brasil por volta de 1582 acompanhado de seu irmão Diogo Nunes Correia e por seu primo Anrique Nunes, por volta de 1582, quando teria (calcula-se) cerca de 45 anos, fixando-se em Olinda, Pernambuco²⁴³. Os negócios familiares dos Nunes Correia eram capitaneados por seu irmão Henrique Nunes²⁴⁴, morador em Lisboa, e pelo seu cunhado Luís Mendes (do Porto), casado com sua irmã Branca Nunes²⁴⁵. Dono de uma fortuna astronômica, avaliada em 200 mil cruzados, era um dos homens mais ricos e poderosos da Colônia.²⁴⁶

Em sua estada no Brasil ficou conhecido por ser *onzeneiro*, ou seja, “o ganho excessivo tirado do dinheiro, acima do geralmente dotado²⁴⁷. Foi senhor de engenho na Paraíba, exportador de açúcar e suas outras atividades mercantis ligavam-se aos produtos de maior rentabilidade no período, como a madeira do pau-brasil, o tráfico negreiro, pimenta, contratador de alfândegas e da fábrica de naus da Índia.

²⁴² Idem.

²⁴³ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, processo 885.

²⁴⁴ “Irmão mais velho de todos, com o qual se tem o trato de suas mercadorias.” ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 12464.

²⁴⁵ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, processo 885.

²⁴⁶ Antonio José Saraiva. *Inquisição e Cristãos-Novos*. Lisboa: Estampa, 1994. p. 182.

²⁴⁷ Ambrósio Fernandes Brandão. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. *Op. cit.*. p.84.

Por meio das *Denúncias de Pernambuco* ficamos sabendo que Antonio Batalha²⁴⁸ denunciou João Nunes, afirmando que ele tinha negócios e interesses em Angola, no tráfico negreiro, junto com seu irmão Henrique Nunes, morador em Lisboa. João Nunes enviou um empregado seu, Manuel Ribeiro, intermediário de suas transações com o irmão e membro ativo do tráfico de escravos, a Lisboa para tratar desses interesses. O subordinado seguiu do Reino para Angola e depois voltou a Pernambuco. João Nunes participava do tráfico ligado a uma constatação familiar onde apareciam os nomes de seu irmão Henrique Nunes, de seu cunhado Luís Mendes, morador do Porto, de seus primos Guilherme Rodrigues e Cosmo Rodrigues, mercadores de Viana do Lima e Viseu, de Rui Nunes, da família dos Ximenes morador em Antuérpia. Parentes e associados comercialmente. Todos burgueses e cristãos-novos.²⁴⁹

A importância de Rui Nunes no comércio do período era enorme. Além de pertencer ao clã dos Ximenes de Aragão, sua filha, Ana Ximenes, casou-se com Simão Rodrigues de Évora, havendo a junção dos dois maiores grupos familiares mercantis de fins do século XVI, e estes tomaram dos Fugger o contrato da pimenta, em 1593²⁵⁰. O relacionamento dos Nunes Correia com os Ximenes parece ter perdurado, pois, em 1615, Antonio Nunes, o caçula dos Nunes Correia, era correspondente dos Ximenes em Pernambuco e no nome deles recebia escravos.²⁵¹

Antonio Borges Coelho apontou Nunes como contratador de alfândegas e da fábrica de naus da Índia em 1600, deslocando-se nesse mesmo ano para Madrid. Teria cumprido os contratos de maneira satisfatória.²⁵² Frederic Mauro nos informa que João Nunes foi contratador do pau-brasil a partir de 1594, tendo como um dos sócios André Lopes Pinto.²⁵³, Um outro correspondente em Hamburgo chamava-se Manuel Álvares,

²⁴⁸ *Denúncias de Pernambuco*. P. 204

²⁴⁹ Sonia A. Siqueira. *O comerciante João Nunes*. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Eurípedes Simões de Paula (org). Vol. 1. Coleção da *Revista de História* XXXV. São Paulo, 1971. p. 239

²⁵⁰ J. Gentil da Silva. *Strategie des affaires*. Paris: Librairie Armand Colin. p. 4

²⁵¹ J. Denucé. L'Atlantique au XVI siècle. P50-52. Apud Eduardo D'Oliveira França e Sonia A. Siqueira. *Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor e Visitador Licenciado Marcos Teixeira; Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618 – 1620*. In: Anais do Museu Paulista. Tomo XVII. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1963. p.239.

²⁵² Antonio Borges Coelho. *Política Dinheiro e Fé: Cristãos-novos e judeus portugueses no tempo dos Filipes*. A.A. Marques de Almeida (dir). Cadernos de Estudos Serfaditas. Ciclo de Conferências 2000. °1. Lisboa. Cátedra de Estudos < Alberto Benvenistes >, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001. p 117.

²⁵³ “O contratador [de madeira] paga, em geral, a soma de 40 000 cruzados, mediante a qual pode, num ano, retirar do Brasil a soma de 10 000 quintais de madeira. Se tirar menos, fica com a possibilidade de retirar o resto no ano seguinte. Ao assinar o contrato paga uma caução. A quantidade contratada por João

que em Amsterdão colaborou com Duarte Saraiva e Manuel Rodrigues Veiga. “Quem foi seu representante em Antuérpia? Isso não o sabemos exatamente, mas é certo que temos de buscá-lo entre os membros da colônia portuguesa, talvez na família Lopes Pinto ou dos Ximenes.”²⁵⁴. O contrato foi renovado por mais nove anos, com os mesmo mercadores, mesmo o governo tendo percebido que os contratadores extrapolavam a cota prevista de 19.000 quintais. Em 1602, Nunes e seus sócios não conseguiram pagar à Coroa o que deviam pela exploração da madeira, sendo substituídos por outros contratadores.²⁵⁵

Nesse negócio aparece Duarte Saraiva²⁵⁶, um dos principais homens do grupo sefardita português em Amsterdã. A importância de Duarte Saraiva no comércio transatlântico é constatada por registros nos livros tabelionáticos de Amsterdã²⁵⁷ em 1603, Duarte Saraiva deu uma procuração a dois comerciantes holandeses que moravam em Londres, para conseguir a devolução de vários carregamentos de açúcar apreendidos pelos ingleses em 1601; em 1604, há uma declaração também sua, autorizando três negociantes em Middelburg, Holanda, para tratar de seus interesses quanto a mercadorias do Brasil, que foram, ou que, no futuro, seriam confiscadas.²⁵⁸ Em 1617, outro registro, também em Amsterdã, refere-se a transferência a Francisco Nunes Homem, o recebedor, de sete notas promissórias num valor de 4.000 cruzados, com anuência deste na transferência das notas a Manuel Lopes Pereira em Antuérpia.²⁵⁹

Nunes e seus sócios, em 1594, era de 19 000 quintais. Frederic Mauro. *Portugal, Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Vol 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. p. 176.

²⁵⁴ Hermann Kellebenz. *Op cit.* p. 303

⁷⁶ Frederic Mauro. *Portugal, Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Vol 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. p. 176.

²⁵⁶ Duarte Saraiva – nasceu em Portugal, indo para Amsterdã, na década de 1590. Tomou o nome de David Sênior Coronel e combinações dos dois como Duarte Sênior, Duarte Coronel, nas suas relações com o Brasil, grande comerciante. Veio ao Brasil no final do século XVI, para Pernambuco, ficando na casa de seu irmão, Antonio Sênior Coronel ou Antonio Saraiva . Em 1612, perante o tabelião Mostart, em Amsterdam (l. 62, f 557) Gomes Rodrigues Milão declara que foi caixeiro de Manuel Cardoso Milão, em Pernambuco, e que este fato foi confirmado por Thomas Fernandes, Manuel Carvalho, Duarte Saraiva e Antonio Senior coronel que visitavam a casa de Cardoso de Milão, em Pernambuco, diariamente. Egon e Frieda Wolff. *Judeus em Amsterdã; seu relacionamento com o Brasil 1600-1620*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. p. 74.

²⁵⁷ Segundo os autores, há “onde há milhares de contratos referentes a judeus portugueses na Holanda, havendo, entre eles, mais de uma centena com respeito ao Brasil. Por ser interdito o comércio direto entre Holanda e a colônia portuguesa (...) foi exigida uma fiança que os navios que seguissem par ao Brasil tivessem que prestar em Portugal; para a volta do Brasil precisava ser depositada nova garantia.” Egon e Frieda Wolff. *Os judeus portugueses de Amsterdã e o Brasil*. Suas relações no início do século XVII. Revista do IHGB. Rio de Janeiro, a. 147, nº 351, p. 333-637, abr./jun. 1986. p. 428.

²⁵⁸ Idem. p. 430. Há mais de dez registros de Duarte Saraiva nos tabeliões de Amsterdã sobre esse assunto, feitos entre 1608 e 1619.

²⁵⁹ Idem. p. 431 As promissórias foram emitidas pro Manuel Saraiva e Antonio Pinto, no Brasil e encontravam-se com Jorge Lopes Correa em Lisboa. A transcrição está registrada no Cartório de Jacob e Nicolaes Jabobs, Lº 380, fl. 513, 28-9-1617.

A interligação comercial de João Nunes e os grandes grupos mercantis serfaditas de origem portuguesa é constatada de diversas maneiras. O mercador foi carregador e agente mercantil, em contratos presentes nos atos notoriais respeitantes ao açúcar brasileiro de Lisboa e Porto,²⁶⁰ pelo contrato 59, como exportador de 10 toneladas de açúcar²⁶¹ de Pernambuco para Portugal, embora, não haja especificação do ano em que isso ocorreu. Seu irmão Henrique Nunes aparece como carregador, nos contratos de número 33, de 1586, no qual transportou quatro toneladas de madeira (pau) e de número 43, de 1590, sendo a carga de oito toneladas de açúcar.²⁶² *O Livro de entrada e saída dos navios e urcas do porto de Pernambuco*, relativo aos anos de 1596 a 1605²⁶³, mostra navios saídos do Recife em direção a Lisboa, e apresenta João Nunes como consignatário em Lisboa de Gaspar Fernandes Anjo, morador em Pernambuco, e carregador em Recife do navio de 2.100 quintais de (pau) brasil.

Gentil da Silva em *Strategie des affaires a Lisbonne entre 1595-1607*²⁶⁴ resgatou a correspondência mercantil dos Rodrigues D'Evora, de Manuel da Veiga e irmãos, aparentados e expoentes das famílias mais importantes no trato mercantil e financista, que lideravam poderosa rede comercial da época. O acervo das missivas transcritas traz cartas referentes dos financistas e detentores do contrato da pimenta a Ruiz Embito, homem de grande projeção, correspondente e coligado aos importantes comerciantes e financistas, fixado em Medina del Campo, em Castilha.

Nelas encontramos informações e tratativas que dizem ao comércio da pimenta e da dinâmica das letras de câmbio, o que nos permite perceber de maneira clara, a interconexão mercantil entre mercadores sefarditas, portugueses, espanhóis e outros dispersos pelo continente europeu. Por James C. Boyajian ficamos sabendo que em 1598, os grandes contratadores de pimenta de Lisboa, depois de perdas sucessivas na Ásia, em virtude da competição holandesa, retiram-se do comércio da *Carreira da Índia*. Tiveram exceções como Afonso Vaaz de Souza, Antonio Rodrigues da Veiga e Jerônimo Soares Villa Boa (primos dos Rodrigues de Évora e Veiga), Manuel Rodrigues D'Elvas e Francisco Duarte Ximenes (primos dos Gomes d'Elvas) e Manuel e Duarte Ximenes (primos dos Ximenes de Aragão) que continuaram no comércio

²⁶⁰ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)* Vol II. Apêndices. Lisboa. CNCDP. p. 49.

²⁶¹ Idem. Apêndice IV. p. 86

²⁶² Idem. p. 80.

²⁶³ José Antonio Gonsalves de Mello. *Gente da Nação. Cristãos-Novos em Pernambuco 1542-1654*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana. 1989.p 14-15.

²⁶⁴ J. Gentil da Silva. *Strategie des affaires a Lisbonne entre 1595-1607*. Paris: Librairie Armand Colin, 1956.

oriental até 1630. Em 1600, os Ximenes de Aragão e seus associados (Rodrigues de Évora e Veiga) os contratos estavam concentrados no monopólio das especiarias e outras mercadorias vindas do Oriente, fora do monopólio real.²⁶⁵

Pelas cartas do comerciante de grosso trato, o luso Manuel da Veiga²⁶⁶, também ligado ao clã mercantil dos Rodrigues de Évora, residente em Lisboa, que tratam de transações comerciais e pagamentos relativas ao comércio da pimenta, entre 1602 e 1603,²⁶⁷ por aceites e transferências de letras de câmbio a serem pagas sobre negócios feitos nas feiras em Castela. Os movimentos de crédito saíam quase todos de Antuérpia, visto que os mercadores ou os financistas procuravam as praças mais favoráveis para concretizar suas operações. Os vendedores de pimenta e todos aqueles que detinham o dinheiro viam-se obrigados a vender seus créditos, em Antuérpia, Medina del Campo, Madri ou Sevilha.²⁶⁸

Nesse período constatamos a ligação de João Nunes e seu cunhado, Luis Mendes do Porto, no negócio da pimenta. Na carta de 11 de janeiro de 1603, Manuel da Veiga faz referência a três letras de câmbio para a feira de março, sendo duas delas referentes a Luis Mendes (do Porto) a João Nunes: uma de mil ducados, de Manuel Fernandes Anjo sobre Luis Mendes; outra de 2 mil ducados de João Nunes sobre Luís Mendes. Nessa mesma missiva, Manuel da Veiga refere-se várias vezes ao pagamento efetuado e negócios de membros da família Ximenes de Aragão (Antonio e Manuel Ximenes). Na carta de 8 de fevereiro de 1603, o mesmo Manuel reporta-se ao fato de Manuel Fernandes Anjo não ter aceito a letra de cambio, e que João Nunes, a mando de Veiga, pagou os dois mil ducados, e que Luis Mendes deveria procurá-lo e ainda diz ter enviado de Antuérpia, por meio de Nicolau Ruiz, seu intermediário, duas letras de câmbio a Simão Ruiz. Há outras cartas nas quais João Nunes é citado como emitente de letras de câmbio em 1603 e 1604, e várias outras em que Luís Mendes é citado ora como pagador, ora como recebedor das letras de câmbio referentes ao comércio da pimenta. Nas orrespondências destacam-se importantes financistas e mercadores serfaditas expontes do negócio da pimenta, como Luiz Gomes d’Elvas, os Ximenes, João Moreno, entre outros.

²⁶⁵ James C. Boyajian. *Portuguese bankers at the court of Spain 1626-1650*. Rutger University Press. New Jersey. 1983. p. 7-8.

²⁶⁶ Segundo Gentil da Silva “sem dúvida, ele era em 1620, um dos maiores capitalistas de Lisboa, à frente de uma fortuna sem ameaças ou qualquer tipo de comprometimento”. *Strategie des affaires a Lisbonne entre 1595-1607*. Paris: Librairie Armand Colin, 1956 p. 4.

²⁶⁷ Idem. p. 249-252.

²⁶⁸ Idem. p. 6.

Apesar dessa documentação, são os processos inquisitoriais movidos contra João Nunes Correia na Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil (1591-1593) que percemos relações do mercador no Brasil e em termos internacionais. Nunes foi preso pelo Visitador do Santo Ofício, na Bahia, em 24 de setembro de 1592, e enviado a Lisboa, em dezembro desse mesmo ano, onde permaneceu preso nos cárceres da Inquisição por muito pouco tempo. O conselho Geral do Santo Ofício não endossou as provas recolhidas por Heitor Mendonça de Furtado.²⁶⁹ Por ineficiência de provas ele foi solto em 4 de fevereiro de 1593, sob fiança de 4 mil cruzados.

Ao analisarmos quem foram seus fiadores, fiéis carcereiros e os abonadores da fiança, nos deparamos com homens de altíssima projeção no trato mercantil luso, em relação ao Brasil, Europa, África e Ásia. Percebemos também a interconexão entre eles, por outras fontes documentais e bibliografia que resgastam seus passos e os disinguem no final do século XVI no comércio transcontinental.

Para a soltura de João Nunes, em Lisboa, assinaram escritura como fiéis carcereiros e fiadores, Rodrigo Andrade e Jerônimo Henriques.²⁷⁰ O fato ocorreu na casa de Rodrigo de Andrade, casado com Ana de Milão, dono de terras em Leiria, um dos mais destacados *asientistas* lisboetas,²⁷¹ da família Rodrigues D'Evora, um dos dois maiores clãs mercantis da época.²⁷² É citado nas cartas referentes aos pagamentos e letras de câmbio também ligado ao comércio da pimneta em 1596, (assinada por Lopo Ruiz de Évora) e nas de Manuel da Veiga em 1598.²⁷³ Em 1600, foi designado junto com Jorge Rodrigues Solis (arrendatário das alfândegas do reino e filho de Duarte Gomes Solis. financiador dos *asientos*, associado a diversos negócios e proeminente banqueiro de Lisboa), por um importante grupo de cristãos-novos lisboetas, para ir a

²⁶⁹ Sonia A. Siqueira.. O comerciante João Nunes. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Eurípedes Simões de Paula (org). Vol. 1. Coleção da *Revista de História* XXXV. São Paulo, 1971. p. 245.

²⁷⁰ ANTT. *Inquisição de Lisboa*. Proc. 12464.

²⁷¹ Antonio Borges Coelho. *Política Dinheiro e Fé: Cristãos-novos e judeus portugueses no tempo dos Filipes*. A.A. Marques de Almeida (dir). Cadernos de Estudos Serfaditas. Ciclo de Conferências 2000. °1. Lisboa. Cátedra de Estudos < Alberto Benvenistes >, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001. p. 107. O autor nos informa que Henrique Dias de Milão “não era um preso qualquer. No rol dos objetos recenseados no ato da prisão, contavam-se, entre outras cousas, um cobertor de tafetá forrado de baeta, um travesseiro, duas almofadas, um cobertor de papa, um roupão de pérgola forrado de baeta verde, duas toalhas de águas ás mãos, um lençol, três panelas.” Era morador em uma zona residencial muito prestigiosa, a Mouraria.

²⁷² ANTT. *Inquisição de Lisboa*, processo 1491.

²⁷³ J. Gentil da Silva. *Strategie des affaires a Lisbonne entre 1595-1607*. Paris: Librairie Armand Colin, 1956 p.290-291.

Madrid, levar cerca de 300 mil cruzados para tentar buscar o perdão geral aos cristãos-novos.²⁷⁴

O segundo fiador e fiel carcereiro era Jerônimo Henriques um rico mercador, filho de João Luís Henriques que morreu em Amsterdã, mas tinha sido senhor de engenho em Pernambuco por muitos anos, tendo-o vendido a João Pais Barreto em 1606.²⁷⁵ Jerônimo emigrou de Portugal para Amsterdã em 1609, junto com Paulo de Pina, senhor de engenho na Bahia, membro de um dos sete maiores grupos mercantis de Lisboa. Há mais de 60 contratos registrados em cartórios em Amsterdã, feitos por Jerônimo Henriques, no período de 1614 a 1647, relativos a seguros e fretes, alguns deles referentes ao Brasil. Trabalhou com ouro, prata, pérolas, diamantes, açúcar, trigo, gengibre e muitas outras mercadorias. Era Joseph Cohen em Amsterdã.²⁷⁶ Já morador em Amsterdã, o comerciante registrou uma autorização a Gonsalo Álvares Gondim, em Viana, a reivindicar 17 caixas de açúcar, enviadas por sua conta de Pernambuco ao Porto, por Francisco Gomes Pina e que foram apreendidas pelas autoridades fiscais, porque o destinatário, Diogo Henrique Pina, não se encontrava em Portugal.²⁷⁷

Foram abonadores dos fiadores Vasco Martins da Veiga, Henrique Dias de Milão, Vasco Martins de e Manuel Fernandes Anjo. O primeiro deles, Vasco Martins da Veiga, era mercador e aparece ligado ao negócio da pimenta, em 1595, conforme carta assinada por Rodrigues Lopes de Évora²⁷⁸. Seu filho, Pedro da Veiga, casado antes de 1599, com uma filha de Simão da Veiga, uma das famílias do trato mercantil de maior expressão da época, que trabalhava em Madrid com seu sogro, e retornou a Lisboa em 1610. Os negócios dos Veiga, no qual Pedro trabalhava, diziam respeito à expedição de açúcar e outras mercadorias de Sevilha através de Calais, Hamburgo e outras praças do norte da Europa.²⁷⁹ O segundo abonador, Henrique Dias de Milão era mercador e morador de Lisboa. O negociante tinha grande expressão no trato mercantil português tendo estado em Goa. Possuía negócios com o Brasil, com o México, com o norte da Europa e Angola, como também com a Inglaterra, além de ser dono de embarcações.

²⁷⁴ Antonio Borges Coelho. *Op.cit.* p. 117

²⁷⁵ Eduardo D'Oliveira França e Sonia A. Siqueira. *Segunda Visitaçao do Santo Oficio às partes do Brasil pelo inquisidor e Visitador Licenciado Marcos Teixeira; Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618 – 1620*. In: Anais do Museu Paulista. Tomo XVII. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1963. p.509

²⁷⁶ Egon e Frieda Wolff. *Judeus em Amsterdã; seu relacionamento com o Brasil 1600-1620*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. P.74-75.

²⁷⁷ Idem. p.43.

²⁷⁸ J. Gentil da Silva. *Strategie des affaires a Lisbonne entre 1595-1607*. Paris: Librairie Armand Colin, 1956 p.134.

²⁷⁹ Idem. p.5

Um irmão seu morava em Goa, outro no México, que por estar envolvido no tráfico negreiro, mudou-se para Angola. Era cunhado de Rodrigo Andrade, na casa de quem se deu a assinatura da escritura da fiança de João Nunes Correia, em Lisboa. Pai de nove filhos, em 1606, foi preso com a família, aos 78 anos de idade, na foz do rio Tejo, tentando fugir da Inquisição, e acabou morto por ela, na fogueira, em 1609. De seus cinco filhos homens, quatro viveram ao Brasil e eram comerciantes em Pernambuco, onde se situava o núcleo dos negócios da família na exportação do açúcar e no contrato do pau-brasil. O primogênito, Manuel Cardoso de Milão, era o contratador da madeira e o líder dos negócios, morava com o irmão Antonio Dias e por algum tempo com o caçula Gomes Rodrigues de Milão, que foi preso com o pai e depois da morte do progenitor, transferiu-se para Amsterdã. Paulo, outro dos irmãos, declarou ao Santo Ofício ter estado também no Brasil.²⁸⁰

Mais informações sobre esse verdadeiro clã mercantil são trazidas pelo *O Livro de entrada e saída dos navios e urcas do porto de Pernambuco*, entre 1596 a 1605, que registra embarques para exportação de Manuel Cardoso de Milão ou Gomes Rodrigues de Milão de 28 caixas de açúcar, sendo seu consignatário em Lisboa, Pero de Galegos (que também é citado como mercador em Pernambuco, na Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil) e outra remessa de 24 caixas do mesmo produto, sendo consignatário em Lisboa, o pai, Henrique Dias de Milão. Este, também é citado como carregador por Leonor Freire Costa, em Portugal, em 1592, de açúcar (5 toneladas), vinho/azeite (4 toneladas) e mercadoria não especificada²⁸¹. Gomes Dias de Milão encontrava-se em Amsterdã em 1612, conforme registro feito pelo próprio, no cartório de David Mostart naquela cidade, e seu irmão Manuel, depois de deixar Pernambuco, morou em Hamburgo e Londres.²⁸² Henrique Dias de Milão, situado em Lisboa, chefiava uma extensa rede mercantil de base familiar, com tentáculos na Índia, no Brasil, mais precisamente em Pernambuco, com os negócios do pau-brasil e do açúcar, México, com negócios de prata e ouro, em Angola, com o trato dos escravos, além de estabelecer bases na Europa do Norte, em Hamburgo, em Roma, em Madrid, onde Fernão Lopez Milão se estabeleceu. No Porto tinham como representante Francisco Cáceres, membro da família Dias de Milão. Mercador atuante mantinha intenso trato com Pernambuco e

²⁸⁰ Antonio Borges Coelho. *Op. cit.* p. 107-108.

²⁸¹ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)* Vol II. Apêndice IV. Lisboa: CNCDP. 80.

²⁸² Egon e Frieda Wolff. *Judeus em Amsterdã; seu relacionamento com o Brasil 1600-1620*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. P.437

Bahia²⁸³. Henrique Dias de Milão queixava-se que gastara muito em Castela, emprestando dinheiro a fidalgos que mal lhe pagavam. O trato era muito mais rentável.²⁸⁴

A filha de Henrique Dias de Milão, Ana de Milão, era casada com Manuel Nunes de Mattos, seu primo em segundo grau, mercador e senhor de engenho na Bahia, arrendatário da cobrança dos dízimos do açúcar na Paraíba, em 1601, e o segundo maior exportador de açúcar do Brasil,²⁸⁵ ligado aos Ximenes, André e Fernão e associado de João Moreno, senhor de engenho em Salvador e um dos líderes do trato mercantil em na capital do Reino.

Nessa complexa relação mercantil, encontramos o mesmo João Moreno como um dos seus consignatários em Lisboa, carregador de vinho, açúcar, escravos, cargas de armação em 1596, 1600 e 1604²⁸⁶, além de estar ligado ao negócio da pimenta como correspondente dos Ximenes de Antuérpia. Em carta de 18 de maio de 1602, Manuel da Veiga, o aponta “como um homem rico (com uma fortuna de mais de 50 mil ducados), leal e ativo” e diz ser os Ximenes de Aragão a elite do mundo dos negócios.²⁸⁷

Manuel Nunes de Mattos, genro de Henrique Dias de Milão, morreu judeu em Amsterdã, para onde fugiu em 1608 depois que soube da prisão do sogro e da mulher, sendo esta solta depois de penitenciada pela Inquisição. Era irmão de Simão Nunes de Mattos, também senhor de engenho, na Bahia, defronte à ilha da Maré, onde morava²⁸⁸. Era um dos mais expressivos mercadores do Atlântico açúcar e de escravos e associado dos Tinocos, Pero de Galegos e Antonio Mendes Lamego (contratador de escravos em 1587)²⁸⁹. Os Tinocos e os Duarte da Paz estão entre os mais notáveis mercadores de

²⁸³ José Antonio Gonsalves de Mello. *Gente da Nação*. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1989. p 11.

²⁸⁴ Antonio Borges Coelho. *Op. cit.* p. 111.

²⁸⁵ José Antonio Gonçalves de Mello. *Gente da Nação*. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1989. p 11. Pelo *livro dos navios e urcas, entre 1596 a 1605*, Mello levantou que Manoel Nunes de Mattos exportou cerca de 4.662 arrobas de açúcar ou 69.930 quilos. .

²⁸⁶ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)* Vol II. Apêndice IV. Lisboa: CNCDP. p. 86.

²⁸⁷ J. Gentil da Silva. *Strategie des affaires a Lisbonne entre 1595-1607*. Paris: Librairie Armand Colin, 1956 p. 233.

²⁸⁸ Frei Vicente Salvador. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos/INL p.371.

²⁸⁹ Pedro de Sevilha e Antonio Mendes Lamego obtiveram o *asiento* de Angola entre 1587 e 1592. Com uma soma fixa de 11 mil réis. Frederic Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1671*. v I Lisboa: Editorial. Estampa. p. 215. ‘George Scell explica que se tratava de titulares do *asiento* só será recebido dos particulares no regresso, depois do escoamento de todas cargas. Trata-se de uma verdadeira forma de crédito. Da mesma forma, as rendas e outros encargos atuais: os titulares do *asiento* comprometem-se, para além do preço combinado, a dar dois negros de que S. M. fará presente a quem lhe aprovar – têm que pagar todos os anos 10% de obras pias para o Tesouro Real, e por uma só vez, 200 000 mil réis às

Lisboa, entre 1600 e 1640.²⁹⁰ Os negócios de Simão em Amsterdã foram executados por Luis Pereira de Miranda que era seu procurador. Em 1617, segundo registros notoriais, perdeu um carregamento de açúcar, visto o navio ter sido capturado por corsários. Em 1617 e 1619, era morador em se engenho, na Bahia. Tinha relações mercantis com Custódio Nunes, senhor de dois e riquíssimo,²⁹¹ engenhos na Bahia e com comerciantes em Amsterdã e no Porto, conforme registro de 1616 feito por Estevão Cardoso em Amsterdã. Cardoso deu procuração para Custódio Nunes cobrar Simão por uma dívida para que este tinha com o mercador holandês. Uma carta de Simão datada de 1617 informava que o saldo devedor tinha sido quitado por ele nessa data.²⁹²

Manoel Homem de Carvalho, mercador, na ratificação de sua confissão na Segunda Visitação do Santo Ofício ao Brasil, em 1620. Nessa ratificação, perante o visitador Marcos Mendonça, diz ter se tornado judeu em Amsterdã, quando da sua estada em Amsterdã, em 1612, por influência de Simão Nunes de Mattos, Fernão Lopez de Milão (filho de Henrique Dias de Milão), Jerônimo Henriques, e Manuel Sanches, filhos de João Luis Henriques, residentes naquela data em Pernambuco. Deslocou-se a mando de Pero de Galego, por ordem de Jerônimo Henriques, para Hamburgo, Ilha da Madeira, Angola e para o Brasil, sempre ligado à mercancia.²⁹³

Os outros dois abonadores foram Vasco Martins de Castro (do qual não temos referências) e Manuel Fernandes Anjo. Este aparece nas correspondências de Manuel da Veiga referindo-se a letras de câmbio do comércio com a pimenta, sobre Manuel Homem, um dos primeiros cristãos-novos a imigrar para Amsterdã, ainda na década de 1590. Nesta mesma missiva, de 27 de julho de 1602, há referência também a Luís Mendes, cunhado de João Nunes.²⁹⁴ Em outra carta, Manuel Veiga diz que aceitou uma letra de Manuel Fernandes Anjo. Na mesma, há referência de uma letra de Duarte Vaz sobre Luiz Mendes. Duarte Vaz Manuel era irmão de Gaspar Fernandes Anjo, senhor de dois engenhos em Igarassu, Pernambuco, ao menos de 1608 a 1623, carregador de

irmãs de Nossa Senhora da Esperança. Da mesma a forma que o rendeiro deve hoje deixar a sua terra em bom estado ao seu sucessor, o titular do *asiento* não deve, no fim do contrato, conceder mais licenças do que cada um dos primeiros anos. Apud Frederic Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1671 v I*. p. 214

²⁹⁰ James C. Boyajian. *Portuguese bankers at the court of Spain 1626-1650*. New Jersey: Rutgers University Press. 1983. p.31

²⁹¹ Anita Novinky. *Cristãos Novos na Bahia: a Inquisição*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 84.

²⁹² Egon e Frieda Wollf. *Os judeus portugueses de Amsterdã e o Brasil*. Revista IHGB, Rio de Janeiro, 147 (351): 428-433, abr./jun.1986. p.433-434.

²⁹³ Eduardo d'Oliveira França, Sonia A. Siqueira. *Op.cit* p. 507.

²⁹⁴ J. Gentil da Silva. *Strategie des affaires a Lisbonne entre 1595-1607*. Paris: Librairie Armand Colin, 1956.p. 251-252; 260

pau-brasil e de açúcar para Portugal, contratador da cobrança de dízimos em Pernambuco²⁹⁵. No já citado *Livro dos navios e urcas*, Gaspar Fernandes Anjo aparece como carregador de pau-brasil, com 2.100 quintais, sendo seu consignatário em Lisboa, João Nunes Correia. Leonor Freire Costa aponta-o como também carregador em Portugal de vinho velho (2 toneladas), açúcar (20 toneladas) e outras mercadorias não especificadas e Manuel como carregador de navios, também em Portugal, de açúcar (10 toneladas), vinho/azeite (4 toneladas), escravos (30 peças) e mercadorias não especificadas em 1592, 1600 e 1603.²⁹⁶ Como foi citado anteriormente, a correspondência de Manuel Veiga explicita relações comerciais entre os Fernandes Anjo e João Nunes Correia e seu cunhado Luis Mendes do Porto. Vê-se que os fiadores e carcereiros, como também os abonadores da fiança de João Nunes eram homens ligados ao comércio de grosso trato e também à empresa açucareira, o que explicaria a ação deles.

Há outras evidências de como era extensa e complexa a rede de comércio à qual João Nunes pertencia que estão presentes nos processos inquisitoriais nos quais aparece como réu. Seis meses antes da chegada da Primeira Visitação ao Brasil, Henrique Nunes escreveu ao irmão que voltasse a Lisboa, e recomendou que trouxesse o amigo Duarte Dias Henrique,²⁹⁷ senhor de engenho em Jaboatão. A preocupação de Henrique Nunes, além da amizade, parece estar ligada também a interesses comerciais, visto ser Duarte Dias comerciante e proprietário do Engenho Nossa Senhora da Apresentação ou Moreno, na segunda metade do século XVI até o século seguinte, e contratador de escravos em 1611²⁹⁸. Duarte Dias Henriques era membro de uma importante família lusa ligada ao comércio, os Dias Henriques, sendo sobrinho de Bento Dias Santiago²⁹⁹, primo de Miguel Dias Santiago, donos do Engenho Camaragibe, em Pernambuco, grandes produtores de açúcar.

²⁹⁵ Gaspar Fernandes Anjo aparece como senhor de engenho em listas apresentadas por José Antonio Gonsalves de Mello. *Gente da Nação*. Cristãos-Novos em Pernambuco 1542-1654. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana. 1989.p. 8 e José Alexandre Ribemboim. *Senhores de Engenho; Judeus em Pernambuco colonial 1542-1654*. Recife: 20-20 Comunicação e Leitura, 1998. p. 63.

²⁹⁶ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)* Vol II. Apêndice IV. p. 76; 94.

²⁹⁷ ANTT. *Inquisição de Lisboa*. Proc. 87.

²⁹⁸ Eduardo d'Oliveira França, Sonia A. Siqueira. *Op cit.* p. 310

²⁹⁹ “Bento Dias de Santiago que foi um dos primeiros a vir ao Brasil, depois dos anos 1560. Teve o contrato dos dízimos reais nas capitânicas de Todos os Santos, Pernambuco e Itamaracá, pelo menos desde 25 de dezembro de 1575, mas antes dessa data já se encontrava em Pernambuco, senhor de Engenho de Camaragibe. (...) Pelas suas posses era indivíduo influente na corte portuguesa; chegou a obter uma sesmaria na ilha de Itamaracá, de que aliás não fez grande cabedal, porque deixou prescrever a concessão no fim do decênio.” Rodolfo Garcia. *Os judeus no Brasil colonial*. Uri Zwerling (editor). Rio de Janeiro, 1936. p.15-16.

Duarte foi a Pernambuco onde se tornou senhor de engenho além de participar do tráfico negreiro e da exportação de açúcar. Fixou-se eventualmente em Lisboa, onde foi contratador da Coroa no monopólio real de escravos de Angola, entre 1607 a 1614. Nesse período, seu genro, Duarte Coronel Henriques de Sevilha despachava grandes carregamentos de escravos para parentes seus em Cartagena nas Índias. Também participava de muitos contratos de reposição do aparato militar naval português, como também com munição. Duarte Dias Henrique aparece em 1615 como mercador privado de Lisboa com fortes ligações comerciais com os poderosos Tinocos de Lisboa que tinham expandido seus negócios até a Índia, Golfo Pérsico, África Ocidental.³⁰⁰

Mesmo preso na Bahia, João Nunes mandou um recado ao governador do Estado, para que este recolhesse para si 744\$000 de 112 peças (escravos) vendidas em Pernambuco a Miguel Fernandes e a João Paes., o que o vincula ainda mais ao tráfico de escravos. João Paes, cristão-velho, de família abastada em Portugal, que veio menino ao Brasil e foi dono de mais de oito engenhos, morador na freguesia de Santo Antonio.³⁰¹ Também no cárcere mandou perguntar aos cristãos-novos e senhores de engenho Diniz Bravo ou Diogo Lopes de Ulhoa sobre provisão real suspendendo os confiscos aos cristãos-novos presos pela Inquisição.³⁰² Diogo Lopes Ulhoa participou também da guerra contra os franceses na Paraíba e da conquista de Sergipe, em 1599. Por seus serviços na empreitada militar ganhou uma sesmaria.³⁰³ e aparece no estudo Leonor Freire Costa como carregador de navios em Portugal, em 1604, 1609, 1610 de 80 toneladas de açúcar.³⁰⁴

Seu sobrinho André Lopes Ulhoa, que veio ao Brasil logo depois do tio, era um dos mais abastados da capitania. Foi correspondente de Paulo de Pina, grande comerciante lisboeta, de família de grosso trato no Reino, sendo um dos “sete grandes mercadores de Lisboa”³⁰⁵ e também onzeneiro como diz Gonsalves de Mello, equiparando-o a João Nunes e a James Lopes da Costa³⁰⁶, grandes investidores e

³⁰⁰ James C. Boyajian. *Portuguese bankers at the court of Spain 1626-1650*. Rutgers University Press. New Jersey.1983. p.34--;47.

³⁰⁰ Idem. p-17 -21

³⁰¹ ANTT. Inquisição de Lisboa. Proc. 87.

³⁰² Idem

³⁰³ Elias Lipiner. *Os judaizantes na Capitania de Cima*. São Paulo: Brasiliense, 1969. p.152

³⁰⁴ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol II. Apêndice IV. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002. p 64.

³⁰⁵ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol 1. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002. p. 253.

³⁰⁶ Sobre James Lopes da Costa, há registro notorial em Amsterdã, em 1610, de que tinha se estabelecido como negociante, ainda vinculado ao açúcar. Egon e Frieda Wollf. *Os judeus portugueses de Amsterdã e o Brasil*. Revista IHGB, Rio de Janeiro, 147 (351): 428-433, abr./jun.1986. p. 436.

financistas ao emprestar cabedais para senhores de engenho³⁰⁷. Paulo Pina veio ao Brasil com seu primo Gomes Lobato e tornou-se senhor de engenho. Seu irmão Francisco de Atháide permaneceu em Lisboa, como seu correspondente, e muitas vezes trocavam os afazeres vindo o irmão tratar dos negócios no Brasil e Paulo tomava seu lugar em Lisboa. Também é apontado como carregador de embarcações, em Portugal, em 1589, 1592, 1600, com cargas de 18 toneladas de açúcar e 14 toneladas de mercadoria não especificada³⁰⁸ e como consignatário de Miguel Dias Santiago, tendo recebido 36 caixas de açúcar.³⁰⁹

Ele e seu primo rumaram a Amsterdã em 1604, convertendo-se ao judaísmo. Paulo tomou o nome de Rohiel Jerusun e nos círculos comerciais era Gomes Pinel. Homem de proeminente continuou com o comércio ativo, inclusive com o açúcar, conforme vários registros notoriais em tabelionatos holandeses. Um registro notorial bem detalhado descreve as conexões de Paulo de Pina com seus parentes: Francisco Gomes de Pina, de Pernambuco, Duarte Esteves de Pina, de Hamburgo, Francisco Ramires de Pina, de Ruão, França. Diogo Henriques de Pina, do Porto³¹⁰. Era primo de Ana de Milão e Joseph Pinto.³¹¹ James Lopes da Costa transferiu-se para Amsterdã, assumindo o nome de Jacob Tirado, sendo o fundador da primeira sinagoga na cidade.

João Nunes depois de solto, obteve autorização para ir a Madrid, pelo tempo de quatro meses, para tratar de assuntos de negócios importantes ligados aos contratos de Angola e do pau-brasil.³¹² Gonsalves de Mello nos informa que ele “não se desvinculou do açúcar e nos seus dias em Madrid obteve uma provisão régia, datada de 1597, pelo qual ficava autorizado a mandar da Vila de Viana a Pernambuco a urca Leão Dourado, para transportar para o reino somente açúcar, “sem trazer nenhum pau”.³¹³

Em 1595, João Nunes Correia fixou-se definitivamente em Madrid e passou a trabalhar com seu sobrinho, João Nunes Saraiva. Este, em 1605 era morador de Sevilha, representando seu tio, membro destacado no comércio com o Oriente e contratador de

³⁰⁷ José Antonio Gonçalves de Mello. *Gente da Nação*. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana p. 9.

³⁰⁸ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol II. Apêndice IV. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002. p 102.

³⁰⁹ Presente no Livro dos navios e urcas, citado por José Antonio Gonçalves de Mello. *Gente da Nação*. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana p. 14

³¹⁰ Egon e Frieda Wolff. *Os judeus portugueses de Amsterdã e o Brasil*. Suas relações no início do século XVII. Revista IHGB, Rio de Janeiro, 147 (351): 428-443, abr./jun. 1986. p. 439

³¹¹ Egon e Frieda Wolff. *Judeus em Amsterdã*; seu relacionamento com o Brasil 1600-1620. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, 1989. p 77.

³¹² ANTT. *Inquisição de Lisboa*. Proc. 87.

³¹³ José Antonio Gonçalves de Mello. *Gente da Nação*. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1989, Nota 84 cap.

pau-brasil. João Nunes Saraiva criou sua própria empresa sobre a fortuna e a rede comercial montada pelo tio, com uma fortuna avaliada em mais de 500 mil cruzados em meados da década de 1620 e um dos mais proeminentes financistas e mercadores em Espanha. Foi um dos financiadores da Coroa Espanhola, em 1623, quando esta se encontrava em profunda crise financeira. Tornou-se *asientista* em 1626 até 1632, época em que foi preso com seu irmão Henrique Nunes Saraiva pelo Santo Ofício espanhol. Em 1636, depois de torturados sob a acusação de judaizantes, participaram de um auto-de-fé, onde abjuram seus crimes. Humilhados, foram soltos depois de pagar 20 mil ducados. Mas suas perdas foram de mais de 300 mil ducados, além de perderem bens, *os asientos* e o crédito.³¹⁴

Um outro sobrinho de João Nunes Correia, filho de Luis Mendes e Branca Nunes, Francisco Mendes do Porto, nascido em 1596, mudou-se para Amsterdã, onde assumiu o nome de David Jesurun, visto sua mãe ter o nome judeu de Sara Jesurun. Esta morreu em 1622, deixando seus bens para os netos em Amsterdã.³¹⁵

De João Nunes não se sabe o paradeiro, depois de 1605, quando residia e trabalhava na Espanha, junto com seu sobrinho João Nunes Saraiva.

³¹⁴ James C. Boyajian. *Portuguese bankers at the court of Spain 1626-1650*. Rutger University Press. New Jersey.1983. p 35;118.

³¹⁵ Egon e Frieda Wolff. *Judeus em Amsterdã; seu relacionamento com o Brasil 1600-1620*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, 1989. p. 78.

Capítulo 3: João Nunes Correia, um homem proeminente na Colônia

3.1 A Inquisição portuguesa e os cristãos-novos

O Tribunal do Santo Ofício português foi criado por D. João III, em maio de 1536. Em 1539, o irmão do rei, o cardeal D. Henrique, foi nomeado Inquisidor Geral, conforme poder concedido pelo papa na bula de criação do Tribunal do Santo Ofício de três anos antes. O Conselho Geral era o órgão máximo decisório da Inquisição, presidido pelo Inquisidor Geral. Foram criados os tribunais de Évora, Lisboa e o de Coimbra. Os dois últimos controlavam as possessões atlânticas, estando o Brasil submetido ao tribunal de Lisboa. Em Goa, em 1560, instalou-se um tribunal inquisitorial, com jurisdição sobre o Índico e o Pacífico.

A bula papal de criação do tribunal estabelecia quais os crimes eram passíveis de serem julgados pelo tribunal eclesiástico. O crime de judaísmo dos cristãos-novos destacava-se e seria a tônica do Santo Ofício português, visto que mais de 85% dos processos inquisitoriais referem-se a cristãos-novos acusados de práticas (ritos e cerimônias) judaizantes no reino e em possessões lusas ultramarinas.

Os inquisidores lusos sabiam que havia muitos criptos-judeus entre os grupos mercantis e frequentemente eram considerados pessoas de grande fortuna. A Inquisição não perseguiu mercadores mais vulneráveis, mas os mais importantes, os de grande fortuna. O objetivo do Santo Ofício era sufocar todo o trato realizado por eles, aniquilando a influência criptojudia e seu poderio econômico. A limpeza de sangue visava extirpar os judeus da sociedade e sufocar o trato como forma de enfraquecê-los, tirando-os de cena. Mesmo diante da perseguição por motivos religiosos, a racionalidade de minar a base econômica se fez presente para se atingir o objetivo purificador do Santo Ofício. Obviamente o cerceamento e as dificuldades impostas pela Inquisição aos cristãos-novos, como a proibição dos encarcerados em quitar seus débitos com seus credores, afastava os parceiros estrangeiros de outros locais da

Europa. Assim, muitos procuraram novas paragens onde se estabeleceram para dar continuidade aos seus negócios.³¹⁶

A Inquisição tinha como encargo reconhecer as heresias, não apenas ligadas às transgressões dos dogmas católicos, mas também por meio de hábitos e tradições em relação à cultura, gastronomia, higiene, maneira de enterrar os mortos. Eram tidas como práticas judaicas respeitar o sábado, não comer toucinho nem peixe com escamas, conservar os jejuns judaicos, em especial o de setembro da Rainha Ester (Dia do Perdão) e os das segundas e quintas-feiras, degolar animais do modo judaico³¹⁷, entre outras tradições, o que caracterizava desvio religioso. Muitas vezes tradições e reminiscências hebréias mantiveram-se ao longo do tempo, sendo reproduzidas sem que os acusados tivessem consciência dessas origens ou ligação com práticas e crenças judaicas. Assim mesmo, foram submetidos aos rigores do Santo Ofício.

Entre os cristãos-novos havia os criptojudeus, os que permaneceram na crença da fé hebréia depois da conversão forçada, realizando os ritos às escondidas. A Inquisição homogeneizou todos os cristãos-novos, sendo que este era um corpo social heterogeneo. Classificava os cristãos-novos, portadores do *sangue impuro*, em cristão-novo inteiro, meio, um quarto, um oitavo ou parte. Por isso era tão importante para o Santo Ofício saber a genealogia dos acusados, que perguntava em primeiro lugar a ascendência aos denunciadores e acusados. Muitos haviam assimilado a nova fé (a católica) e se integrado à sociedade portuguesa, embora não fosse forte como na Espanha a influência dos cristãos-novos no aparelho do Estado e na Igreja. No entanto, essa assimilação era restrita, visto que as cortes cada vez mais impunham restrições ao acesso de judeus convertidos aos cargos mais importantes.³¹⁸ A partir de 1598, os cristãos-novos foram impedidos de ocupar cargos públicos, nas universidades e adentrar ao clero.

A punição aos cristãos-novos era vista pelo clero inquisitorial como a única forma de *reduzir* os cristãos-novos, sendo descartada qualquer outra forma de trazê-los verdadeiramente ao mundo cristão. Essa posição já é clara em 1592, quando o arquiduque Alberto, vice-rei de Portugal, injuriou aos bispos sobre a conveniência de uma catecismo voltado para a doutrinação dos cristãos-novos. A resposta foi: só o

³¹⁶ Peter Emmer. *Op.cit.*

³¹⁷ Ronaldo Vainfas (org.). Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. *Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.22.

³¹⁸ Francisco Bethencourt. *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 358.

castigo pode reduzi-los.³¹⁹ As punições impostas aos judeus eram sempre mais duras do que as setenças dadas aos cristãos-velhos.

A delação era incentivada como forma de preservar a pureza da fé e punir os hereges no convívio social. O réu era processado pelo princípio da instrução processual secreta, sem que pudesse saber de qual crime era acusado, em que data e circunstância ele se deu, e nem a identidade dos denunciantes e das testemunhas. Os inquisidores consideravam que todo o processo a que eram submetidos os acusados, bem como, o uso da tortura para se obter culpas, arrependimentos e a execução eram “remédios” para a alma.³²⁰ Em 1540 tiveram início os autos-de-fé, cerimônias públicas de grande envergadura e encenadas para gerar forte impacto, nas quais os acusados ouviam suas setenças. No caso de absolvição, o julgado assinava um termo comprometendo-se a guardar segredo sobre tudo o que dissesse respeito ao processo do qual foi vítima.

Se o réu, durante o processo não confessasse sua culpa, nas três instâncias estabelecidas pelo Santo Ofício, a tortura era permitida para lhe arrancar as heresias, desvirtuamentos e desvios da fé cristã. Esse fato gerava pavor na população, sobretudo nos cristãos-novos portugueses. As penas dependiam do grau do crime. Iam de penitências espirituais, uso de hábitos penitenciais por muitos anos ou por toda a vida (os sambenitos que eram feitos de linho cru, tingidos de amarelo), degredo no ultramar, flagelo, excomunhão até a morte na fogueira como forma de purificação. Nos casos mais graves, pelo fato dos clérigos serem proibidos pelo código canônico de condenar alguém à morte, a pena imposta pelo Santo Ofício era acatada e executada pelo Estado³²¹.

A condenação da Inquisição significava o confisco dos bens dos que eram penitenciados e os seus descendentes ficavam impedidos de exercer certas profissões e exercer determinados cargos³²². Em função dessa conjuntura, houve o êxodo português para paragens mais tranquilas, com o objetivo de cristãos-novos lusos se fixarem em locais mais distantes na Europa e no ultramar dos tentáculos inquisitoriais. Esse período coincide com o de expansão econômica no Brasil, na África com o tráfico negreiro e da extração de metais preciosos na América Espanhola.

Os cristãos-novos organizaram-se para combater a perseguição à qual estavam sujeitos. Argumentavam que a maior parte dos crimes nunca existiu visto que as culpas

³¹⁹ Idem. p. 359.

³²⁰ Idem. p. 356.

³²¹ Idem. p. 254.

³²² “ A jurisdição do Tribunal da fé não se extinguiu com as labaredas da fogueira em que eram sacrificadas suas vítimas (...) mas estendia-se aos descendentes vivos para serem diretamente atingidos, proibindo-lhes o exercício de ofícios públicos e certas profissões liberais. Elias Lipiner. *Op.cit.* p.137.

eram obtidas pela tortura nos cárceres inquisitoriais. Esse argumento não teve grandes repercussões junto às autoridades responsáveis pelo Santo Ofício. Porém, conseguiram vitórias (relativas) em relação ao confisco de bens e a imposição da permanência no Reino. Os cristãos-novos lusos pressionaram o papa e a Coroa para impedir que houvesse o confisco, fonte de renda importante para a manutenção da estrutura do Santo Ofício, como também de seus membros³²³. Assim, conseguiram em 1536 a supressão do confisco dos bens por dez anos, por autorização papal, sendo esta prorrogada pelo mesmo período de dez anos em 1547 e 1558. Em 1547, o papa Paulo III concedeu perdão geral aos culpados de judaísmo. Ao mesmo tempo renovou-se por três anos a proibição de 1532 que impedia os cristãos-novos saírem do Reino. A Inquisição se manteve sempre contra a expulsão dos cristãos-novos de Portugal. Mas a pressão dos neoconvertos nem sempre conseguiu manter a liberdade de ir e vir. Assim, de 1567 a 1577, por alvará real os cristãos-novos foram proibidos de deixar o Reino por mar ou por terra.

Em 1577, o rei D. Sebastião, preparando-se para sua empreitada militar no norte da África, que resultou na batalha de Alcacer-Quibir, onde perdeu a vida, concedeu a isenção dos confiscos de bens aos cristãos novos por mais dez anos e anulou a proibição de que eles deixassem Portugal em troca da doação de 250 mil cruzados. Em 1579, revogou-se a isenção e em 1580 os cristãos-novos foram novamente proibidos de sair do Reino. Somente em 1601, pelo pagamento de 170 mil cruzados, obtiveram licença para deixar Portugal e o perdão geral dado pelo papa veio em 1605, quando a comunidade pagou cerca de 1,7 milhão de cruzados à Coroa.

Não podemos afirmar que essas proibições tenham sido *letra-morta*, mas por documentos e fontes estudadas, constatamos que muitos cristãos-novos chegaram ao Brasil na década de 1580 e de 1590, como o mercador João Nunes Correia, seu irmão e primos, Ambrósio Fernandes, entre muitos outros³²⁴. Valiam-se de subterfúgios dizendo que vinham a serviço de El-Rei ou prestar serviços aos moradores d'além mar. Muitos outros atravessavam o Atlântico diretamente para se estabelecerem no Brasil atraídos pelo rápido e intenso crescimento da indústria do açúcar no Nordeste que ampliava as possibilidades no aumento do trato de suas finanças. Desejavam inserir-se ou participar

³²³ Francisco Bethencourt. *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 340.

³²⁴ Fernão Soares, Filipe Diniz do Porto, André Gomes Pina, Duarte Dias Henrique eram senhores de engenho em 1591. Manuel Lopes Homem, comerciante, estabelecido em Pernambuco em 1595. José Antonio Gonçalves de Mello. *Gente da Nação. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1989. p. 8.

mais ativamente do mercado Atlântico que se tornava pilar do Império Português, e assim, aumentar seus lucros. Segundo Leonor Freire Costa, a imigração era estimulada pela Coroa, pois era gratuita a viagem na urca explorada pelo contratador de pau-brasil e que teriam nessa data embarcado 40 ou 50 moradores de Viana e do Porto com destino ao Brasil.³²⁵

O Tribunal do Santo Ofício valia-se de expedientes como as visitas, que eram do inspeções feitas pela Inquisição nas áreas sob jurisdição do tribunal para averiguar o funcionamento administrativo e burocrático e o cumprimento de ordens e a crença da população nos distritos dos tribunais. A ação dos visitantes, em verdade, era a de certificar se os desmandos que ocorriam podiam ser tolerados ou não, e para reafirmar a autoridade do inquisidor geral e do Conselho Geral, e não necessariamente abriam as portas para a instalação de um tribunal.³²⁶

Havia toda uma estrutura montada de clérigos que tinham por obrigação delatar heresias e investigar assuntos que diziam respeito ao Santo Ofício, podendo abrir processos contra suspeitos. No Brasil, desde meados do século XVI havia um representante formal da Inquisição, o Comissário do Santo Ofício, que registrava fatos e conversas que pudessem servir de base para futuros processos.³²⁷ Nas capitanias, o Ouvidor Geral da Vara Eclesiástica recebia as denúncias.

No Brasil, como não houve a instalação de um tribunal, estando subordinado ao tribunal de Lisboa, aconteceram três visitas. A Primeira Visita do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça de 1591 a 1593. Na Bahia, permaneceu a Inquisição durante dois anos, até 1593, seguindo então o Inquisidor para Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, onde ficou até 1595. A segunda entre 1618-1620 (Bahia) e no Grão-Pará em 1763-1769. As visitas concentraram-se em áreas de maior desenvolvimento econômico e de interesse da metrópole, ficando a

³²⁵ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol I. Lisboa: CNCDP, 2002. p. 81.

³²⁶ Francisco Bethencourt. *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 190; 216.

³²⁷ Elias Lipiner. *Op.cit.* p.18.

primeira restrita ao Nordeste, então a principal região açucareira da colônia³²⁸. O delito de judaísmo foi o mais apontado pelos visitantes.³²⁹

O visitante era geralmente um jovem funcionário do Santo Ofício em início de carreira que se reportava ao Conselho Geral, a quem devia prestar contas e apresentar todas suas anotações. Seus poderes eram limitados, sendo diminuto os casos que poderia julgar: bigamia, blasfêmias e outras culpas menores. Nas demais circunstâncias deveria instruir o processo e mandá-lo para o tribunal ao qual se subordinava, onde o Conselho Geral abria, dependendo das provas, acusação formal e processual contra o suspeito.

Em 1591 chegou à Bahia o visitante Heitor Furtado de Mendonça, deputado do Santo Ofício, capelão fidalgo del-Rei e membro do Desembargo do Paço³³⁰ Veio com a incumbência de visitar o bispado do Brasil, as administrações eclesiásticas do Rio de Janeiro e São Vicente, e depois seguir para as ilhas atlânticas de Cabo Verde e São Tomé. Demorou-se dois anos na Bahia e chegou a Pernambuco em setembro de 1593. Foi acolhido com pompa pelas autoridades nos dois locais, onde solenemente instalou a Visitação Inquisitorial, recebendo juramento de fidelidade à religião, obediência e de apoio aos trabalhos do Santo Ofício dos mais importantes representantes civis e eclesiásticos da metrópole na colônia.

Em sua estada de quatro anos, visitou somente Bahia, Pernambuco, Itamaracá e passou alguns dias na Paraíba, em janeiro de 1595. Logo em seguida partiu para o Reino por ordem do Conselho Geral do Tribunal de Lisboa, em carta de 1593. Na missiva o Inquisidor Geral pedia a sua volta assim que tivesse cumprido sua missão em Pernambuco, alegando os custos da Visitação estavam altos demais. Esse fato até pode ter sido verdadeiro, mas a correspondência trocada entre o visitante e Lisboa demonstram divergências entre Heitor Mendonça de Furtado e o Conselho Geral. Durante sua estada no Brasil, Furtado de Mendonça fez várias prisões, absolveu suspeitos e mesmo sem autorização formal de Lisboa, realizou autos-de-fé.³³¹ Ao retornar a Lisboa ele foi severamente advertido pelo Conselho Geral por sua conduta

³²⁸ Ângelo Adriano Faria de Assis. *Inquisição, religiosidade e transformações culturais: a sinagoga das mulheres e a sobrevivência do judaísmo feminino no Brasil colonial - Nordeste, séculos XVI-XVII*. Rev. Brasileira de História, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002. Disponível em: <http://test.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882002000100004&lng=en&nrm=is>. Acesso em: 10 ago. 2006

³²⁹ Francisco Bethencourt. *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p. 217.

³³⁰ Sonia A. Siqueira. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978. p. 269.

³³¹ Idem.p. 198.

que incluiu a falta de consistência nas provas colhidas, o que resultou na absolvição de suspeitos como o mercador João Nunes Correia, um dos homens mais ricos da colônia nesse período, e discordância das penas aplicadas pelo visitador.

Por que teria vindo a Inquisição ao Brasil? Essa questão é discutida e vista de diferentes maneiras. Para Anita Novinsky, quando a Inquisição foi estabelecida em Portugal, a colônia do Brasil ainda era pouco expressiva em termos econômicos, e haveria poucos cristãos-novos aqui estabelecidos, portanto não levantando os interesses do Tribunal em atravessar o Atlântico. Quando, no último quartel do século XVI, o açúcar já era fundamental para a economia lusa muitos cristãos-novos vieram para o Brasil, “a Inquisição também volta sua atenção para estas terras”, sendo as regiões mais prósperas da colônia as mais vigiadas e visitadas pelo Visitador³³². Para Sonia Siqueira a colônia precisava ser integrada à Coroa e ao mundo cristão, inculcando e deixando claro aos colonizadores que “o novo mundo se erigia com Cristo, para Cristo.” As visitas teriam vindo investigar “sobre que estruturas se calcava a fé dos moradores do Brasil. Aprovados estariam os que, desnudando seus espíritos, se mostrassem mais ou menos impermeabilizados às heterodoxias.”³³³ As visitas de 1591-1595 e a de 1618 -1620 estariam ligadas ao número de cristãos-novos na colônia e o perigo de que a crença judaica se sobrepusesse à cristã, bem como ligações com os Países-Baixos luteranizados, econômicas e familiares questionassem a lealdade dos súditos no Brasil à Coroa espanhola.³³⁴

Ronaldo Vainfas concorda que os visitantes vieram à cata de cristãos-novos³³⁵ e que, como afirma Sonia Siqueira, havia efetivo interesse em saber em que estruturas calcavam-se a fé de nossos moradores, para ele “a década de 1590 marcou uma viragem na estratégia das visitas”. Consolidada no Reino virar-se-ia para o ultramar. Enquanto Heitor Mendonça de Furtado dirigiu-se para o Brasil, Jerônimo Teixeira percorreu os Açores e a Madeira e em 1596, o padre Jorge Pereira chegou a Angola.”³³⁶ Bethencourt explicita que existiam diferentes tipos de visitas inquisitoriais, com

³³² Anita Novinsky. *Cristãos-Novos na Bahia: a Inquisição*. São Paulo: Perspectiva. 2ª ed. 1992. p. 110-111.

³³³ Sonia A. Siqueira. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978. p 185-186; 193

³³⁴ Idem.

³³⁵ “Os documentos da Visitação do Santo Ofício demonstram à farta a importante presença de cristãos-novos no Nordeste açucareiro e, não por acaso, vale dizer, foi ali que se concentrou a ação inquisitorial. Ronaldo Vainfas (org.). Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. *Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.7.

³³⁶ Idem. p. 8-9.

objetivos e em contextos específicos, dependentes da conjuntura política e institucional. Porém, as “visitas a Angola, em 1596-8, e ao Brasil, em 1591-95 e em 1618-20, são sempre monopolizadas pelo delito de judaísmo”. Para ele, a Inquisição teve um papel central na intermediação entre o centro (Portugal) e as periferias. Era ela quem produzia e reproduzia o sistema central de valores.³³⁷

Corroborando a importância de cristãos-novos no Brasil na segunda metade do século XVI, Gonsalves de Mello informa que os cristãos-novos residentes em Pernambuco, em 1593, seriam 14% do total de moradores brancos.³³⁸ Schwartz nos diz que na Bahia, por volta de 1580, aproximadamente um terço dos engenhos era de propriedade de comerciantes lusos que haviam trocado o comércio pela produção de açúcar. Muitos continuaram a exercer as duas atividades. Entre 1587 e 1592, dos 41 engenhos no Recôncavo, 12 eram de cristãos-novos.³³⁹

As visitas trouxeram alterações na dinâmica social quinhentista e seiscentista. Na colônia, diferentemente do reino, havia um intenso convívio social entre cristãos-novos e velhos, sendo comum entre eles. As amarras sociais vigentes no Reino eram menos rígidas nas terras brasílicas, não havendo a discriminação que por lá imperava. O convívio social e as relações sociais eram solidificados pela maior proximidade entre os colonizadores. Cristãos-novos e velhos eram parentes, amigos, freqüentando-se as casas, tratando de negócios e exercendo cargos na vida pública. O mundo colonial era muito diferente daquele imaginado pelos gerenciadores da Inquisição. A Visitação defrontou-se com elementos não previstos no memorial de sua atividade, como a intensa sociabilidade de cristãos novos e velhos e a gentilidade, sendo esta apontada por Vainfas como um exemplo da vulnerabilidade do Santo Ofício diante da situação colonial.³⁴⁰

As provas colhidas pelo visitador baseavam-se na fiscalização dos habitantes das “Capitanias de Cima” incentivada pelas delações e denúncias, feitas, muitas vezes, de maneira vaga e imprecisa, como *ouviu dizer*, rumores e informações provenientes de “diz-que-diz e murmurações, e são raros os depoimentos baseados em fatos

³³⁷ Francisco Bethencourt. *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 192; 217; 407.

³³⁸ José Antonio Gonçalves de Mello. *Gente da Nação. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1989. p. 7

³³⁹ Stuart B. Schwartz. *Op.cit.* p. 225.

³⁴⁰ Ronaldo Vainfas. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 166.

objetivos.”³⁴¹ Os denunciante, espontâneos ou não, relatavam fatos reais, imaginários, fantasiosos pelo pavor de virem a ser acusados pelo Santo Ofício, e as conseqüentes humilhações, torturas, morte, empobrecimento – visto a *inabilitação* dos descendentes a cargos e exercício de profissões – bem como a imposição de multas e confiscos de bens. Além disso sentiam-se obrigados em colaborar com a Igreja, em virtude de o respeito e a obediência à religião serem os vetores que orientavam a sociedade daquele período.

Mercadores e senhores de engenho formaram a maioria dos acusados pelo Santo Ofício na Primeira e Segunda Visitações ao Brasil, época de ouro da atividade açucareira, momento no qual as redes mercantis agiam intensamente. Para Leonor Freire Costa, “o ciclo do açúcar ensaiou uma viragem, de transferência do negócio para as mãos dos portugueses, esses ‘peregrinos’ das vias laicas européias”³⁴², os judeus portugueses errantes das praças européias³⁴³. Dessa forma, a migração cristã-nova, dominante nas redes mercantis do açúcar, estabelecidas em espaços geográficos diferentes, pode ser encarada como um processo autônomo daquele desencadeado pela repressão inquisitorial. Havia agentes cristãos-novos nas principais praças do circuito açucareiro, sendo fundamentais para a economia mercantil portuguesa identificá-los. Segundo Leonor, a “pseudo questão judaica” permitia em parte conhecer os agentes que eram responsáveis e garantiam as relações internacionais lusas. Ressalta que a saída de portugueses do reino enfraquecia as próprias redes de comércio. Estas seriam desmembradas parcialmente pela ação discricionária dos tribunais do Santo Ofício, alimentando a “guerra social” que se dava no reino pela ação da Inquisição.³⁴⁴

Os agentes estrangeiros, por questões diplomáticas ligadas à União Ibérica, não vinham ao Brasil, mas estabeleceram-se em Portugal. As prisões desmantelavam as redes, mas não conseguiam (ou não queriam?) exterminá-las. Apesar da forte repressão inquisitorial, agentes estrangeiros não ocuparam as posições dos portugueses no reino, em virtude da capacidade de “regeneração” das famílias atingidas e corroídas em suas bases pela Inquisição³⁴⁵. Muitos voltaram a retomar suas ocupações na mercancia lusa.

³⁴¹ Anita Novinsky. *Cristãos-Novos na Bahia: a Inquisição*. São Paulo: Perspectiva. 2ª ed. 1992. p. 133.

³⁴² Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol I. Lisboa: CNCDP, 2002. p. 133.

³⁴³ Peregrinos, denominação dada por Duarte Gomes Solis aos judeus errantes pelas praças européias. CF. Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol I. Lisboa: CNCDP, 2002P. 133

³⁴⁴ Leonor Freire Costa. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol I. Lisboa: CNCDP, 2002. p. 132-133.

³⁴⁵ Idem. p. 58.

A Primeira Visitação ao Brasil (1591-1595) não trouxe grandes conseqüências para o tráfego ultramarino Brasil-Portugal nem para a desagregação do grupo cristão-novo que atuava no comércio do açúcar na colônia³⁴⁶. Em compensação, nas primeiras décadas dos seiscentos, particularmente, a partir dos anos 1620, a Inquisição aumentou sua repressão. A crise econômica que se abateu sobre Portugal nos anos 1620 e 1630, fruto da grave conjuntura no Brasil holandês, teve reflexos no Estado luso. Carente de sua principal fonte de renda permitia que a Inquisição, por meio da coação, intensificasse suas ações nas possessões ultramarinas, como forma de conseguir tirar dinheiro dos mercadores que ainda permaneciam em Portugal, com perdões gerais sabidamente ineficazes, como os de 1627 e 1631. Os homens de negócio deixavam Portugal pelo marasmo econômico e também pelo endurecimento da Inquisição.

O êxodo de mercadores cristãos-novos afetava a vida e o tráfego marítimo de Lisboa e do Porto. Com a ação inquisitorial ceifando seus membros (ou alguns deles), ou tirando-os de circulação por um tempo, era necessário que as redes se reconfigurassem. Membros das novas gerações eram incorporados a elas. Os portugueses emigrados para portos europeus, como Hamburgo, Rouen, Amsterdã, continuaram, embora fragilizados, manter-se à frente dos negócios, colocando agentes estrangeiros no Reino.

O custo social da Inquisição foi alto, mas exemplos de “benevolência” com os mercadores cristãos-novos são freqüentes. A família Lopes Homem foi quem deu início à emigração para Amsterdã, nos anos 1590, aderindo abertamente ao judaísmo. Gaspar Lopes Homem foi preso nessa década e denunciou seus irmãos Rui e Francisco Lopes Homem. Nada aconteceu a eles, e mantiveram suas ocupações no trato do açúcar, com correspondentes na Bahia e Pernambuco até 1607. Gaspar recebeu como pena penitências e foi encarcerado novamente em 1601 porque se suspeitou de uma eventual fuga.³⁴⁷ Álvaro de Azevedo constava de uma lista inquisitorial desde 1618, não tendo sido admoestado pelo tribunal por anos. Em 1627 tinha sido preso e sua pena foi de penitência leve e seu crédito ficou inabalado. Tornou-se contratador do pau-brasil e dono de embarcações. Francisco Cácere, membro da família de Milão, retomou seus tratos depois de solto. Manuel Rodrigues Isidro foi levado ao cárcere, enquanto seus familiares (um irmão e sobrinhos) continuaram nos negócios, tornando-se grandes

³⁴⁶ Idem. p. 137

³⁴⁷ Idem. p..133

mercadores na década de 1640³⁴⁸. João Nunes Correia, apesar das sérias acusações que pesaram sobre ele no Brasil, foi absolvido pelo Tribunal de Lisboa por insuficiência de provas em 1597.³⁴⁹

Boyajian registra o caso de João da Silva, nascido em Lisboa em 1580, de uma família de mercadores cristãos-novos. Emigrou para Antuérpia na década de 1610, e assumiu os negócios da família ligados ao comércio de longa distância. Em 1625 seu meio-irmão João da Silva, membro ativo dos negócios da família, caiu nas garras da Inquisição portuguesa e, sob tortura, implicou João como judaizante em 1630. Nessa data, João morava em Castela. As acusações contra ele foram consideradas pífias bem como as que recaíram sobre outros membros de sua família. João, mesmo sem permissão real, retornou a Lisboa, onde se casou, forneceu empréstimos à Coroa e tornou-se *asientista*. João preservou sua fortuna e conseguiu escapar do confisco de bens de sua família.³⁵⁰

Maria da Graça Ventura ao referir-se à Inquisição de Cartagena informa que “grandes mercadores, embora acusados de judaísmo, todos saem reconciliados”.³⁵¹ Cita o caso dos Gramaxos, destacadíssimos comerciantes e traficantes de negros em Cartagena. Jorge Fernandes Gramaxo tinha ascendência judaica e teria se deslocado para além-mar em virtude da perseguição que sua família sofreu em Portugal. Sem descendentes diretos, seu sobrinho Antonio, morador em Lisboa, transferiu-se para Cartagena, em 1619, e tomou a liderança nos negócios. Tendo que voltar a Madrid, chamou seu sobrinho Luís Fernandes Soares que foi preso pela Inquisição de Cartagena. Maria da Graça levanta a seguinte questão: “sendo a comunidade portuguesa em Cartagena incomodada pela Inquisição; sendo Jorge Fernandes de ascendência judaica; sendo Luís Fernandes Soares preso pelo Santo Ofício, como se explica que em Jorge nem Antonio tivessem sido considerados, pelo menos suspeitos? (...) Decerto, contava a seu favor uma certa brandura da Inquisição de Cartagena e uma poderosa teia de realções que mobilizava quer as autoridades cartagineses quer madrilenhas³⁵²”.

³⁴⁸ Idem. p.138-139.

³⁴⁹ ANTT.Inquisição de Lisboa. Proc nº 87.

³⁵⁰ James C. Boyajian. *Portuguese bankers at the court of Spain*. New Jersey: Rutgers University Press, 1993. p. 136.

³⁵¹ Maria da Graça A. Mateus Ventura. *Os Gramaxos*. Um caso paradigmático de redes de influência em Cartagena das Índias. A.A. Marques de Almeida (dir). *Cadernos de Estudos Serfaditas*. Ciclo de Conferências 2000. Lisboa: Cátedra de Estudos Serfaditas < Alberto Benveniste >, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001. p. 69.

³⁵² Idem. p. 69-70.

A Inquisição portuguesa estendeu-se de 1536 a 1821, quando foi abolida pelas Cortes Portuguesas. Durante sua longa existência abriu cerca de 44 mil processos³⁵³, realizando 760 autos-de-fé, dos quais 1075 réus foram relaxados, isto é mortos na fogueira e 638 em efígie (estátuas e/ou restos mortais da vítima)³⁵⁴, caso já tivessem morrido ou vivendo fora das áreas de jurisdição da Inquisição. No Brasil, no total, foram presas cerca de 1076 pessoas: no século XVI perderam a liberdade 223 e no XVII, 87.³⁵⁵

3.2 O mercador João Nunes Correia em terras do Brasil

João Nunes Correia era um cristão-novo português de nascimento, da localidade de Castro Daire, bispado de Lamego, nas proximidades de Viseu, filho de Manuel Nunes, mercador e lavrador e de Lucrecia Rodrigues, ambos cristãos-novos. Presume-se que tenha nascido por volta de 1547 e tenha sido batizado na igreja do lugar onde nasceu. João Nunes declarou ao inquisidor do Santo Ofício, Heitor Dias Furtado, quando da Primeira Visitação da Bahia (1591-1595) que era seu irmão mais velho Henrique Nunes, mercador e morador em Lisboa, casado com uma cristã-nova da localidade de Aveiro; que eram seus irmãos mais moços Diogo Nunes Correia, solteiro (dois anos mais moço do que ele), lavrador e senhor de dois engenhos na Capitania da Paraíba; Antonio Nunes, solteiro e ainda vivendo com seus pais; Branca Nunes, casada e residente no Porto, juntamente com seu marido Luís Mendes (do Porto), mercador e cristão-novo; Florença Nunes, solteira, moradora também na casa paterna³⁵⁶. Segundo Arnold Wiznitzer ele teria mais um irmão de nome Simão Nunes de Mattos: “da nação, senhor de engenho, casado (...) Simão Nunes de Mattos. Este último, que diziam possuídor da *Sefer T'orah*, que era irmão do rico João Nunes, que fora preso a 22 de fevereiro de 1592”³⁵⁷ ou como afirma Elias Lipiner que este era “senhor de engenho de

³⁵³ No período de 1536 a 1605, o tribunal de Lisboa abriu 3.376 processos e 256 pessoas foram vítimas de relaxamento (morte); de 1606 a 1674 constam a abertura de 3.210 processos, sendo condenados à pena capital, 337 réus. Francisco Bethencourt. *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p 315.

³⁵⁴ Francisco Augusto Pereira da Costa. *Anais pernambucanos*. vol 7. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966. p. 275

³⁵⁵ Anita Novinsky. *Inquisição: prisioneiros do Brasil*. Séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002. p. 28.

³⁵⁶ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, processo 885.

³⁵⁷ Arnold Wiznitzer. *Op.cit*. A informação é incorreta, pois dificilmente João Nunes Correia a omitiria perante o inquisidor, quando esteve preso na Bahia, principalmente pelo fato de ele ter citado seus outros irmãos, tios e primos. No capítulo 2 vimos que Simão não era irmão de João Nunes.

açúcar na Bahia”³⁵⁸. De família de mercadores, conviveu com o avô materno, chamado Manoel Correia. Aos irmãos da mãe, referiu-se a Leonardo Rodrigues, Jeneura Correia, Felipa Correia, Manoel Correia e Beatriz Correia, esta última casada com Álvaro Mendes, da localidade de Trancoso. Com os tios paternos manteve alguma convivência, sendo esses lavradores conhecidos como Jorge Dias e Henrique Nunes. Afirmou saber que não eram esses os únicos irmãos do pai, mas que havia existidos outros, e já falecidos e de quem desconhecia os nomes. Eram seus primos Guilherme Rodrigues e Cosmo Rodrigues, que viviam em Viana do Lima e Viseu, respectivamente, e Antonio Rodrigues, mercador em Castro Daire. Um outro, Anrique Nunes, também veio ao Brasil como João e Diogo Nunes Correia, tendo sido lavrador e casado com a meia cristã-nova Isabel Antunes, neta do cristão-novo Heitor Antunes, um poderoso senhor de engenho na Bahia, o engenho Matoim, que morreu muito antes da chegada do Santo Ofício ao Brasil, “figura conhecida nos meios governamentais da Colônia”³⁵⁹.

Acredita-se que João Nunes tenha chegado ao Brasil por volta de 1582, estabelecendo-se em Pernambuco, talvez por ter sido objeto da perseguição e aprisionamento do Santo Ofício em Lisboa³⁶⁰. No entanto não há registro de que a motivação de sua vinda e fixação em Olinda, na Capitania de Pernambuco, tenha sido efetivamente essa. O fato de membros de sua família, como o irmão Diogo e o primo Anriques terem se fixado no Brasil e de seu irmão Henrique ter permanecido em Portugal cuidando dos negócios da família, sugere que eles se deslocaram para os trópicos por motivos econômicos e não só pela perseguição religiosa. Essa suposição ganha força pela carta de Henrique Nunes, recomendando de maneira incisiva de que ele voltasse para o Reino, visto que a Inquisição chegaria a Pernambuco em seis meses, coisa que efetivamente aconteceu. Henrique pede a volta do irmão e que traga consigo o amigo Duarte Dias Henrique, homem de projeção na colônia, senhor de engenho, membro de um poderoso e destacado clã mercantil sefardita. Não há referência ao outro irmão dos Nunes, Diogo, senhor de engenho na Paraíba. A missiva não chegou ser entregue a Nunes, pois foi confiada ao governador da Bahia, D. Francisco de Souza que viajou na mesma embarcação que o Visitador, em 1591.

³⁵⁸ Elias Lipiner. *Op.cit.*. p.103. Também há referência a um suposto irmão de Simão, Manoel Nunes, “que morreu judeu em Flandres e foi casado com uma filha de Milão que queimaram pelo Santo Ofício em Lisboa”, p.103. No capítulo anterior vimos que ele não era irmão de João Nunes.

³⁵⁹ Idem. p.220

³⁶⁰ “Já tinha sido anteriormente aprisionado pela Inquisição em Portugal”. Arnold Wiznitzer. *Op. Cit.* p. 18.

Homem de grande fortuna, avaliada em 200 mil cruzados, era um dos mais ricos da colônia. Para se ter uma idéia de valor, sabemos que D. Sebastião, rei de Portugal, gastou na preparação para a sua investida na norte da África, na preparação da batalha de Alcácer-Quibir, em 1577, cerca de 600 mil cruzados, sendo duzentos e cinquenta mil “doados” pelos cristãos-novos portugueses em troca do fim da proibição de deixarem o reino. Em 1601 os judeus pagaram ao rei de Espanha, Felipe III, 250 mil cruzados pela sua anuência para que pudessem sair do reino para outros países ou para além-mar, nos diversos domínios de Portugal e Espanha³⁶¹.

Frei Vicente do Salvador³⁶², em sua obra, resgatou as primeiras ações de João Nunes na Colônia, quando ele e seu irmão Diogo Nunes Correia participaram da campanha militar para a expulsão dos franceses da Paraíba, tendo João contribuindo com seis mil cruzados.³⁶³ “E tanto foi na Paraíba que se ordenaram mais duas Companhias, uma do capitão D. Pedro de Cueva, com seus soldados espanhóis (ficando em seu lugar no forte Diogo de Paiva com quinze) e outra de portugueses, que ia por capitão Diogo Nunes Correia”³⁶⁴ além de ter contribuído com dinheiro para essa abastecer a tropa em campanha, “dentre o poucos que a tudo supriram³⁶⁵” e nela lutou ao lado do ouvidor Martim Leitão e de Ambrósio Fernandes Brandão, cristão-novo e autor do *Diálogo das Grandezas do Brasil*.

Após a vitória na guerra de expulsão, em 1586, seu irmão Diogo Nunes deu início à construção de um engenho na Paraíba, ficando “entregue ao capitão João Tavares, que começou logo a fazer um engenho não longe de el-Rei, com que corria um Diogo Nunes Correia e pelo conseguinte os moradores mui contentes começaram logo a plantar as canas que se haviam de moer e a fazer suas roças.”³⁶⁶ Nos engenhos, Diogo Nunes se dizia sócio de seu irmão Henrique Nunes, mas subordinado pela determinação deste a João Nunes³⁶⁷, administrador dos capitais da família em Pernambuco. Se as

³⁶¹ Antonio José Saraiva. *Inquisição e Cristãos-Novos*. Lisboa: Estampa, 1994. p. 182.

³⁶² Frei Vicente Salvador. *Op.cit.* p. 258.

³⁶³ Logo mandou ao capitão Pero Lopes fizesse rol do que havia mister para o movimento de 100 homens em seis meses, e feito e somado em 6.000 cruzados, os mandou logo tomar e repartir pelos mercadores que tinham as cousas necessárias aos quais se satisfazia com créditos de João Nunes, mercador”. *Sumário das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Paraíba*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, T. 36 p. 46.

³⁶⁴ Frei Vicente Salvador. *Op. cit.* p.258.

³⁶⁵ Idem. p. 240.

³⁶⁶ Idem. p. 258.

³⁶⁷ “Henrique Nunes era quem comandava os negócios da família em Lisboa e João Nunes declarou “com o qual ele tem o principal trato de suas mercadorias”. ANTT. *Inquisição de Lisboa*. Proc nº 87.

terras foram dadas como benefício pela participação fiduciária e militar no conflito militar, não sabemos.

Era tido como *onzeneiro*, junto com dois outros cristãos-novos portugueses, Paulo Pina e James Lopes da Costa. Os onzeneiros eram grandes detentores de capital que emprestavam dinheiro a juros aos que dele precisavam, por exemplo, para a construção de engenhos. Antonio Fernandes Brandão diz que o *onzeneiro* era “o mercador que comprava e pagava na hora a mercadoria, e antes de recebê-la revendia a prazo menor que 1 ano, com mais de 85% de acréscimo.”³⁶⁸ Os contratos onzenários eram considerados crimes pelas Ordenações Manuelinas, sendo proibidas, como consta Livro 4º, título XIV: “Nenhuma pessoa de qualquer estado e condição que não dê ou receba dinheiro, prata ou ouro ou qualquer quantidade pesada, medida ou contada a usura, por que possa haver ou dar alguma vantagem, assim por via de empréstimos, como de qualquer outro contrato de qualquer qualidade, natureza e condição que seja e de qualquer nome possa ser chamado. E aquele que o contrário fizer (...) perca todo o principal que deu por haver o dito ganho (...) e mais será degredado por dois anos para cada um dos lugares. Além, e isto pela primeira vez’.”³⁶⁹

Apesar da onzena ser proibida, a mercancia ultramarina trazia tantos lucros que permitiam satisfazer os encargos dos empréstimos mesmo pagando os altos juros sobre o dinheiro tomado emprestado. A prática da usura vulgarizou-se e a proibição das Ordenações passou a letra morta entre os homens de negócio’³⁷⁰.

Numa época de expansão da atividade açucareira na Colônia, a partir de 1580, João Nunes valia-se da prática de remuneração do seu capital, sendo crucial na atividade açucareira e mercantil em Pernambuco.

Um documento de 1636, escrito por um judeu português residente em Amsterdã, que teria morado na Bahia por volta de 1622-23, dirigido aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países-Baixos, descreve a atividade açucareira no Brasil. Segundo ele, “os homens de negócio do Brasil é fiar aos moradores as fazendas, para as pagarem com o rendimento de seus renovos, cousa que a poucos acomoda e é um grande encargo, porque há dilação e danos nestes pagamentos; e quem queria fugir deles vendia a alguns mercadores da terra pelo que podia, com perda ou ganho, e estes depois

³⁶⁸ Ambrósio Fernandes Brandão. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Recife: Massangana, 1997. p 36.

³⁶⁹ José Antonio Gonçalves de Mello. *Gente da Nação: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Massangana, 1989. p.66

³⁷⁰ Joel Serrão. *Dicionário de História de Portugal*, 4 vls. Apud, José Antonio Gonçalves de Mello. *Gente da Nação. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. p. 66

as iam revendendo, que deste modo é o governo do mundo o que não serve, ser conveniente a outro por razões particulares.”³⁷¹ Nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Ambrósio Fernandes Brandão coloca-se contra as onzenas e onzeneiros: “vi na Capitania de Pernambuco a certo mercador fazer um negócio, posto que o modo dele não aprovo, pelo por ter por ilícito, o qual foi comprar para pagar de presente uma partida de peças de escravos de Guiné por quantidade de dinheiro, e logo, no mesmo instante, sem lhe entrarem os tais escravos em poder, a um lavrador, fiados, por certo tempo, que não chegava a um ano, com mais de 85% por cento de avanço”.³⁷²

João Nunes Correia era um homem de negócios, bem como sua família, que mantinha relações comerciais com os poderosos clãs mercantis daquele período, como os Ximenes de Aragão, os Rodrigues D’Evora e os Veiga. Era membro de uma elite mercantil sefardita que “participava daquela investida que as classes econômicas européias lideradas por Portugal realizavam desde o século XV em direção aos mercados ultramarinos. Membro de uma nova classe intercontinental burguesa, comercial e atlântica que se edificava e forçava sua ascensão social.”³⁷³ Suas atividades eram diversificadas, tendo sido mercador, arrematador de contratos do pau-brasil, proprietário em parceria com o irmão de dois engenhos na Paraíba, exportador de açúcar, vendedor de escravos índios para os engenhos, com negócios em Angola, arrecadador dos impostos para a Coroa em Pernambuco³⁷⁴, ligado aos negócios da pimenta.

Na década de 1580 tornou-se uma pessoa influente na colônia, circulando com desenvoltura pelos meios eclesiásticos, bem como entre os administradores da colônia, autoridades, grandes senhores de engenho entre outros da elite local, e também da Paraíba e Bahia. Entre estes se destacavam Diogo Couto, o Ouvidor Eclesiástico, Jorge Camello, Ouvidor da Capitania, Martins de Freitas Azevedo, alcaide-mór de Pernambuco, Lopo Soares, da Câmara de Olinda (que se intitulou um dos melhores amigos dos irmãos João e Diogo Nunes Correia), os senhores de engenho e proprietários de fazendas Cristóvão Paes, Cristóvão Vaz de Bom Jesus, Diniz Bravo,

³⁷¹ José Antonio Gonçalves de Mello. *Gente da Nação: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Massangana, 1989. p.28.

³⁷² Ambrósio Fernandes Brandão. *Op cit*, p.104.

³⁷³ Sonia A. Siqueira. O comerciante João Nunes. Anais do V Simpósio dos professores universitários de História. Vol.1. Eurípedes Simões de Paula (org). *Coleção Revista de História XXXV*. São Paulo, 1971, p. 239.

³⁷⁴ Fernão Cardim diz que em 1590 Nunes tinha se candidatado ao contrato de cobrança de dízimos reais na Capitania, o que lhe fazia entrar num número restrito de homens de negócio, pois tais contratos exigiam capitais vultosos.

Diogo Lopes Ulhoa, Antonio Lopes, escrivão do Eclesiástico de Pernambuco, o governador-geral Francisco Madeira, com quem Nunes tinha grande prestígio e, em virtude disso, poderia obter certas concessões e favores³⁷⁵. Também tinha grande contato com os jesuítas, que intervieram a seu favor quando foi preso pelo ouvidor.

O investidor, mercador, contratador, dono de engenhos não era bem visto por todos da comunidade pernambucana. Senhores de engenhos que se valiam das onzenas, reclamavam dos altos juros que eram obrigados a pagar pelos empréstimos tomados com João Nunes. Reclamavam, conforme o registrado nas denúncias da Bahia e de Pernambuco ao Santo Ofício na Visitação ao Brasil, entre 1591 e 1595, que ele agia de maneira muito ligeira, como se essa prática fosse lícita e não proibida. Por isso, foi acusado de ser onzeneiro e “roubador das fazendas dos homens” e reconhecido como “inventador de ardis e sutilezas de onzenas” e disso houvesse “escândalo público.”³⁷⁶

Entre os que o denunciaram por onzenas sofridas estavam senhores de engenho como Cristóvão Vaz, Filipe Cavalcanti e Cristóvão Lins. Este último alemão aporuguesado que representava os Fugger de Aubsburg,³⁷⁷ a quem João Nunes teria ameaçado executar uma dívida, pondo seu engenho a leilão.

João Nunes via com naturalidade as onzenas e nem as julgava pecado. Dessa forma fazia e refazia seus contratos “ilícitos” com seus devedores, angariando má fama e ódio dos que lhes deviam dinheiro ou a quem tomava as propriedades. Seu irmão Diogo Nunes Correia, também acusado pelo Santo Ofício, em carta de 1592, diz a ele que mandasse as contas das dívidas para que ele as cobrasse, e assim saldar suas dívidas com ele³⁷⁸. Na carta fica claro o estremecimento na relação fraternal e econômica, sem que possamos saber o que efetivamente casou a desavença entre os irmãos. Seu primo Jerônimo Rodrigues, cristão-novo, foi mercador e empobreceu. Afirmou na frente de seu filho e de amigos que o causador de sua desgraça era o primo endinheirado João Nunes Correia, e que ele havia de fazer queimar o dito João Nunes.³⁷⁹

Entre todas as denúncias e confissões, Belchior Mendes de Azevedo³⁸⁰, assegurou que o mercador cristão-novo João Nunes era o rabino dos judeus em Pernambuco e a denúncia do padre Pero Leitão afirmava que ele era detentor da “bolsa

³⁷⁵ Carta de Francisco Madeira de dezembro de 1591, anexada ao processo ANTT. *Inquisição de Lisboa*, nº 87.

³⁷⁶ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, processos 885 e 12.464.

³⁷⁷ Stuart B. Schwartz. *Op.cit.* p. 33.

³⁷⁸ ANTT. *Inquisição de Lisboa*, proc. 885.

³⁷⁹ Cristóvão Pais D'Alto contra João Nunes e outros. *Denúncias da Bahia*. p. 555-560.

³⁸⁰ Denúncia de Belchior Rosa. *Inquisição de Lisboa*. proc. 87.

dos judeus” na Colônia, o tesoureiro da comunidade serfadita na capitania³⁸¹. Segundo o padre, os cristãos-novos da Capitania tinham com ele muitas comunicações, secretas e em público, e que todos lhes tinham obediência e respeito. Essas informações não foram reproduzidas por mais ninguém, sendo difícil que Nunes fosse o rabino da sinagoga de Camaragibe, visto sua reputação e conduta. Porém, sem dúvida, ele era um (ou mais) importante membro da comunidade cristã-nova da colônia e um dos expoentes do processo colonizatório português no Brasil.

Sua condição de líder econômico dos cristãos-novos foi reafirmada em diferentes denúncias. Era ele quem os mais pobres que chegavam à colônia, dando-lhes um suporte econômico imediato para que conseguissem se fixar na região³⁸² e “todos os novos conversos obedeciam a João Nunes, e em todas e quaisquer coisas a ele logo se remetiam, consultavam, e faziam o que ele dizia.”³⁸³

Seu poder econômico e político eram incontestáveis, tendo sido relatados por diversos denunciadores. “João Nunes é muito poderoso em Pernambuco e todos, assim cristãos novos e cristãos-velhos, o buscam e lhe obedecem e fazem tudo o que ele quer e manda.”³⁸⁴

As acusações tinham procedência. João Nunes era um homem muito bem relacionado e poderoso que extrapolou as regras sociais e jurídicas daquele tempo.

3.3. João Nunes e a Inquisição

João Nunes foi denunciado por mais de duas dezenas de vezes ao Santo Ofício e constam no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal, cerca de cinco processos da Inquisição contra ele (processos 85, 87, 885, 1491, 12464), fato pouco usual nos processos inquisitoriais, sendo provenientes das denúncias Bahia e Pernambuco enquanto o acusado permaneceu no Brasil e mesmo depois de preso e mandado para julgamento em Lisboa. O processo 885 da Bahia contém todas as denúncias contra João Nunes Correia, sendo a primeira feita por Belchior Mendes em 24 de agosto de 1591, que na realidade engloba também o processo 87 do qual

³⁸¹ Elias Lipiner nos diz que João Nunes era o tesoureiro da congregação judaica, o que parece ter sido muito provável, dada sua projeção, riqueza e contratos de onzena.

³⁸² Ângelo Adriano Faria de Assis. *O Rabi Escatológico e o Rabi Macabeu: diferenças e aproximações na prática do rabinato judaico no Brasil Quinhentista a partir do olhar do Santo Ofício*. Espírito Santo: Anpuh, 2002.

³⁸³ ANTT. Inquisição de Lisboa, proc. 885.

³⁸⁴ ANTT. Inquisição de Lisboa, proc. 885 e 12.464. Denúncia de Antonio Barbalho.

“constam os depoimentos do Ouvidor da Vara Eclesiástica, Diogo de Couto e deu escrivão sobre os testemunhos do pedreiro Pedro da Silva que lançou a notícia sobre o crucifixo situado nas proximidades do ‘servidor’.”³⁸⁵

Esse homem poderoso desafiou a moral do seu tempo ao se amasiar com Francisca Ferreira, casada com um empregado seu, Manuel Ribeiro, tido como intermediário de suas transações com seu irmão Henrique Nunes e membro ativo do tráfico de Nunes de escravos negros de Angola. Intencionalmente, enviou o empregado para o Reino para que este fosse tratar de um negócio de seu interesse com seu irmão Henrique, morador em Lisboa. Da capital portuguesa, Manuel seguiu para Angola, onde também tinha João Nunes tinha interesses e negócios. Enquanto Manuel estava fora da Colônia passou a viver amasiado com Francisca, esposa de Manuel. Consta das *Denúncias de Pernambuco* sua afirmação: “não quero dar a Manuel Ribeiro sua mulher nem lha hei de dar e nem Jesus Cristo lhe pode valer para eu lhe dar.”³⁸⁶

No regresso da África, Manuel denunciou o crime de adultério de seu patrão e sua esposa ao então magistrado da Capitania de Pernambuco, Jorge Camello, com a intenção de processar João Nunes. O magistrado, amigo de Nunes, não deu crédito ao denunciante e em vez de a punição recair sobre o casal, quem acabou preso foi o acusador. Nunes conseguiu provar (sic) que eles não eram efetivamente casados, embora houvesse registro da união formal do casal em uma igreja de São Frei Gonçalves do Recife.³⁸⁷ Camello declarou que era amigo de João Nunes e que devia favores e dinheiro a ele. Acredita-se que amizade fosse íntima porque por vezes eles comiam e bebiam juntos. Por conta disso, Manuel não foi libertado enquanto não assinou um documento no qual afirmava que não processaria Francisca por adultério.

Em 1591, o auditor eclesiástico, licenciado Diogo de Couto, depois de ter advertido muitas vezes a João Nunes que tal união ofendia a moral cristã, visto os comentários sobre o caso que corriam na capitania, foi obrigado a prender o mercador pelo crime de mancebia pública. No entanto, embora fosse reconhecidamente uma transgressão aos dogmas e princípios católicos vigentes, Nunes “foi imediatamente libertado da prisão e mandado para casa mediante a interferência dos jesuítas”³⁸⁸, como declarou o próprio Ouvidor, além de sua prisão ter sido irregular, pois não constavam

³⁸⁵ José Antônio Gonsalves de Mello. *Gente da Nação*. Recife: Joaquim Fundação Nabuco, Massangana. 1986. p. 72-73.

³⁸⁶ *Denúncias de Pernambuco*. p. 249

³⁸⁷ *Denúncias da Bahia*. p 449-450.

³⁸⁸ Arnold Wiznitzer *Op. Cit.* p. 18-19.

do processo autos de prisão e mandados escritos para tal, apenas foram dadas ordens verbais. Em uma denúncia ao Santo Ofício, o vigário de Itamaracá, o Padre Simão de Proença, levanta suspeita sobre a idoneidade do Ouvidor e de como suas relações financeiras com João Nunes influíram para que a prisão do mercador cristão-novo fosse rápida e feita de forma nada usual. Segundo ele a prisão e a soltura sem maiores penalidades tiveram “muito ruim suspeita, porque ele sabia que o Ouvidor da Vara Eclesiástica, Diogo do Couto, tem recebido empréstimo e amizade do dito João Nunes, de letras que lhe tem passado de crédito de dinheiro de dinheiro, as quais não sabe se o dito Ouvidor lhe torna a pagar.”³⁸⁹

Mesmo encarcerado, João Nunes enviou seu empregado de confiança Fabião Rodrigues para a Bahia com o intuito de requerer ao bispado a anulação do casamento contraído entre Francisca Ferreira e Manuel Rodrigues. O mercador conseguiu seu intento, pois em virtude “dos papéis que enviou, o matrimônio foi julgado nulo” pelas autoridades eclesiásticas. Mesmo o marido tendo tentado algum tipo de acordo, ao que parece não teve nenhuma resposta de Nunes e o caso não teve prosseguimento.³⁹⁰

Apesar dessa desenvoltura, de sua incontestável influência política, econômica e de seu prestígio social, e de ser o organizador da vida econômica nas capitâneas nordestinas da Colônia, não conseguiu se safar das denúncias feitas ao visitador Heitor Mendonça de Furtado, na Primeira Visitação do Santo Ofício a Bahia e Pernambuco.

Embora vivesse “em pecado” com sua amásia Francisca Ferreira, não foi esta a acusação principal que determinou sua prisão e encarceramento na Bahia, em 22 de fevereiro de 1592, como também sua transferência para Lisboa para ser julgado pelo Tribunal da Inquisição. As principais denúncias centraram-se na acusação de um pedreiro, Pedro (Pero) da Silva, natural de Sintra, Portugal, enquanto fazia reparos no telhado na casa de João Nunes em Olinda.

As primeiras denúncias foram feitas por dois moradores de Olinda, em 23 de maio 1591, Manuel Soares de Araújo e Antônio de Souto, ao Ouvidor da Vara Eclesiástica. Foi dito que o pedreiro teria visto um crucifixo, coberto parcialmente por um pano no lavatório acima do lugar onde Nunes urinava e fazia suas necessidades corporais, constituindo-se esse fato em grave ofensa e revelador que o mercador não considerava sagrado o crucifixo. Assim, configurava-se desrespeito (e atitude herética) a

³⁸⁹ ANTT. *Inquisição de Lisboa*, proc. 885.

³⁹⁰ *Denúncias de Pernambuco*, p. 248.

Nosso Senhor Jesus Cristo. Belchior da Rosa, natural da cidade do Porto, de idade de cinqüenta anos pouco mais ou menos, denunciou que João Nunes tinha em sua casa um crucifixo, ou imagem em um lugar sujo e desonesto. Maria de Heredo, de idade de vinte e um anos casada com Matheus de Freitas D'azevedo morador desta Capitania, e nesta vila morador na freguesia da Matriz. E denunciando disse que havia dois anos, pouco mais ou menos, que um pedreiro, chamado Pero da Silva, do qual ora não sabe onde esta, andou trabalhando na sua fazenda de Guadalupe, duas léguas desta vila, concertando umas suas fornhalhas do engenho. E estando assim trabalhando, estando ela na dita fazenda, desceu abaixo a falar com o dito pedreiro, em presença de Gaspar da Silveira, purgador do engenho. E estando assim falando todos três, disse ela denunciante não lhe lembra que palavra de João Nunes ao que respondeu o dito pedreiro que, o dito João Nunes era um grande Judeu. E repreendendo a ela porque dizia aquilo lhe respondeu que, o dito pedreiro, retelhando uma casa do dito João Nunes, cristão-novo mercador, lhe vira em uma parede um crucifixo e ao pé do crucifixo, posto um servidor vaso, no qual fazia seus feitos corporais”³⁹¹. Em pouco tempo correu a versão que Nunes teria subornado Pedro Silva para que ele não sustentasse sua versão, o que causou mais escândalo na sociedade pernambucana quinhentista.

Embora a fama do pedreiro fosse de grande tomador de vinho e de maledizente, a história espalhou-se rapidamente por Olinda, tomando grandes proporções em virtude da proeminência social de João Nunes. O pedreiro compareceu perante a Mesa do Ordinário e não confirmou a história perante o Ouvidor Eclesiástico e Mateus de Freitas de Azevedo declarou “a verdade era como lhe tinha dito, mas que como ele o prenderam e era pobre, e preso não ganhava de comer nem tinha que gastar, lhe fora necessário desdizer-se por remir suas necessidades”³⁹².

Na denúncia de Beatriz Nunes (que aparentemente não tinha parentesco com João Nunes Correia), natural do Algarve, Portugal, filha de Felipa Gonçalves e de Ruy Gomes Bravo, cuja família tinha engenhos de açúcar, afirmou ter ouvido que o mercador ofereceu 40\$ ao pedreiro para que ele desdissesse o que tinha afirmado. O pedreiro recusou o dinheiro. Diante disso, João Nunes, famoso por ter ficado preso apenas dois ou três dias na cadeia de Olinda em virtude de ser muito rico e poderoso e em Pernambuco (todos fazem o que ele quer e manda), conseguiu que o pedreiro fosse preso por 15 ou 20 dias. Um dia a denunciante passando junto à cadeia, ouviu o

³⁹¹ ANTT. *Inquisição de Lisboa*, proc. 87.

³⁹² *Denúncias de Pernambuco*. p .306.

pedreiro dizer que ele não haveria de desdizer aquilo que tinha visto por mais peitas que lhe fossem oferecidas. O pedreiro foi solto e não se viu nenhum castigo ao dito João Nunes.”³⁹³

Pero da Silva ficou doente na fazenda de Fernão Soares, um cristão-novo dono de engenho, vindo a falecer em 24 de junho de 1593 sob suspeita de que tivesse sido envenenado a mando de João Nunes Correia. Apesar da forte suspeita, não houve investigação por parte da Ouvidoria Eclesiástica, mas chamou a atenção do representante do Santo Ofício. A convicção de que esse fato era verdadeiro fez com que o Visitador convocasse o testemunho do médico que o atendeu no hospital de Misericórdia de Olinda, sem, que, no entanto, pudesse confirmar a culpa de Nunes, pois o cirurgião Gaspar Roiz afirmou que o pedreiro morreu de opilação e hidropsia.³⁹⁴ Todos os processos derivam da denúncia do pedreiro e por ele ter falecido a linha acusatória parece ter sido enfraquecida, resultando na absolvição do réu.

Também foi denunciado por Domingos de Carvalho, criado do Ouvidor-geral, Diogo de Couto, que afirmou ter ouvido a mesma história, quando de sua passagem por Olinda, em 1591, de que o crucifixo estava recoberto parcialmente por um pano que recobria o vaso. Quando a notícia se espalhou por Olinda e Recife, o dito João Nunes “por ser rico e poderoso e os da governança e da terra fazem o que ele quer, fulminou tais invenções com que fez prender o dito pedreiro e preso acabou com ele que se desdisse.”³⁹⁵. O Padre Simão de Proença (já citado), vigário de Itamaracá, afirmou “que é pública a fama de o dito João Nunes em Pernambuco é público onzeneiro e inventor de ardis e sutilezas de onzenas e se queixam dele e há dele público escândalo.”³⁹⁶

João Nunes tinha consciência de seu poderio nas terras das capitâneas de cima, ou do Nordeste brasileiro, o principal pólo econômico no último quartel do século XVI. Belchior Rosa denunciou o conselho que recebeu de João Nunes ao reclamar e querer largar esse seu ofício por causa dada (má) fama que os Oficiais de Justiça tinham de se deixar subornar com dinheiro na Vila de Olinda. Assim, foi registrado “quanto nela há nesta vila que os oficiais da Justiça a vendem por dinheiro e peitos e rogos dos poderosos, e fazem erros e falsidades em seus ofícios tirando a justiça as partes em favor dos que mais podem. Aconteceu que um dia à noite, ele denunciante com o seu

³⁹³ ANTT. *Inquisição de Lisboa*, proc. 885 e 12464.

³⁹⁴ ANTT. *Inquisição de Lisboa*, proc. 87.

³⁹⁵ ANTT. *Inquisição de Lisboa*, proc. 885 e 12464.

³⁹⁶ ANTT. *Inquisição de Lisboa*, proc. 885.

filho estando em casa de João Nunes, cristão-novo mercador pôs-se a queixar-se do dito vício e mau costume da terra dizendo que por essa causa que ia largar o ofício de tabelião, e a isto lhe respondeu o dito João Nunes que ele não largasse o dito ofício de tabelião por que se desenganasse que neste mundo agora des desde o porteiro até o Papa, todos assim fazem e assim corria tudo.³⁹⁷ Pela conversa, João Nunes estava a par dos subornos e da corrupção existentes nos diferentes níveis e escalões da vida colonial.

Também foi acusado de judaizante visto que em uma Quinta-feira Santa, quando todos guardavam resguardo e usavam luto, usou roupas novas, vestimenta de festa ricamente confeccionada com gorgurão, sendo o jubão de seda. O vigário de Itamaracá, padre Simão Proença, o acusou de ser mau cristão, não cumprindo suas obrigações de se confessar e comungar regularmente. Também pesava sobre ele a acusação de não guardar os domingos, dia santo e de descanso, quando fazia suas contas de seus tratos e mercancia, de não freqüentar a missa dominical, como denunciou seu empregado Fabião Rodrigues, ou como disse Mateus de Freitas, realizava negócios, acertava contas em tais dias.³⁹⁸ Ainda foi dito que ele ia à Igreja e conversava normalmente e de ter execrado a figura do papa dizendo que ele também era corrupto.

Homem excêntrico, João Nunes vestia-se de maneira nada usual e pobremente para alguém com tanto dinheiro, sendo descrito como mal ajambrado, de baeta safada e com os cotovelos rotos. Tinha cavalos para seu transporte, o que era um luxo exclusivo de poucos e sinônimo de grande riqueza. Quando foi à Bahia, chamado pelo Governador da Bahia, no final de 1591, apresentou-se ricamente vestido e cercado por muitos escravos. Nas Denúncias e Confissões aparecem empregados seus de grande confiança, que tratavam de seus negócios, como Manuel Ribeiro, Fabião Rodrigues, Francisco Madeira e Mateus Lopes.

A Visitação do Santo Ofício só chegou a Pernambuco em setembro de 1593. Mas o volume de acusações contra João Nunes era tal que ao chegar à Bahia, foi expedido mandado de prisão contra ele, sob o argumento de “graves culpas contra nossa santa fé católica”. Foi preso pela Inquisição em 22 de fevereiro de 1592.³⁹⁹ O Visitador acreditava que era necessário colocá-lo na cadeia, pois o réu já estava prestes a voltar para Pernambuco, onde residia.

³⁹⁷ Denúncia de Belchior Rosa. *Inquisição de Lisboa*. proc. 87.

³⁹⁸ ANTT. *Inquisição de Lisboa*, proc. 885.

³⁹⁹ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. 12464.

João Nunes permaneceu preso por mais três semanas no cárcere da Inquisição, quando houve a primeira sessão com o Visitador em 15 de março do mesmo ano. O Visitador admoestou-o para que confessasse sua culpa e pedisse misericórdia antes que recaísse sobre ele o “libelo da justiça”. Negou todas as acusações, dizendo não ter nenhuma culpa nem em pensamento, e, por isso, não teria de pedir misericórdia. Colocou a culpa pelas denúncias em seus inimigos (que com certeza não eram poucos). Citou nominalmente Manuel Soares, Manuel Rodrigues, Manuel Ribeiro, este último de quem tomara a fazenda (sem fazer referência à ex-esposa que vivia maritalmente com ele). Alegou jamais ter colocado o crucifixo atrás do servidor de suas necessidades, pois os tinha na sua câmara e escritório, onde os escravos os viam. Afirmava sua inocência visto que o Ouvidor da Vara Eclesiástica da Capitania de Pernambuco, Diogo Couto, já investigara anteriormente essa acusação e a tinha considerado falsa e maldosa.

O Visitador desconfiando da atitude o Ouvidor Eclesiástico chamou-o perante a mesa da Inquisição para que Diogo Couto justificasse sua ação, submetendo-o a uma rigorosa inquisição, como consta do processo 87 da Inquisição de Lisboa. Na presença de Heitor Dias Frutado, traçou todo o processo e as investigações por ele realizadas de maneira muito minuciosa. Alegou que a rápida soltura do réu se deu graças à interferência dos padres jesuítas, na questão referente à mancebia, e à falta de provas convincentes de sacrilégio no caso do crucifixo junto ao servidor.⁴⁰⁰

O “Inquisidor, insatisfeito com as explicações do ouvidor que já tinha fama de ter aceitado peita dos cristãos-novos, aguardou a sua retirada da sala das sessões para mandar inserir na ata uma significativa observação: ‘Depois de ter ido o dito Licenciado Diogo de Couto para fora, mandou o senhor visitador escrever aqui esta declaração em que declara que o dito Licenciado, dizem que é cristão-novo por parte de pai, e que os cristãos-novos nesta terra se fintam para ele. Era suspeito de cristão-novo o próprio ouvidor da vara eclesiástica, e o visitador por isso tinha comissão do bispo do Estado para afastá-lo do cargo, pelo menos, segundo parece, nos assuntos relativos à visitação.’”⁴⁰¹

O poder do mercador João Nunes era incontestado. Ele conseguia comandar os seus negócios do cárcere baiano, por meio de cartas que enviou por seu empregado Fabião Rodrigues. “Uma delas foi ao Governador Geral D. Francisco de Souza, para que este ‘arrecadasse por si \$744 do procedido de 112 peças de escravos, o qual o

⁴⁰⁰ Elias Lipiner. *Op. cit.* p.196.

⁴⁰¹ Idem.

dinheiro devia de arrecadar em Pernambuco de Miguel Fernandes e João Pais'. O dinheiro arrecadado indica que estes eram indígenas, pois os de África custavam consideravelmente mais. O outro recado foi dirigido ao mercador cristão-novo (ambos apontados como judaizantes) a ver 'se sabia que já era passada uma provisão del Rei, que se esperava, para que não se confiscassem as fazendas dos cristãos-novos presos pela Santa Inquisição', assunto que naquele momento muito devia interessá-lo."⁴⁰²

Heitor Mendonça de Furtado considerou que as acusações contra João Nunes eram graves e bem fundamentadas, o que lhe valeu a prisão e o seqüestro de seus bens na Colônia (uma fazenda), e que este deveria seguir para Lisboa para julgamento pelo Tribunal do Santo Ofício. Em 24 de setembro de 1592, o réu seguiu com a documentação acusatória para o Reino em uma caravela do mestre Antão Maio, morador em Matosinhos, amarrado com grilhões. As ordens eram para que ele não mantivesse comunicação com nenhuma pessoa durante a viagem, e nem poderia receber papel e tinta para que pudesse escrever. O Visitador deu poderes a fidalgos que o acompanhavam para que prendessem qualquer um que se dirigisse ao preso na viagem até Lisboa. Provavelmente Heitor Furtado de Mendonça conhecia o poder econômico e os métodos usados por Nunes para conseguir o que queria.

Mesmo depois da prisão e da viagem do réu a Lisboa, o Visitador tratou de continuar com seu trabalho de recolher denúncias e documentá-las para assim dar mais subsídios ao Santo Ofício. Mal sabia ele que suas precauções para assegurar que tão importante homem fosse julgado por seus crimes contra a fé católica seriam em vão.

Ao chegar a Lisboa, no final de dezembro de 1592, permaneceu preso por muito pouco tempo. Antes disso, subornou o mestre que o levou a Lisboa, dando-lhe 300 cruzados, ficando livre por uns três ou quatro dias para recorrer aos seus amigos importantes na capital do Reino para que o ajudassem antes de se apresentar aos inquisidores, como forma de pressão para abrandar o furor inquisitorial e também tratar de seus negócios. Com medo que o preso fugisse, o mestre do navio andou grudado nele por Lisboa toda.⁴⁰³

O Conselho Geral do Santo Ofício examinou as provas documentais contra o mercador cristão-novo e não endossou as acusações do Visitador, criticando-o por não haver provas suficientes para julgá-lo e condená-lo: "pareceu a todos os votos que não

⁴⁰² José Antonio Gonsalves de Mello. *Gente da Nação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana. 1989 p.58.

⁴⁰³ Sonia A. Siqueira. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo: Ática, 1978. p. 285.

eram bastantes as culpas para prisão, por ser a matéria delas a mais dela leve e, quanto aos testemunhos da fama do crucifixo, dizem as testemunhas que ouviram o réu tinha no lugar imundo, não concluem prova legítima da fama, pela falta de requisitos necessários que não concorrem neles, porque não consta da qualidade das pessoas de quem procedeu e ante quem está infamando o réu e não ser a matéria de infâmia verossímel.”⁴⁰⁴

As críticas ao Visitador foram diretas e chamaram-no de inexperiente em carta dirigida ao Visitador: “As culpas de João Nunes foram vistas pelos Inquisidores e de deputados e pareceu a todos os votos que não eram bastante para estar preso por defeito de prova, e no Conselho se confirmou este despacho, e foi solto sob fiança até V.M. fazer diligência sobre este caso em Pernambuco, conforme o que os Inquisidores escrevem a V.M., cuja diligência deve fazer com a brevidade possível pelo muito prejuízo que ele e seus dependentes têm recebido na fazenda que se lhe seqüestrou, e não se pode levantar o seqüestro se saber se tem mais culpas.”⁴⁰⁵

Pela ineficiência de provas o Conselho optou por sua soltura, pela devolução de sua fazenda confiscada e pelo pagamento de fiança: “que pareceu que deve ser solto o réu João Nunes para se poder ir beneficiar sua fazenda e deve dar fiança de três mil cruzados nesta cidade, para parecer em juízo quando lhe for mandado, para que sucedendo que o Visitador avisado que faça as ditas diligências e as envie a esta mesa no primeiro navio e não as mandando seja o réu desobrigado a fiança.’ O acórdão dos Inquisidores mereceu confirmação do Conselho geral da Inquisição em 23 de janeiro de 1593.”⁴⁰⁶. Houve modificação em relação à fiança que foi fixada em 4 mil cruzados.

Diante dessa sentença, seu irmão Henrique Nunes e amigos poderosos comerciantes portugueses não tardaram em providenciar o pagamento da fiança. Em acórdão de 19 de janeiro de 1593, por unanimidade, houve a soltura de João Nunes, mediante o pagamento de fiança. No dia 26 de janeiro assinaram escritura como fiéis carcereiros e fiadores, Rodrigo Andrade e Jerônimo Henriques. O fato se deu na casa de Rodrigo de Andrade, casado com Ana de Milão, morador da cidade de Lisboa, com residência na encosta do Castelo de São Jorge, descendente de uma das mais poderosas e ricas famílias mercantis portuguesas, os Rodrigues d’Évora, além de grande

⁴⁰⁴ Idem. p.59

⁴⁰⁵ Sonia A. Siqueira. Correspondência do Inquisidor Geral do Santo Ofício e o Primeiro Visitador da Inquisição no Brasil. O comerciante João Nunes. In: *Anais do V Simpósio nacional dos Professores Universitários de História, vol 1*. São Paulo: 1971. p.43.

⁴⁰⁶ Idem. p.59

proprietário de terras em Leiria. Jerônimo Henriques, morador em Alcântara que hipotecou bens de sua propriedade (duas casas, terras e mesmo sua residência) para honrar a fiança. Foram abonadores dos fiadores, Vasco Martins da Veiga, Henrique Dias de Milão, Vasco Martins de Castro e Manuel Fernandes Anjo. Além desses, Henrique Nunes, irmão de João, também esteve presente à assinatura do documento.

Mesmo estando sob fiança, no dia 10 de fevereiro de 1593, João Nunes conseguiu licença para ir a Madrid tratar de negócios de seu interesse, já que estava impedido de deixar a cidade sem autorização expressa do Santo Ofício. Essa licença foi renovada por três vezes, em 17 de junho e 14 de novembro de 1595 e em 14 de maio de 1596.

Apesar de toda a documentação enviada a *posteriori* de sua prisão, juntada aos autos, o Acórdão dos Inquisidores de 12 de agosto de 1597 o isentou de toda culpa, levantando a fiança, restituindo-lhe a fazenda. O Conselho Geral do Santo Ofício ratificou a decisão e pôs fim ao caso em 16 de outubro de 1597 apenas condenando-o a pagar as custas do processo. Em 1594, foi contratador de escravos junto com outros comerciantes de grosso trato, sendo responsável por um *asiento* pelo período de seis anos que foi renovado por mais nove anos. Não se sabe por que, mas os contratadores não pagaram e a Coroa procurou novos contratadores. Também em 1594, João Nunes era um dos contratadores do pau-brasil.

Sabe-se que João Nunes deixou Lisboa, indo fixar residência na Espanha, em Madrid e depois Sevilha, não se sabendo mais de seu paradeiro depois de 1607⁴⁰⁷. Há registros de suas atividades comerciais nos anos de 1602 e 1603 muito vinculadas a seu cunhado Luis Mendes do Porto e aos Rodrigues D'Evora, com letras de câmbio referentes ao negócio da pimenta do Oriente e o aceite destas entre eles e em relação a terceiros. Pela análise das letras de câmbio é claramente perceptível o seu contato direto com mercadores que pagaram sua fiança, inserindo-os, com certeza na esfera das redes mercantis serfaditas ligadas ao negócio da pimenta. João Nunes estava ligado por interesses ao grupo dos judeus portugueses radicados em Amsterdã. Na questão do tráfico, mantinha fortes relações com os Ximenes, por suas ligações com Rui Nunes, morador em Antuérpia e irmão de Fernão Ximenes, proeminente mercador sefardita, uma verdadeira dinastia mercantil do último quartel do século XVI. É José Gentil da

⁴⁰⁷ Sonia Siqueira afirma em seu trabalho já citado o *Comerciante João Nunes*, p.246, que “em 1643, no Brasil nassoviano, seu nome [de João Nunes] aparece entre os arrecadadores de direitos.” Essa informação não nos parece correta, pois João Nunes teria perto de 100 anos nessa data e mesmo que estivesse vivo, dificilmente estaria praticando atividades econômicas na colônia do Brasil.

Silva que nos mostra ainda uma outra conexão entre João Nunes e os Ximenes. Ana Ximenes, filha de Rui Nunes, casou-se com Simão Rodrigues D'Evora. Nunes e Simão aparecem associados em 1593 no contrato da pimenta.⁴⁰⁸

Para Sonia Siqueira “ A Inquisição revira o processo do mercador por ordem do Rei. João Nunes, agente indispensável da colonização, foi solto por ter sido injusta sua prisão. João Nunes, o grande burguês, pode desafiar o Tribunal da Fé. Paralisou-o. Isto nem os nobres ousavam fazer. Outros eram os tempos.”⁴⁰⁹

⁴⁰⁸José Gentil da Silva. *Strategie des Affaires a Lisbonne*. Paris: Librairie Armand Colin. p.4

⁴⁰⁹ Sonia A. Siqueira. Correspondência do Inquisidor Geral do Santo Ofício e o Primeiro Visitador da Inquisição no Brasil, O comerciante João Nunes. In: *Anais do V Simpósio nacional dos Professores Universitários de História*, vol 1. São Paulo: 1971. p. 246.

Considerações finais

Os séculos XV e XVI foram momentos de mudanças econômicas, políticas, sociais, culturais que transformaram a Europa. A economia-mundo europeia incorporou e interligou outras economias-mundo. A expansão ultramarina iniciada por Portugal em 1415 alargou os espaços geográficos, impulsionou o comércio de longa distância inserido na economia monetária mundial, aumentando e diversificando a oferta de bens de luxo do Oriente e produtos tropicais vindos das colônias. A ocupação e colonização das possessões ultramarinas foram inseridas dentro da dinâmica europeia mercantilista.

As colônias especializaram-se na produção de mercadorias tropicais com alto valor de troca, tendo a produção nítido caráter de complementaridade às economias metropolitanas. A empresa açucareira no Nordeste do Brasil tornou-se um dos pilares da economia lusa a partir da segunda metade do século XVI.

A reexportação das especiarias orientais que chegavam ao Reino para outras praças europeias garantiu lucros fabulosos aos mercadores que detinham esses fluxos de revenda. Antuérpia era o mais importante pólo de distribuição das mercadorias no continente, o grande empório europeu. Para lá afluíam tanto as mercadorias trazidas via Portugal como também as manufaturas das áreas próximas ao mar do Norte e Báltico. Essa confluência dos tratos europeus a tornou também o grande centro financeiro europeu.

Grandes clãs mercantis cristãos-novos enriquecidos no trato asiático e na reexportação destacavam-se na nova dinâmica europeia e passaram a controlar tanto as finanças quanto esses fluxos de revenda. Membros dessas famílias estabeleceram-se em Antuérpia, migrando com parte de seus capitais, enquanto outros permaneciam em Lisboa. A difusão geográfica do trato intra e extra-continente provocou a migração de outros integrantes dessas famílias de *grosso trato* para as praças estratégicas no comércio transcontinental. A profusão incessante de novos negócios levou milhares de pessoas ligadas ao trato europeu para a Ásia, África e América. Formavam-se redes de comércio que dinamizaram o comércio mundial interconectadas aos banqueiros e financistas.

Como corolário da expansão comercial e das atividades que dela se desdobraram, as redes de comércio estiveram presentes também no financiamento e na

implementação da economia mercantil. Empréstavam dinheiro às combalidas Coroas para que essas pudessem realizar a empreitada ultramarina, arrendavam contratos de exploração e foram fundamentais para implementação e desenvolvimento das economias coloniais ibéricas.

A empresa açucareira desde o início contou com capitais dessas redes de comércio sefarditas, não só no financiamento, mas em investimentos diretos na produção. Homens de projeção dessas redes formadas por famílias cristãs-novas estabeleceram-se no Nordeste açucareiro como senhores de engenho, fornecedores de crédito aos que aqui residiam para construção de engenhos, financiamento da safra, e mercadores que enviavam ao Reino a produção sacarina e importavam os bens a serem consumidos na colônia. Suas atividades eram múltiplas na colônia, e seus negócios não se limitavam à empresa açucareira. Os mais destacados dos cristãos-novos tinham ligações com o tráfico negreiro, com o estanco do pau-brasil, com o recebimento dos contratos de dízimos, com interesses na Ásia, nas regiões mineradoras da América Espanhola.

A diversidade de negócios dava aos seus detentores grande mobilidade, deslocando-se da colônia para o Reino, para Amsterdã ou para a África. Elementos de suas redes mercantis administravam os negócios nos locais onde tinham interesses. O Nordeste açucareiro atraiu milhares de pessoas pelas possibilidades de negócio e enriquecimento que a empresa açucareira oferecia. Os clãs de origem sefardita entrelaçavam seus interesses nas redes de comércio ligadas ao açúcar. Foram eles fortalecidos com o trato Atlântico, superando os rivais italianos. Os lucros auferidos no trato do açúcar e no tráfico negreiro deram sustentação de negócios desses grupos referente ao comércio com o Oriente.

O Nordeste, como outros pólos de destaque na economia americana, recebeu muitos cristãos-novos mesmo antes do aumento da repressão do Santo Ofício nas duas últimas décadas do XVI. As altas autoridades da Inquisição sabiam que aqui havia muitos cristãos-novos e criptojudeus, membros atuantes da empresa açucareira vinculados aos ricos mercadores do Reino, que por sua vez tinham ramificações em inúmeras e estratégicas praças para o trato internacional. Sua ação na metrópole para enfraquecer e desarticular a atividade mercantil se reproduziu aqui.

O emblemático caso de João Nunes Correia, destacado mercador e senhor de engenho, morador em Olinda, nos prova que os interesses inquisitoriais no Brasil seguiram a lógica da metrópole. A imensa fortuna do mercador e senhor de engenho

João Nunes Correia o caracteriza como detentor de capitais lusos significativos que foram aplicados na colônia na empresa açucareira.

O fato de seu irmão Henrique Nunes, “cabeça” dos negócios da família em Portugal ter enviado uma carta avisando-o da chegada do Santo Ofício em seis meses ao Brasil, em 1591, demonstra que ele sabia os sérios riscos que João corria com a chegada do Visitador ao pólo açucareiro nordestino. Na missiva, Henrique pediu que João retornasse ao Reino e que trouxesse o amigo Duarte Dias Henrique, membro de poderosa família mercantil lusa, senhor de engenho e futuro contratador de escravos na primeira década do século XVII. Não há qualquer referência a Diogo Nunes, o outro irmão estabelecido como senhor de engenho. Pelo que depreendemos, os dois destacados membros da sociedade açucareira corriam riscos por sua posição e importância na atividade sacarina, no tráfico com a África, entre muitos outros negócios. Nunes não recebeu a carta, pois esta foi trazida pelo governador da Bahia que viajou com o Heitor Furtado de Mendonça, primeiro Visitador do Santo Ofício ao Brasil.

A Inquisição no Brasil, em relação aos cristãos-novos, parece ter sido atraída pelo grande desenvolvimento econômico do Nordeste açucareiro, onde se encontravam cabedais das grandes redes de negócio, bem como membros integrantes do circuito comercial mundial, elementos interligados e dominantes nessa atividade altamente lucrativa. Se a diáspora se deu pelo medo de serem apanhados pelo Santo Ofício, presume-se que não deveriam voltar a Portugal, onde os tribunais eram muito ativos, mas não é isso que a documentação nos revela. Registros provam que muitos senhores de engenho residentes e mercadores transferiram-se para o Reino onde continuavam exercendo atividades relacionadas direta ou indiretamente à empresa açucareira.

As ações pontuais da Inquisição em relação a diversas famílias de mercadores, sem aniquilá-las, permitindo que as redes parentais se refizessem nos levam a crer que por mais que as autoridades do Santo Ofício desejassem, não podiam exterminá-las, sob a pena de desestruturar de maneira irreversível a economia lusa. Apesar disso, foi elemento importante para dispersão de grandes cabedais que investiram em negócios ultramarinos. O caso João Nunes Correia nos leva a crer que os interesses econômicos falaram mais alto do que os motivos teológicos que justificavam a existência do Santo Ofício. O endividamento da Coroa com os grupos financistas que dominavam também o trato, a articulação entre os grupos dominantes do comércio mundial e o papel que

exerciam na economia portuguesa acabaram por condicionar os interesses reais à atividade e sobrevivência dos mercadores cristãos-novos e suas redes.

Os movimentos populacionais migratórios foram condicionados pela temeridade ao Santo Ofício, pela vontade de viver abertamente a fé judaica e também pelas novas oportunidades econômicas que se abriam e se consolidavam nos quatro continentes. As redes mercantis formadas em relações parentais dominavam a economia mundial, diversificando-se em segmentos de negócios em âmbito transcontinental. Investiam nos negócios mais rentáveis e operavam diretamente nas praças nevrálgicas do trato.

No Brasil, as redes de comércio tornaram-se essenciais à dinâmica colonial, funcionando ligadas à Metrópole, porém, com o passar do tempo, subordinando-se aos capitais sefarditas que migraram para Amsterdã.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

Processos Inquisitoriais

- A Inquisição de Lisboa contra o cristão-novo João Nunes Correia, mercador, morador em Pernambuco, processos nº 87, 88, 885,1491 e 12644. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
- A Inquisição de Lisboa contra o cristão-novo Diogo Nunes Correia, solteiro, processo nº 6344. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
- A Inquisição de Lisboa contra Fabião Rodrigues processo nº 16062. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
- A Inquisição de Lisboa contra Mateus Lopes Sampaio processo nº 4303 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.
- A Inquisição de Lisboa contra Bento Teixeira processo nº 5206. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

Fontes impressas

- *Primeira Visitação do Santo Officio às partes do Brasil pelo licenciador Heitor Furtado de Mendonça capellão fidalgo del Rey nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Officio. Denúncias da Bahia 1591-1593.* 3 volumes. São Paulo: Paulo Prado, 1922-1929.
- *Primeira Visitação do Santo Officio às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Denúncias de Pernambuco. 1593/1595.* São Paulo: Paulo Prado, 1929.
- *Primeira Visitação do Santo Officio às partes do Brasil pelo licenciador Heitor Furtado de Mendonça – Confissões da Bahia. 1591/1592.* Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia Ed., 1935.
- *Primeira Visitação do Santo Officio às partes do Brasil pelo licenciador Heitor Furtado de Mendonça – Confissões de Pernambuco, 1594/1595.* Recife: Ed. Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- *Santo Ofício da Inquisição de Lisboa: Confissões da Bahia* (org. Ronaldo Vainfas). São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Série Retratos do Brasil.

- *Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Inquisidor e Visitador o licenciado Marcos Teixeira. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia –1618-1620.* São Paulo: Anais do Museu Paulista, tomo XVII, 1963.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1982.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil.* Recife: Massangana, 1997.

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800).* Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1954.

CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e da Gente do Brasil.* Rio de Janeiro: J. Leite e Cia, 1925.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

Bibliografia

ALMEIDA, A. A. Marques de. *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549).* Lisboa: Edições Cosmos, 1993.

_____. Comunidades judaicas na Época Moderna em Trás-os-Montes. Uma reavaliação da historiografia. *Cadernos Terras Quentes 1.* Aveiros, Portugal. Primavera 2005.

_____. *Mercadores Cristãos-novos no negócio da especiaria (entre 1480 e 1530).* Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste Lisboa.(s/d)

_____. O Zangão e o Mel. Uma metáfora sobre a diáspora sefardita e a formação das elites financeiras na Europa (séculos XV a XVII). *Oceanos. Diáspora e Expansão...*, Lisboa, 29, Jan./Mar.1997.

ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. *O Rabi Escatológico e o Rabi Macabeu: diferenças e aproximações na prática do rabinato judaico no Brasil Quinhentista a partir do olhar do Santo Ofício.* Texto apresentado no Encontro Nacional de Professores Universitários de História. Espírito Santo: Anpuh, 2002.

ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. *Inquisição, religiosidade e transformações culturais: a sinagoga das mulheres e a sobrevivência do judaísmo feminino no Brasil colonial - Nordeste, séculos XVI-XVII*. Rev. Brasileira de. História, São Paulo, v.22, n.43, 2002. Disponível

em:http://test.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100004&lng=en&nrm=iso

ARKIN, Marcus. *Aspects of jewish Economic History*. Philadelphia: The Jewish Publication Society of America, 1975.

AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. Lisboa: Clássica Editora, 1989.

_____. *Época de Portugal Econômico: Esboços de História*, Clássica Editora Lisboa, 1929.

BARROS, Edval de Souza. Redes de clientela, funcionários régios e apropriação de renda no império português (séculos XVI-XVIII). *Revista Sociologia e Política*. São Paulo, nov. 2001, nº.17.

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália. Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BETHENCOURT, Francisco, **CHAUDHURI**, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. 5 vol. A formação do Império (1415-1470) v.1; Do Índico ao Atlântico (1570-1697). v.2. Navarra: Círculo de Leitores, 1998.

BLOOM, Herbert. *The economic activities of the jews in Amsterdam in the Seventeenth and Eighteenth centuries*. London: Kennikat Press, 1969.

BOYAJIAN, James C. *Portuguese trade in Asia under the Habsburgs 1580-1640*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

_____. *Portuguese bankers at the court of Spain 1626-1650*. New Jersey: Rutgers University Press.1983.

BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*. 3 vol. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo em la época de Filipe II. Cidade do México*. Fondo de Cultura, 1987.

_____. *La dinámica del capitalismo*. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1986.

_____. *O jogo das trocas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1985.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COELHO, Antonio Borges. *A Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668*, Lisboa: Caminho, 1987, 2 vols.

_____. Política Dinheiro e Fé: Cristãos-novos e judeus no tempo dos Filipes. In: *Cadernos de Estudos Sefaditas <Alberto Benvenistes>*. nº 1. Ciclo de Conferências 2000. Lisboa: Faculdades de Letras de Lisboa. 2001.

CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: Portugália, 1967.

COSTA, Leonor Freire. *O transporte no Atlântico e a Companhia geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Vol. I e II. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

_____. *Império e Grupos Mercantis*. Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII). Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

_____. *Rota do cabo e as rotas do Brasil: para um estudo comparado do transporte marítimo nos séculos XVI e XVII*. Texto apresentado no Seminário: O mundo que o Português criou. Pernambuco, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

COSTA, João Paulo Oliveira e. O Império português em meados do século XVI. *Anais de História de Além-mar*. Vol. III. Lisboa: Centro de Histórias de Além-mar; Universidade Nova de Lisboa, 2002.

EMMER, Peter C. *The First Global War: The Dutch Versus Iberia in Asia, Africa and the New World, 1590-1609*. In: e-journal of History Portuguese. Volume 1, number 1, Summer 2003.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 4a. ed., 1973.

FERLINI, Vera. *Terra, Trabalho e Poder*. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru: EDUSC, 2003.

FRAGOSO João. *A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro. IFCS, 2000 nº1.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira; **SIQUEIRA**, Sonia A. *Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor e Visitador Licenciado Marcos Teixeira; Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618 – 1620*. In: Anais do Museu Paulista. Tomo XVII. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1963.

FREDÉRIC, Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)* v.I Lisboa : Editorial Estampa, 1989.

_____. *Nova História e Novo Mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *Expansão Européia*. São Paulo: Pioneira, 1980.

FREI VICENTE do SALVADOR. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Melhoramentos/INL. 1975.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1991.

GARCIA, Rodolfo. *Os judeus no Brasil colonial*. Uri Zwerling (editor). Rio de Janeiro, 1936.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *História econômica e social da expansão portuguesa* Lisboa: Terra, 1957.

_____. *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. *Os descobrimentos e a Economia Mundial*. v.I. II. III. IV. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

GONSALVES DE MELLO, José Antonio. *Gente da nação: Cristãos-Novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Massangana, 1966.

_____. *O Recife: importância do período nórdico-tropical de sua formação*. In: Seminário de Tropicologia: trópico & o Recife eurotropical, 1977, Recife. Anais... Organização e prefácio de Roberto Motta. Recife: Fundaj, Massangana, 1987.

GRINBERG, Keila (org). *Os judeus no Brasil*. Inquisição, imigração e identidade Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUINOTE, Paulo J. A.. *Ascensão e declínio da carreira da Índia*. (Séculos XV-XVIII). http://nautarch.tamu.edu/SHIPLAB/01guifru Lopes/Pguinote-nauparis.htm#_ftn1 acesso em 3 dez. 2005.

IGLESIAS, Francisco. *Encontro de duas culturas: América e Europa*. Estud. av., São Paulo, v. 6, n. 14, 1992. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 ago. 2006.

KAYSERLING, Meyer. *História dos judeus em Portugal*. São Paulo: Pioneira, 1971.

KELLEBENZ, Hermann. Relações Econômicas entre Antuérpia e o Brasil no século XVII, *Revista de História*. Vol. XXXVIII nº 76. 1968.

LEVI, Joseph Abrham. A diáspora sefardita nas Américas durante os séculos XVII e XVIII. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, nº1, 2001. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste/Universidade de Lisboa. p. 27.

LIPINER, Elias. *Os judaizantes nas capitâneas de cima*, Estudos sobre os cristãos-novos do Brasil nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Brasiliense, 1969.

MADDISON, Angus. *The World Economy: A Millenial Perspective*. Paris: OCDE, 2001. p 17-25.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Portugueses no mundo do século XVI*. Espaços e produtos. Lisboa: CNCDP, 1998.

_____. Padrões de juros, patrimônio e vínculos no século XVI. *Mare Liberum*. Jan-dez 2001. n° 21-22. Lisboa: CNCDP.

MATEUS, Suzana. Família e Poder: a importância dos laços de parentesco na construção das redes mercantis sefarditas (séculos XVI e XVII). In: *Cadernos de Estudos Sefarditas*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Uma questão de nuance*. Brasil 500. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Caderno Mais! p. 14, 23 jan. 2000.

NOGUEIRA, António de Vasconcelos *The Portuguese Jews and Modern Capitalism*. Trading, Insurance, Banking, Business, and Economic Thought in Amsterdam from earlier 16th to the first decades of 20th centuries. Universidade de Aveiro Portugal. 2000. <http://.egi.ua.pt/XXIIaphes/Artigos/a%20Nogueira>. Acesso em 24 abr. 2006.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. (dir) Fernando A. Novais. *História da vida privada no Brasil*. 4 vol. Vol 1 (org. vol.) Laura Mello e Souza. Cotidiano e vida na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: (org) Carlos Guilherme Mota. *Brasil em perspectiva*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1981.

NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia : 1624:1654*. São Paulo: Edusp, 1972.

_____. *Inquisição: prisioneiros do Brasil. Séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

PETRONE, Maria Thereza S. Notas para o estudo das relações dos banqueiros alemães com o empreendimento colonial dos países ibéricos na América no século XVI. *Revista de História*. n° 142-143. 1º e 2º semestre de 2003. São Paulo: Universidade de São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, agosto/2001.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

RIBENBOIM, José Alexandre. *Senhores de Engenho Judeus em Pernambuco Colonial (1542-1654)*. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1998.

SALLES LOUREIRO, Fernando. A Alteração das Coordenadas da política de Expansão Portuguesa na segunda Metade do século XVI, in: *Actas das Primeiras Jornadas de História Moderna*, vol. I, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986.

SALVADOR, José Gonçalves. *Cristãos-Novos, Jesuítas e Inquisição*. São Paulo: Pioneira, 1969.

_____. *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira; Brasília : INL, 1978.

_____. *Os magnatas do tráfico negreiro*. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1981.

SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Círculo do Livro, 1994.

SARAIVA, Antonio José. *Inquisição e Cristãos-Novos*. Lisboa : Estampa. 1985.

SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. 5ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1979.

SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARTZ, Stuart B. **LOCKHART**, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Segredos Internos : Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550- 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERRÃO, Joel e **OLIVEIRA MARQUES**, A..H (direção). *Nova História Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro (1500-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

SILVA, José Gentil da. *O eixo econômico Lisboa-Antuérpia*. Anais da exposição Portugal e Flandres, visões da Europa (1550-1680). Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Cultural Mosteiro dos Jerônimos, Abril- Maio, 1992.

_____. *Strategie des affaires a Lisbonne entre 1595-1607*. Paris: Librairie Armand Colin, 1956.

SIQUEIRA, Sonia A. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo, Ática, 1978.

_____. Correspondência do Inquisidor Geral do Santo Ofício e o Primeiro Visitador da Inquisição no Brasil, O comerciante João Nunes. In: *Anais do V Simpósio nacional dos Professores Universitários de História*, vol 1. São Paulo: 1971.

_____. O comerciante João Nunes. In: Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. (org). Eurípedes Simões de Paula Vol. 1. Coleção da *Revista de História* XXXV. São Paulo, 1971.

STOLS, Eddy. A iconografia do Brasil nos Países-Baixos do século XVI ao XX. Uma tentativa de avaliação global. *Revista USP*. nº 30. São Paulo: Humanitas. p. 20-31, junho / agosto 1996.

TAVARES, Maria José Ferro. A expulsão dos Judeus de Portugal: a conjuntura peninsular, in *Oceanos*. Diáspora e Expansão, Lisboa, nº 29, Jan./Mar.1997.

_____. *Judaísmo e Inquisição*. Lisboa: Estampa, 1987.

_____. *Os Judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982.

_____. A questão judaica. In: *História de Portugal*. Vol VI. Judaísmo, Inquisição e Sebastianismo. Barcelona: EDICLUBE, 1993.

TRIVELLATO, Francesca. *Discourse and practice of trust in business correspondence during the early modern period*. Economic History Seminar. USA: New Haven, Yale University. 13. out. 2004. p 2.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. *Cristãos-novos portugueses nas Índias de Castela: dos negócios aos cárceres da Inquisição (1590 - 1639)*. In: *Oceanos*. Diáspora e Expansão, Lisboa, nº 29, Jan./Mar.1997.

_____. *Os Gramaxo. Um caso paradigmático de redes de influência em Cartagena das Índias*. (dir) A.A. Marques de Almeida. Cadernos de Estudos Serfaditas, Ciclo de Conferências 2000. nº1. 2001. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefaditas Alberto Bneveniste/Universidade de Lisboa.

VERLINDEN, Charles. Les propriétes jonciéres des marchands ibériques d'Anvers au XVe siècle In: Revista *En la España Medieval* vol. 6. La Ciudad Hispânica. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense., 1985.

WACHTEL Nathan. *La Foi du Souvenir Labyrinthes Marranes*. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Número 2 - 2002, mis en ligne le 9 février 2005, référence du 20 août 2006, disponible sur : <http://nuevomundo.revues.org/document551.html>.

WIZNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil Colonial*. São Paulo: Pioneira, EDUSP, 1966.

WOLFF, Egon e Frieda. *A odisséia dos judeus de Recife*. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos, 1979.

_____, *Judeus em Amsterdã*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico, 1989.

_____. Os judeus portugueses de Amsterdã e o Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a. 147, n. 351. abr./jun. 1986. Rio de Janeiro.